

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA

STÉFANI HOLLMANN

**O “trato dos viventes” no Rio da Prata: traficantes de escravos da
Colônia do Sacramento em meados do século XVIII.**

PORTO ALEGRE

2018

Stéfani Hollmann

O “trato dos viventes” no Rio da Prata: traficantes de escravos da Colônia do Sacramento em meados do século XVIII.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa “relações de poder político-institucionais”.

Orientador: Professor Doutor Fábio Kuhn

PORTO ALEGRE

2018

Stéfani Hollmann

**O “trato dos viventes” no Rio da Prata: traficantes de escravos da
Colônia do Sacramento em meados do século XVIII.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Kuhn (orientador)

Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann (UFRGS)

Prof. Dr. Fabrício Prado (The College Of William and Mary)

Prof. Dr. Gabriel Santos Berute (IFRS – Viamão)

CIP - Catalogação na Publicação

Hollmann, Stéfani

"O Trato dos Viventes" no Rio da Prata:
Traficantes de Escravos da Colônia do Sacramento em
meados do século XVIII / Stéfani Hollmann. -- 2018.
148 f.
Orientador: Fábio Kuhn.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2018.

1. Traficantes de Escravos. 2. Colônia do
Sacramento. 3. Mobilidade e Estratégias Sociais. 4.
Tráfico de Escravizados. 5. Antigo Regime nos
Trópicos. I. Kuhn, Fábio, orient. II. Título.

À Memória dos meus Avós Arsido Hollmann e Elma Leonhardt,

RESUMO

O tráfico de cativos se tornou, no século XVIII, um ramo do comércio bastante lucrativo, permitindo, assim, rápido enriquecimento àqueles que viviam dele. Os homens que, ao se lançarem ao mar conseguiram mobilidade social, criaram diferentes estratégias para alcançar a distinção dentro da sociedade de Antigo Regime nos Trópicos. Apesar de não se reconhecerem enquanto grupo, buscaram, nas relações pessoais e comerciais, estabelecer vínculos que os favorecessem, não apenas em seu ofício mas também em sua vida privada. A Colônia de Sacramento, apesar de meridional geograficamente dentro do Império Ultramarino Português, representou oportunidade para alguns destes traficantes de escravos. Um local onde puderam ter acesso à prata e à América espanhola por meio do seu comércio. Embora pequena a fortificação lusa no Rio da Prata tornou-se importante entreposto comercial entre as Américas Portuguesa e Espanhola. Os traficantes de escravos sacramentinos souberam estabelecer relações sociais importantes no Rio da Prata e, dessa forma, conseguiram comercializar com a região. O comércio entre as possessões ibéricas na América somente foi possível devido à conivência de alguns administradores, que também estavam inseridos nas redes sociais dos próprios comerciantes locais. O tráfico de escravos e as redes sociais que seus agentes estabeleceram unificaram interesses particulares e públicos, além de aproximar territórios longínquos do Império Ultramarino Português.

Palavras-chave: Traficantes de Escravos – Redes Sociais – Colônia do Sacramento - Tráfico de Escravos – Tráfico Intraimperial

ABSTRACT

At the eighteenth century, slave trade became one of the most important Atlantic business, allowing the economic growth to whom did that as a profession. These men had different social strategies to reach distinction at the Portuguese America society. Economic or private relationships, that were established by slave traders, helped them growing up in the group of business men and into the Portuguese society. Colonia del Sacramento was an extreme south Portuguese possession, although it was a good place for opportunities for some merchants, particularly to the slave traders, who sent African Slaves to the Spanish America. It was also a good place to make business with the Spanish from Buenos Aires and exchange Brazilian products for silver. The Portuguese fortification became an important place to do business, even though it was a small place. The traders knew how to establish important social relations at the Rio del Plata; therefore they could trade with the Spanish America. It was just possible because some government men knew about the smuggling. The Royal administrators were on trade networks when it was important to the Crown. Slave Trade approximated private and public businesses and also the territories of Portuguese and Spanish Americas, as well as all the Portuguese overseas possessions.

Keywords: Slave Traders – Colonia del Sacramento – Networks – Slave Trade

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Departamento de História e ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aos seus professores e funcionários que possibilitaram minha formação ao longo dos oito anos em que estudei nesta instituição de ensino. Em especial ao meu orientador, Professor Doutor Fábio Kuhn, que, desde a graduação, incentivou-me à pesquisa, assim como à docência. Obrigada pelos dados cedidos do projeto “*Os homens de negócio da Colônia do Sacramento e o Contrabando de Escravos para o Rio da Prata (1737-1777)*”, financiado pelo CNPQ e executado entre 2012 e 2014, Professor Doutor Fábio Kuhn, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Além de incentivar a evolução e a conclusão deste trabalho, ensinou-me a gostar ainda mais desta “fronteira em movimento” e da singela praça lusa no Prata, a Colônia do Sacramento. Agradeço também a flexibilidade em relação aos prazos para a conclusão deste trabalho, a compreensão foi fundamental para o resultado obtido.

Agradeço os inúmeros encontros que a Graduação e o Mestrado me garantiram na Universidade; aos colegas de pós-graduação pelas longas horas de conversa que tivemos sobre as diversas pesquisas e também sobre as angústias que a vida acadêmica pode gerar; aos colegas de orientação, Paulo, Alana e Israel, pelos conhecimentos trocados e auxílios que me deram ao longo do desenvolvimento deste trabalho; à Mica, por tornar Teutônia um local onde também pude encontrar pessoas sensatas para conversar sobre assuntos relevantes; aos demais colegas de profissão que me auxiliaram de todas as formas a tornar este trabalho real.

Agradeço a minha família pelo apoio financeiro para que eu pudesse escrever a dissertação da melhor forma possível, também pela compreensão na realização deste trabalho. A minha mãe, obrigada por me incentivar a continuar estudando e me apoiando constantemente em todos os momentos da vida acadêmica. Aos meus empregadores, agradeço pela flexibilidade quantos aos dias de trabalho e às faltas, necessárias para participar de eventos.

ABREVIATURAS

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

COD. – Códice

VOL./V.– Volume

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ACMRJ – Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. TRÁFICO DE ESCRAVOS NO SÉCULO XVIII	25
1.1 ÁFRICA E AMÉRICA, LIGAÇÕES ATLÂNTICAS E O COMÉRCIO DE ESCRAVOS NO SÉCULO XVIII.....	27
1.2 UMA POSSESSÃO PORTUGUESA NO RIO DA PRATA, A COLÔNIA DO SACRAMENTO E O TRÁFICO INTRA-AMERICANO.....	34
1.3 CONTRABANDO DE ESCRAVOS NO RIO DA PRATA, RELAÇÕES COMERCIAIS LUSO-HISPÂNICAS	42
2. AGENTES DO TRÁFICO DE ESCRAVOS NO SÉCULO XVIII	50
2.1 COMERCIANTES DE CATIVOS LUSO-BRASILEIROS	59
2.2 TRAFICANTES DE ESCRAVOS DA COLÔNIA DO SACRAMENTO	68
3. RELAÇÕES PERIGOSAS NO RIO DA PRATA: GOVERNADORES E TRAFICANTES LUSO-BRASILEIROS NO TRÁFICO DE ESCRAVOS	89
3.1 ANTÔNIO PEDRO DE VASCONCELOS, UM LONGEVO GOVERNADOR (1722 – 1749).....	94
3.1.1 VASCONCELOS E OS BRITÂNICOS	100
3.2 LUÍS GARCIA BIVAR, UM GOVERNADOR “INTERESSADO” (1749 – 1760)	103
3.3 PEDRO JOSÉ SOARES FIGUEIREDO SARMENTO, UM GOVERNADOR E SEUS DESCAMINHOS (1763 – 1775).....	116
CONCLUSÃO	122
BIBLIOGRAFIA	129
FONTES.....	140
ANEXOS.....	142

INTRODUÇÃO

A coroa lusa sempre teve interesse na região platina, desde os primeiros anos de exploração da América, apesar de a região pertencer, segundo o Tratado de Tordesilhas à Espanha. Durante a União das Coroas Ibéricas, os lusos tiveram a oportunidade de se estabelecerem em Buenos Aires, onde passaram a realizar comércio. Ao fim deste período, os portugueses perderam acesso às negociações realizadas no Prata. Expulsos, a maioria migrou para o porto do Rio de Janeiro. Para tanto, D. Manuel Lobo foi empossado como governador do Rio de Janeiro, em 1679, com propósitos bem definidos pelo Rei de Portugal. Entre os objetivos, estava a retomada das transações comerciais com o Rio da Prata. Dessa forma, a Colônia do Sacramento foi fundada, no ano seguinte, para retomar o comércio dos portugueses com a região platina e o acesso à Prata escoada de Potosí. Desde então, esteve sob jurisdição do Rio de Janeiro – que, já no século XVII e, sobretudo, no XVIII, consolidou-se como principal porto luso-brasileiro. A relação com o porto fluminense era permanente e interessante para ambos os portos. Favoreceu Sacramento nos contatos comerciais, mas também o Rio de Janeiro no comércio com a região platina. Além disso, possibilitou o acesso à prata, aspecto que facilitou a circulação de moeda no Rio de Janeiro, onde muitas vezes ocorria escassez monetária. Apesar das características militares da praça, a Colônia do Sacramento virou um porto comercial e de extrema importância para os lusos, que passavam por dificuldades financeiras, devido à restauração do Reino frente aos espanhóis.

O tráfico de escravos no século XVIII se tornou um dos ramos mais lucrativos do comércio transatlântico e intrainperial¹. Possibilitou àqueles que viviam dele um rápido enriquecimento e mobilidade social, dentro da sociedade de Antigo Regime nos Trópicos². O grupo mercantil que se formava nas diferentes praças luso-brasileiras não

¹ “O Trato dos Viventes” de Luíz Felipe de Alencastro teve uma contribuição imensa aos estudos do tráfico de escravizados transatlânticos e portanto, merece aqui uma homenagem a este trabalho e sua contribuição aos estudos históricos deste tema.

² Seguindo o conceito de Antigo Regime nos Trópicos, defendo a ideia de que os traficantes de escravos constituíam-se em uma elite colonial autônoma frente ao poder da Metrópole. Que através do comércio de cativos somaram montante, que possibilitaram enriquecimento, compra de bens, e com isso, mobilidade social, dentro da sociedade estudada. Além disso, sustento a informação de que havia um mercado interno com fluxo comercial intenso, que escapa aos olhos da Coroa Portuguesa, além de perceber a autonomia dos governantes lusos na América Portuguesa. Isto que se soma a ideia de Monarquia Pluricontinental, com diferentes centros de poder no Império Ultramarino Português. Com formação de

era homogêneo³, o que não foi diferente na Colônia do Sacramento. No setecentos, os agentes mercantis, de forma geral, constituíram-se como elite colonial⁴, por meio dos contatos comerciais e pessoais que estabeleciam. Através de estratégias – conjuntas e individuais – começam a ocupar lugares importantes na sociedade, economia e política da América Portuguesa.

A mobilidade social que alcançavam com o comércio, tal como do tráfico de cativos, auxiliou estes homens econômica e socialmente, deixando relações importantes estabelecidas que trouxeram facilidades a eles e a seus herdeiros. Os beneficiados puderam investir os montantes somados com o tráfico de escravos em outros setores da economia. Após a retirada dos lusos de Sacramento, muitos deles souberam aplicar suas economias em localidades distintas e tornaram-se, assim, elite neste locais. Esta parentela soube manter seus laços sociais e perpetuar seus interesses econômicos no Brasil.

Ao longo dos séculos de comércio marítimo e interno, os homens que se dedicavam ao comércio receberam diferentes denominações na busca pela distinção social, conforme o cabedal de suas transações econômicas. Tais questões se tornaram mais rígidas no final do setecentos, após as Reformas Pombalinas. Apesar de neste trabalho algumas denominações serem tratadas como sinônimo, cabe uma distinção e explicação concisa neste momento. Mercador, Comerciante, Negociante e Homem de Negócio são cabedais distintos dentro do grupo de homens que se dedicou ao mercado. Sendo mercador, aquele homem mais simples, em geral, possuía loja na cidade e vendia pouco volume. Além disso, não necessariamente possuía embarcações para realizar comércio marítimo. Já o Homem de Negócio seria o maior na hierarquia mercantil. Este homem, além de possuir embarcações, também tinha uma gama de negócios

uma hierarquia local e costumeira, que acabavam por ser respeitadas pela metrópole. Com base no diferentes trabalhos desenvolvidos por João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Bicalho. Ver: BICALHO, Maria Fernanda. “Dos ‘Estados Nacionais’ ao ‘sentido da colonização’: história moderna e historiografia do Brasil colonial” in: *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 2007, p. 67-87; FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima. "Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII" in: *Tempo*, Vol. 14, nº 27, p. 49-63.

³ RIBEIRO, Alexandre Vieira. *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos e grupo mercantil (c. 1750 – c. 1800)* /Alexandre Vieira Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2005. XIII, 256f.: II; 31cm. Orientador: Antônio Carlos Jucá de Sampaio. Tese (Doutorado) – UFRJ-IFCS/Programa de Pós Graduação em História Social, 2009. p. 357

⁴ BRAGA, Nilza Licia Xavier Silveira. *Tráfico negreiro e fazendas têxteis: Uma breve trajetória do negociante e conselheiro Elias Antônio Lopes nos negócios africanos e indianos (fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX)*. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO, 2005.

significativa. Não se dedicava apenas a um ramo do comércio, possuindo dessa forma, uma ampla rede de relações econômicas, que facilitavam a compra e a liquidez dos seus produtos. A maior parte dos homens de negócio, ao longo dos séculos de escravidão, também comercializava cativos. Os homens que viviam do seu comércio, apesar de alcançarem a mobilidade social – por meio das diferentes estratégias que utilizaram (serão trabalhadas nesta dissertação) não chegavam à nobiliarquia. Contudo, os homens de negócio aproximavam-se significativamente da nobreza, por seu estilo de vida e pelas suas conexões socioeconômicas. As outras denominações são intermediárias entre estes dois polos hierárquicos mencionados.

No século XVIII, com a descoberta das minas de ouro no interior da América Portuguesa, o tráfico de escravos ganhou um novo processo. Anteriormente, a mão de obra escravizada que chegava ao Brasil era utilizada nas regiões próximas ao porto. No entanto, com o início da economia aurífera, o comércio interno passou a ocorrer com maior frequência. Portanto, homens passaram a se dedicar a abastecer regiões mais distantes dos três principais portos luso-brasileiros (Bahia, Rio de Janeiro e Recife). A Coroa Portuguesa, ao longo do setecentos, tinha dois grandes interesses em jogo: a região das Minas de Ouro e a Colônia do Sacramento, que, por ser uma região de fronteira aberta, apresentava grandes possibilidades para o comércio⁵. Dessa forma, alguns comerciantes passaram a se dedicar ao abastecimento da América.

Os negociantes que atuavam no Atlântico não se estabeleciam em uma só margem do Oceano, pois os interesses eram iguais em ambos os lados. Geralmente, estabeleciam-se em um ponto e colocavam alguém de confiança no outro. Estes homens podiam ser pessoas da família ou com outros vínculos com o dono das embarcações⁶. Mantinham contato comercial com diferentes continentes, sabiam, assim, das necessidades econômicas de cada um deles⁷, tendo um controle maior sobre o comércio daquelas regiões. A profissão de comerciante não era vista como nobre pela sociedade de Antigo Regime, pois quem vivia deste ofício sustentava-se do próprio trabalho.

⁵PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento. O extremo Sul da América Portuguesa*. Porto Alegre, 2002.

⁶LAMIKIZ, Xavier. *Trade and Trust in the eighteenth-century atlantic world. Spanish merchants and their overseas networks*. In > Studies in History p. 128-131

⁷HANCOCK, David. *Cintizens of the World London merchants and the integration of the British Atlantic community, 1735-1785*. Harvard University Cambridge University Press

Ainda, esta atividade estava relacionada aos cristãos novos⁸ e, por isso, estes homens não tinham suas origens consideradas nobres. Eles eram, em geral, homens vindos de Portugal; por meio das relações familiares que deixavam na península ibérica, estabeleciam vínculos para além do continente americano, que os favoreciam nas trocas comerciais. Diferentemente daqueles nascidos no Brasil, que não teriam tantos contatos⁹ e que tinham dificuldades em estabelecer vínculos mercantis.

Ao longo do período em que exerceram sua profissão na América, começaram a se destacar dentro da sociedade colonial, chegando a ocupar cargos em Câmaras, inclusive cargos fazendários, receberam mercês e patentes, aproveitando-se dos postos no governo para favorecer seu comércio¹⁰. Esta mobilidade social e reconhecimento alcançados possibilitaram o estabelecimento de vínculos pessoais e profissionais, de estratégias socioeconômicas e execução do seu comércio. A população lusa na América acabou dependente do comércio, aspecto que caracterizou o Império Ultramarino Português. Dessa forma, também ficou sujeita aos seus agentes, que eram responsáveis pela movimentação de pessoas, bens e mercadorias em todos os pontos da teia social e mercantil luso-americanas.

Todo traficante de escravo era comerciante, mas nem todo comerciante era traficante de escravo. O comércio de escravos para regiões periféricas, como Sacramento, era realizado por homens que o faziam de forma eventual¹¹. A riqueza que adquiriam com o tráfico não era devido à quantidade de escravos vendidos ou de viagens que realizavam, e sim de acordo com os montantes que somavam após as negociações. Na Colônia do Sacramento, eram contrabandeados outros produtos além de escravaria, como açúcar e seus derivados, além de tecidos¹². O contrabando na região platina deveu-se à ineficiência de embarcações que deveriam abastecer tanto a

⁸RIBEIRO, Alexandre V. “O comércio das almas e a obtenção de prestígio social: traficantes de escravos na Bahia ao longo do século XVIII” in: *Locus – Revista de História*. Vol. 12, nº 2, Juiz de Fora, 2006, p. 9-27. p. 11

⁹OSÓRIO, Helen. “Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa” in: *Revista Brasileira de História*. Vol. 20, nº 39, 2000, p. 105

¹⁰HOBERMAN, Louisa Schell. *Merchants in seventeenth-Century Mexico City: A Preliminary Portrait*. In: *The Hispanic American Historical Review*. Vol. 57, No. 3 (Aug., 1977), p. 482

¹¹BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do Sul – Características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c.1825*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, dissertação de mestrado, 2006. p.102-103

¹²PRADO, Fabrício Pereira. *A carreira transimperial de don Manuel Cipriano de Melo no Rio da Prata do século XVIII. Topoi*. *Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 168-184, jul./dez. 2012. Disponível em: <www.revistatopoi.org>. p. 171

possessão portuguesa quanto a Buenos Aires. Este fato pode ter se tornado importante para os administradores régios que, assim, puderam controlar a circulação de bens e mercadorias no Rio da Prata e favorecer aqueles mais próximos das suas redes pessoais.

A Colônia deveria servir como fortaleza militar da América Portuguesa; no entanto, com a falta de envio de provisões Reais por parte dos fluminenses, os sacramentinos se tornaram dependentes do comércio ilícito¹³. A maioria da população da praça lusa estava vinculada ao comércio de alguma maneira. Necessário considerar que, no período no qual a Colônia do Sacramento permaneceu sobre domínio português, houve o aproveitamento do entorno da fortificação, temporariamente. Atividades agrícolas e caça ao gado eram praticados pelos sacramentinos, em nome do Rei de Portugal, para também ampliar o território. No entanto, no período analisado, o entorno agrícola não foi mais explorado devido aos acordos entre as Coroas Ibéricas, que reduziram a área explorada ao redor da Colônia do Sacramento, a distância de “um tiro de canhão”. A população sacramentina estava reduzida aos muros do forte e se tornou, assim, ainda mais dependente do comércio realizado no Prata.

O tráfico de escravos na Colônia do Sacramento não pode ser ignorado, tendo em vista que, em determinados períodos, a população sacramentina chegou a ser formada por mais da metade da população composta por escravos. Necessário considerar que, no período escravista, possuir cativos poderia ser considerado uma forma de nobilitação. É importante considerar que a praça não possuía economia que utilizasse mão de obra cativa em larga escala, é provável que estes escravos estivessem em Sacramento, esperando para serem comercializados com a América Espanhola. Outro fator que faz relevante o estudo deste contrabando é que cerca de 1.200 escravos eram comercializados por ano entre a possessão lusa e o Vice- Rio do Prata¹⁴. Somente na primeira metade do século XVIII, são comercializados para a região platina 20.000 escravizados¹⁵.

Os traficantes de escravos foram responsáveis pela reprodução social e, por isso, também pela propagação da escravidão na América. A América Portuguesa, e posteriormente o Brasil independente, foi o território que mais recebeu escravizados de

¹³POSSAMAI, Paulo César. *O cotidiano da Guerra: a vida dos soldados na Colônia do Sacramento (1715-1735)*, 2001. p.28

¹⁴KUHN, Fábio. “*Clandestino e ilegal: O contrabando de escravos na Colônia do Sacramento (1740-1777)*”. In: XAVIER, Regina Célia Lima. “*Escravidão e Liberdade: Temas, problemas e perspectivas de análise*”. Alameda Casa Editorial (2012). p.9

¹⁵ROSAL, Miguel Angel. *El tráfico de esclavos hacia el Rio de la Plata a fines del período hispánico*. In: PINEAU, Marisa, compiladora. *La Ruta del Esclavo en el Rio de la Plata. Aportes para el diálogo intercultural* – 1ª edição – Caseros: Universidade Nacional de Tres de Febrero, 2011 p.131

origem africana, ao longo dos séculos de escravidão. Os traficantes que atuaram nesse território somaram montantes expressivos e perpetuaram por um período longo o uso desta mão de obra. Por tal motivo, não é de se espantar a forma tardia que se encerrou a escravidão no Brasil. Além da reprodução da escravidão, também foram responsáveis por manter a desigualdade social e racial, a qual ainda hoje possui reflexo na sociedade brasileira, que vive uma falsa democracia racial.

Com dados cedidos pelo coordenador do projeto, “*Os homens de negócio da Colônia do Sacramento e o Contrabando de Escravos para o Rio da Prata (1737-1777)*”, financiado pelo CNPQ e executado entre 2012 e 2014, Professor Doutor Fábio Kuhn, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul¹⁶ e o cruzamento destes com registro de óbitos de escravos da Colônia, foi possível verificar quem eram os traficantes de escravos que atuaram na praça entre as décadas de 1730 e 1750. Nos registros de óbito, além de características do defunto, também constavam o nome de quem estava enterrando o escravo e por meio de quem o havia conseguido, revelando, assim, as redes comerciais dos traficantes sacramentinos com outras praças luso-brasileiras. Os sepultamentos são a espinha dorsal deste trabalho, pois apenas através delas pode-se ter ideia dos nomes dos homens que comercializaram cativos entre a América Portuguesa e Espanhola no Rio da Prata. Tendo em vista que era um comércio realizado mesmo com as proibições reais, a dificuldade de fontes que explicitavam tais negociações é expressiva, pois era feita de forma a tentar ocultá-las.

Isso pode ser deduzido pois, de 116 comissários/mercadores ou homens de negócio¹⁷ da lista que me foi cedida pelo meu orientador, trinta e quatro podem ser considerados traficantes escravos¹⁸ por sepultarem cativos, no período acima referido. Estes homens aparecem em documentos declarando-se ou apontados como homens de negócio, comerciantes ou comissários, além de diversas vezes nos registros de óbito de escravos enterrando cativos vindos de outros comerciantes luso-brasileiros, revelando as relações comerciais que possuíam. Através desses sepultamentos, não é possível verificar se estes cativos foram enterrados logo após a sua chegada à praça platina ou se sobreviveram por algum tempo em Sacramento, nem mesmo a causa da morte – até

¹⁶ Os dados desta pesquisa são, além da identidade desses mais de cem comerciantes, sua situação conjugal, a forma a qual são declarados em demais documentos, se receberam título de familiar do Santo Ofício e se receberam alguma patente militar. Além disso, algumas indicações sobre posição política em relação ao governo de Luís Garcia Bivar.

¹⁷ Números do período de 1737-1777

¹⁸ Números do período de 1730-1750

porque este aspecto passou a compor os registros de óbito apenas no final do século XVIII.

O corte cronológico se estende de 1737, período final do cerco hispânico à Colônia do Sacramento e mudanças geoeconômicas na praça¹⁹, até 1752 devido às fontes de óbitos de cativos a que possuo acesso serem apenas entre estas datas. Apesar de poder definir apenas os traficantes de escravos que atuaram entre as décadas já mencionadas, estes homens estavam atuando na praça platina em período anterior e posterior às datas dos sepultamentos dos cativos. A pesquisa estende-se um pouco (até a administração do governador Pedro Sarmiento), pois as relações que os traficantes de escravos estabeleceram foram mais além. Apesar de alguns já serem defuntos a partir da segunda metade do século XVIII, muitos deixaram familiares na praça, que continuaram a estabelecer novos vínculos e reafirmar antigos, principalmente dentro do grupo de comerciantes. Estas relações são de importante análise e serão realizadas nos capítulos finais desta dissertação.

Além destas fontes, consultei também registros de batismo de livres a fim de verificar as relações de compadrio destes traficantes de escravos. Assim, foi possível verificar relações que foram estabelecidas dentro do grupo de trinta e quatro traficantes de escravos, além de ligações destes com os demais comerciantes da praça, assim como com indivíduos que não possuíam o mesmo ofício. Ainda que defuntos, suas esposas continuavam a participar das relações pessoais deste grupo mercantil, sendo madrinhas de filhos de outros traficantes, como o caso da viúva de João Correia de Moraes, que apadrinhou filho de Manuel de Abreu Guimarães, ambos traficantes de cativos. Os contrabandistas também possuíam vínculos de compadrio com os administradores Régios. As relações de compadrio podem estar relacionadas neste período, também a concessão de crédito, devido ao déficit na circulação de créditos.

No Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, também foi realizada análise dos registros de casamento de alguns traficantes de escravos, que contraíram matrimônio na Colônia do Sacramento, estabelecendo vínculos familiares na praça. Nelas, foi interessante perceber a busca por enraizamento entre famílias que já estavam há mais tempo na Colônia, considerando que o grupo de traficantes de escravos era

¹⁹ A partir de 1737, a Colônia do Sacramento perdeu o seu entorno agrícola, não podendo mais explorar a caça ao gado ou plantar alimentos, o que fez da possessão portuguesa mais dependente dos seus comerciantes. Portanto, eles ganharam um lugar distinto dentro da sociedade.

formado por homens vindos do reino, sem vínculos na América Portuguesa, além de relações de longa data entre os membros deste grupo mercantil, sendo testemunha de casamento uns dos outros. Pode-se exemplificar com o caso de Diogo Gonçalves Lima, traficante de escravo, que presenciou o casamento de três outros contrabandistas, além de ser percebida novamente a ligação dos traficantes com os governadores da Praça. Ao verificar a documentação eclesiástica, podem-se analisar as relações dentro e fora deste grupo mercantil. Pude perceber também que dentro do grupo, de pouco mais de três dezenas, formaram-se outros pequenos grupos. De forma geral, podemos dividir os traficantes sacramentinos deste período em bandos – que se formavam conforme os interesses pessoais e momentâneos individuais. Estes bandos poderiam também estar relacionados com os representantes Reais.

Além da documentação eclesiástica, acessei as cartas trocadas entre governadores Sacramentinos e de Buenos Aires, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Tais cartas revelam uma relação próxima entre os representantes de ambas as Coroas Ibéricas no Prata. Nelas, também é possível se verificar a dificuldade que o governador sacramentino tinha em manter as provisões em dia, o que, como já mencionado, pode ter sido proveitoso para ampliação do seu poder frente aos comerciantes da praça. Luís Garcia Bivar, em carta, queixava-se da falta de comida para manter a praça e sua saúde. Além disso, devido a esta dificuldade de obtenção de víveres na Colônia do Sacramento, o governador acima referido manda seus militares a Buenos Aires²⁰ buscarem alimento para que ele consiga sobreviver à falta de provisões enviadas pelos portugueses. Preciso considerar que, no período anterior a Bivar, as negociações lusas com Buenos Aires passaram a permitir que embarcações portuguesas buscassem produtos no lado espanhol do Prata. Então, o representante régio passou a escolher pessoas para irem buscar provisões no porto de Buenos Aires, o que reafirma a proximidade de ambos os governadores, além da importância da falta de provisões no Prata para que a rede de poder do governador sacramentino se ampliasse no controle do comércio que era realizado entre ambas as margens. Nestas mesmas cartas trocadas entre os governadores sacramentino e portenho, pode-se verificar a negociação da entrada de provisões, mesmo em período em que o Campo de Bloqueio dificultava as relações entre ambas as margens do Prata. Havia conhecimento de ambas as partes das

²⁰ ANRJ Cód. 94: [Nova] Colônia do Sacramento (1739-1777), 7 volumes. Vol. 1 (1739-1759): Registro de cartas do governador a autoridades espanholas. p. 55

trocas mercantis realizadas, mesmo daquelas que eram proibidas pelas Metr6poles, como relatos do governador Lu6s Garcia Bivar, expondo que seus soldados compravam v6veres por outros meios²¹ – que n6o os legais.

Portanto, a corrup76o estava presente no Antigo Regime nos Tr6picos. Apesar de termos de cuidar com os anacronismos com a atualidade, foi poss6vel identificar esta pr6tica nas rela76es dos traficantes, mas tamb6m dos administradores. Neste per6odo, a corrup76o n6o era apenas de cunho econ6mico, as rela76es interpessoais que foram estabelecidas entre o grupo de traficantes, o de comerciantes apresentam pr6ticas question6veis. Contudo, as rela76es dos contrabandistas de cativos e os governadores – citando apenas um exemplo: o compadrio – eram pr6ticas corruptas. Al6m disso, os v6nculos entre os administradores ib6ricos tamb6m podem ser relacionados a esta pr6tica. Apesar de cada indiv6duo apresentar caracter6sticas distintas nesta rede, elas foram importantes para ambos os polos conectados. Estes arranjos pol6ticos que eram estabelecidos de forma local jamais enfraqueciam o poder do Monarca.

“A Pr6pria distin76o entre pr6ticas legais e clandestinas parece ser anacr6nica [...] No Mundo Portugu6s setecentista, os contrabandistas seriam empreendedores que pertenciam ao sistema, com boas conex6es com as elites governantes. O com6rcio controlado, permitido pelas mesmas pessoas cujas fun76es oficiais pressupunham exatamente combat6-lo”. (KUHN, F6bio. 2012 p. 176).²²

Do mesmo modo, foi poss6vel apurar as rela76es entre ingleses, portugueses e espanh6is na bacia platina. Em per6odo em que os brit6nicos e os hisp6nicos estavam em conflito, o governador Ant6nio Pedro de Vasconcelos alertou o administrador de Buenos Aires sobre a poss6vel trai76o ao seu Rei, caso comercializasse com os ingleses, que ainda possu6am *asiento*, escravos²³ na bacia platina. Tampouco o reconhecimento dos governadores sacramentinos em rela76o ao contrabando, nas cartas de Ant6nio Pedro de Vasconcelos, o administrador mencionou com mais frequ6ncia coment6rios a respeito. No entanto, no per6odo posterior, sobre o governo de Bivar, s6o poucas as vezes que ele trata deste assunto com o governador de Buenos Aires, possivelmente por ser mais pr6ximo ao representante hisp6nico do que seu antecessor. Visivelmente, no per6odo de Garcia Bivar, as rela76es estavam mais estreitas no Rio da Prata.

²¹ ANRJ C6d. 94: [Nova] Col6nia do Sacramento (1739-1777), 7 volumes. Vol. 1 (1739-1759): Registro de cartas do governador a autoridades espanholas p.100 e 101.

²² KUHN, F6bio. 2012. Op. Cit. p. 176

²³ ANRJ C6d. 94: [Nova] Col6nia do Sacramento (1739-1777), 7 volumes. Vol. 1 (1739-1759): Registro de cartas do governador a autoridades espanholas p.12

No Arquivo Nacional, também tive acesso a demais documentos que dizem respeito à praça portuguesa no Rio da Prata, como registro de patentes e cartas trocadas com o Rio de Janeiro. Os primeiros revelam nomes de traficantes de escravos recebendo patentes de Capitão, Ajudante, Alferes de ilhas próximas a Sacramento – como Ilha dos Ingleses, de São Gabriel e de Dois Irmãos²⁴, sendo que estas ilhas eram utilizadas para burlar a fiscalização, escondendo escravos e outras mercadorias que não podiam ser comercializadas com espanhóis. Foi realizada ainda pesquisa no site online do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, por meio da qual pude analisar as habilitações do Santo Ofício. Nelas, procurei verificar as relações que estes homens tinham antes de virem para a colônia em busca de enriquecimento e ascensão social, além da sua estratégia ao usá-la na busca da mesma. A familiatura não garantia o enobrecimento, mas aproximava seu detentor da aristocracia. Não possuo documentação de inventários ou testamental, o que impossibilita o conhecimento das riquezas destes homens, bens acumulados, sua transmissão aos herdeiros, ou a gama dos negócios de cada traficante.

“Coroas espanhola e portuguesa tinham conhecimento deste vultoso comércio ilícito realizada no Atlântico Sul. No entanto, eram estas transações que ajudavam a garantir a manutenção das sociedades coloniais ali constituídas. As economias coloniais naquelas regiões dependiam destas redes mercantis para se reproduzirem e os próprios agentes envolvidos nestas transações enriqueciam o seu patrimônio e o da Coroa agindo no interior das mesmas. A permanência deste modelo de organização sociopolítica e econômica fornecia mais espaços de autonomia aquelas elites coloniais, algo comum em todo o Império português e espanhol, por exemplo”²⁵. (VARGAS, Jonas. 2013. p. 92).

Proponho compreender como se davam as relações comerciais em âmbito transatlântico – entre os continentes africano e americano e intra-americano – entre os Impérios Português e Espanhol, analisar de que forma se deu este comércio entre a Colônia do Sacramento e Buenos Aires, além de quais as semelhanças e diferenças entre as práticas comerciais no Prata e as demais praças lusas na América. A partir das trocas mercantis realizadas principalmente intrainperial – que conectaram diferentes Impérios, como o espanhol, português e britânico – proponho verificar como os traficantes de escravos se articulavam dentro da sociedade colonial, conseguindo inclusive fugir da fiscalização de representantes da Coroa, além de como, a partir do enriquecimento

²⁴ ANRJ Cód. 94: [Nova] Colônia do Sacramento (1739-1777), 7 volumes. Vol. 4 Registro de nomeações de postos militares e outros cargos, patentes e ordens do governador (1748-1755)

²⁵ VARGAS, Jonas Moreira. *“Pelos margens do Atlântico”*: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2013. (Tese de Doutorado em História)

trazido pela profissão comercial, conseguiam ascender socialmente, em uma sociedade que vivia a lei da nobreza.

Buscarei apresentar o perfil destes traficantes de escravos que atuaram na Colônia do Sacramento e que estavam inseridos em redes de clientela e comerciais. Apresentarei os fragmentos de redes nos quais estavam inseridos e de que forma elas puderam auxiliar a sua mobilidade social dentro da sociedade colonial. Em suma, buscarei compreender como se deu a ascensão social do grupo de comerciantes analisado ao longo de período em que atuaram no tráfico de cativos. Estas redes que perpassavam as relações comerciais, eram de cunho pessoal e visavam à ampliação do poder de influência na sociedade na qual se inseriam. Os indivíduos que nela estavam conectados não pertenciam ao mesmo estrato social ou podiam oferecer auxílio no mesmo nível, mas todos buscavam vincular-se a pessoas que poderiam oferecer benefícios a curto, médio e longo prazo. Ser cliente em uma rede não significava necessariamente ser inferior àquele que detinha o poder de clientelismo. A importância era igual, pois estava conectado através da troca de favores.

A partir de variáveis comuns da grande parte dos homens, será delimitado o grupo de traficantes de escravos de Sacramento; verificar suas situações conjugais, buscando entender de que forma o matrimônio contribuía para ampliar suas redes e facilitar seu comércio, auxiliando e enraizando seus interesses na praça, considerando que este grupo mercantil era formado por homens vindos de Portugal, em sua maioria, e necessitavam ampliar suas relações pessoais, o que também é verificado com as escolhas de padrinhos para seus filhos, além deles enquanto compadres de outros moradores de Sacramento. Verificar de que forma os títulos e patentes que obtiveram facilitaram o seu aprofundamento na sociedade sacramentina. O objetivo, ao usar esta metodologia, é analisar as relações, origem, ligações familiares e econômicas estabelecidos por eles, comparando os dados obtidos do grupo de traficantes de Sacramento com aqueles que surgiram em outras praças luso-brasileiras, para se entender as dinâmicas sociais que foram estabelecidas dentro do círculo analisado²⁶, assim como as imperiais.

Com uma análise de cunho qualitativa, por meio do cruzamento de dados, pretendo remontar as redes de contato dos traficantes de escravos da Colônia, que

²⁶ BURKE, Peter. *Teóricos e historiadores. In: História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.

tinham característica territorial, de laços de parentesco – de sangue ou afetivo²⁷ –, econômicas e políticas. As conexões se estendiam e auxiliavam as relações comerciais destes traficantes, mas também a mobilidade social. Com a análise de redes, será possível passar das categorias quantitativas para as relações sociais e pessoais. Para esta análise, também é preciso considerar dois aspectos importantes: 1º) a questão de fronteira aberta, ora manejada pelos homens que atuavam nela, ora comprimida pelos espanhóis e por diversos acordos realizados entre as Coroas Ibéricas; 2º) pela ausência de instituições lusas importantes na praça, que eram espaços de poder para elite, nas diferentes localidades na América Portuguesa. Portanto, é possível verificar que, nessas regiões de fronteira, assim como Fábio Kuhn verificou para os Campos de Viamão, a sociedade de Antigo Regime era governada pelas pessoas e suas relações de poder, e não tanto por instituições ultramarinas²⁸.

Os homens que serão estudados neste trabalho pertencem à categoria de traficantes de escravos, comerciantes, homens de negócio ou a comissários. No entanto, estão inseridos em uma rede que transcende as fronteiras sacramentinas, pois, com o registro de óbito de cativos, é possível verificar suas relações mercantis com outras praças luso-brasileiras. A exemplo, tem-se a relação de compadrio e comerciais de Manuel Coelho Rosa, traficantes sacramentino, com Luis Coelho Ferreira, homem de negócio da cidade da Bahia – que, além de possuir relações comerciais, o baiano era padrinho de Vitória, filha de Coelho Rosa. Inserindo-os no contexto colonial da sociedade de Antigo Regime²⁹, por meio da análise de redes, pretendo explicar as estratégias de mobilidade social destes homens, considerando que as redes de poder e o capital mercantil andavam muito próximos nesta sociedade.

²⁷ PORTUGAL, Silvia. *Contributos para uma discussão de conceito de rede na teoria sociológica*. Oficina CES nº 271, p. 4. A autora divide a estrutura social comunitária em três grupos: territorial, industrial e laços de parentesco, amizade e conhecimento. BERTRAND, Michel (1999), por sua vez trabalha com o conceito de solidariedade, que poderia ser de sangue, nome ou outra. Além de ter tipos de vínculos como de amizade, sociedade ou clientelística. No caso dos traficantes sacramentinos, encontraremos os três tipos de relações.

²⁸ KUHN, Fábio. *Gente da Fronteira: família e poder no continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720 – 1800)*. São Leopoldo. Oikos, 2014. p. 14 e 15

²⁹ BERTRAND, Michel. *De la familia a La red de sociabilidad*. In: *Revista Mexicana de Sociologia*, Vol. 61, nº 2. p. 107-135. México. 1999. p. 120 Para o autor, rede seria um sistema de vínculos que permitiria a circulação de bens e serviços.

No primeiro capítulo, buscarei entender a dinâmica econômica do comércio marítimo colonial, em escala transatlântica e intrainperial³⁰, para que, dessa forma, possam-se inserir os homens de negócio luso-brasileiros nas relações comerciais. Assim, será possível compreender como se davam as negociações e quais os interesses relacionados a elas, bem como de que forma o tráfico de escravos tornou-se importante no século XVIII a ponto de ser um facilitador social para seus agentes, compreender também a importância destas conexões comerciais e do capital mercantil que elas poderiam garantir; afinal, elas estavam vinculadas às relações de poder que estes homens possuíam.

No segundo capítulo, intitulado de “Agentes do tráfico no século XVIII”, pretendo realizar uma apresentação sobre os traficantes de escravos que atuaram no período acima referido. Para além das praças luso-brasileiras, realizarei uma breve comparação entre comerciantes de cativos em diferentes portos coloniais; a origem deles em geral, portuguesa e cristã nova, além da sua dinâmica social e econômica na América Portuguesa. Pretendo apresentar os motivos pelos quais a profissão ligada ao comércio, que não era tida como nobre na Sociedade de Antigo Regime, fez de homens de estratos sociais baixos, influentes na sociedade e na administração colonial. Verificar também de que forma estes homens, por meio do atlântico ou da atividade comercial marítima, criaram uma comunidade mercantil, relacionando-se econômica e intimamente com a nobreza colonial, além de como a ascensão do tráfico no século XVIII auxiliou a sua dinâmica social. Apresentarei, nesta mesma sessão, o perfil dos trinta e quatro traficantes de escravos que atuaram na Praça da Colônia do Sacramento. Os vínculos e estratégias que estabeleceram no local, que vieram facilitar o seu comércio e o seu reconhecimento e sua mobilidade social. Pretendo ainda analisar a importância destes homens dentro da organização social da Nova Colônia e do Império Português, tornando a Sacramento um importante entreposto comercial lusitano.

No último capítulo, buscarei remontar as diferentes relações que se estabeleceram no Rio da Prata em meados no setecentos – tendo como figuras centrais os administradores régios Antônio Pedro de Vasconcelos, Luís Garcia Bivar e Pedro José Sarmento – suas relações com o contrabando que ocorria na região platina e com o

³⁰Estas redes eram aquelas que se estendiam entre os impérios, não conectados necessariamente territorialmente, mas que possuíam dinâmicas conjuntas, como a Grã Bretanha, Espanha e Portugal no tráfico de escravizados no Rio da Prata.

comércio de cativos e seus agentes, das relações de interesse econômicas às relações pessoais entre o grupo de traficantes e os governadores de Sacramento. Ademais, pretendo analisar a presença britânica na praça sacramentina, que aumentou as possibilidades financeiras e públicas, apresentar os interesses de homens de diferentes origens na região do Rio da Prata e no comércio de escravos que neste lugar foi desenvolvido. Apesar das Coroas britânica, espanhola e portuguesa por vezes serem inimigas, justificar a proximidade de interesse no extremo sul da América, conectando, não somente os territórios lusos e hispânicos na América, mas também suas intenções.

1. TRÁFICO DE ESCRAVOS NO SÉCULO XVIII

O tráfico de escravos no século XVIII se tornou um dos ramos mais lucrativos do comércio e, por isso, possui características distintas daquele desenvolvido nos demais séculos de escravidão na América, apesar de o tema ter sido bastante trabalhado na década de 1980 por Stuart Schwartz, Manolo Florentino e Herbert Klein, autores que contribuíram bastante para o entendimento das relações comerciais desenvolvidas no Oceano Atlântico. Contudo, o estudo do tráfico de cativos ainda não foi esgotado e, por isso, merece novas análises. No entanto, o trabalho destes historiadores tiveram como ênfase as grandes praças mercantis, como Bahia e Rio de Janeiro. Neste capítulo, proponho a discussão do tráfico de cativos em praças de menor escala – como a Colônia do Sacramento – e a sua inserção em um contexto comercial maior, como o complexo atlântico. As atividades mercantis, de modo geral, no setecentos se tornaram de suma importância, entre elas estava o comércio de escravos. Neste capítulo, proponho compreender as relações comerciais que se estabeleceram entre as costas africana e americana, principalmente o comércio de cativos, para que posteriormente possam ser analisadas as redes mercantis intrainperiais.

Neste contexto de tráfico intrainperial e extrainperial³¹, insere-se a Colônia do Sacramento. Buscarei apresentar a importância econômica da praça sacramentina para o Império Português, pois, ao longo do período em que a praça platina permaneceu sobre domínio luso, estabeleceram-se relações econômicas com os demais portos lusobrasileiros. Estes contatos mercantis foram importantes para o Império Português, o qual se interligava por meio das relações comerciais. Também no Rio da Prata eram estabelecidos vínculos mercantis entre os espanhóis de Buenos Aires e os portugueses de Sacramento. Assim, neste capítulo ainda, proponho-me a verificar a importância que este comércio ilegal desenvolvido na região platina teve para manutenção das praças de Sacramento e Buenos Aires.

A Colônia do Sacramento foi fundada logo após o final da União Ibérica. Períodos nos quais portugueses e espanhóis dividiram território e podiam negociar livremente. Com a restauração da Coroa Portuguesa, os comerciantes lusos, que

³¹ PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte – A economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p. 101 e 102

estavam fixados em Buenos Aires, foram expulsos da América Espanhola. Dessa forma, os portugueses perdem o acesso ao comércio do Rio da Prata, e aos minérios que são escoados de Potosí. Dom Manuel Lobo foi empossado como governador do Rio de Janeiro, em 1679, com o objetivo de reestabelecimento dos vínculos com o Prata³². No ano seguinte, foi fundada a Colônia do Sacramento, uma praça lusa na margem oposta a Buenos Aires, que viria auxiliar na defesa da fronteira sul da América Portuguesa, tal como acessar aos metais escoados de Potosí³³. Para restabelecer economicamente a coroa lusitana – que passava por uma nova independência frente aos hispânicos –, era fundamental retomar o comércio com a Região Platina. Além disso, dessa forma, retomariam o acesso à prata, que era fundamental para o comércio realizado com o Oriente, reforçando vínculos antigos com a Índia e a China³⁴. Toda a América Portuguesa estava carente de metais preciosos, portanto a fundação de Sacramento era um estímulo ao contrabando entre a América Espanhola e América Portuguesa³⁵.

Assim, buscarei compreender o fluxo intenso do comércio de cativos ao longo do século XVIII, tanto no oceano Atlântico quanto em terras americanas. Além disso, objetivarei mostrar o desenvolvimento econômico das colônias ibéricas na América, que estava vinculada ao tráfico de escravos, e como consequência a grande oferta de mão de obra cativa, possibilitando o desenvolvimento de uma economia agrícola, com base nas *plantations*, além de uma ampla rede mercantil ultramarina e de um mercado interno. Por fim, pretendo comparar a prática do comércio Atlântico com o intramericano ou interimperial e verificar as estratégias comerciais utilizadas neste período. O setecentos foi o período em que o tráfico de escravos ganhou grandes proporções devido ao crescimento das *plantations*, assim como a descoberta das minas de ouro na América Portuguesa³⁶. Também foi o século em que o comércio português com o Prata aumentou significativamente³⁷, portanto se faz importante o seu estudo.

³² SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquia social e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p.142

³³ POSSAMAI, Paulo César. *O cotidiano da Guerra: a vida dos soldados na Colônia do Sacramento (1715-1735)*, 2001. p. 43

³⁴ POSSAMAI, Paulo César. *O cotidiano da Guerra: a vida dos soldados na Colônia do Sacramento (1715-1735)*, 2001. p. 30

³⁵ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquia social e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p.142

³⁶ FLORENTINO, Manolo. Em *Costas Negras. Uma História do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII -XIX* – São Paulo. 1997 p. 37

³⁷ GIL, Tiago Luís... [et al.]. *Atlas histórico da América Lusa*. Coordenação Tiago Luís Gil, Leonardo Brandão Barleta – Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016. p. 17

1.1 ÁFRICA E AMÉRICA, LIGAÇÕES ATLÂNTICAS E O COMÉRCIO DE ESCRAVOS NO SÉCULO XVIII

O tráfico de escravos atlântico iniciou muito antes no século XVIII, no entanto, neste período, foi que chegou ao seu apogeu³⁸. Devido ao aumento das *plantations* na América Espanhola e também à descoberta das minas de ouro nas gerais, no território português a demanda por mão de obra escrava cresceu no setecentos. A escravidão foi a solução encontrada para o desenvolvimento econômico das colônias europeias na América. O uso dessa força de trabalho, em larga escala, estava relacionada à necessidade de aumentar a produção de matérias primas para serem exportadas à Europa. Foi nesse século também que a escravidão passou a ser a principal forma de trabalho nas colônias, diferentemente que poderia ter se encontrado em períodos anteriores. Devido às questões econômicas, no século XVIII cresceu a possibilidade de aumentar a renda por meio da venda de cativos em diferentes regiões do Novo Mundo.

As primeiras fazendas produtoras de açúcar iniciaram com o uso de mão de obra escrava indígena, mas fizeram a troca da força de trabalho logo nas primeiras décadas de colonização. Logo os africanos já correspondiam a maioria dos trabalhadores nos canaviais, não havia necessidade de escravizar os africanos na América. Isso incentivou a utilização desse tipo de mão de obra foi o Comércio Atlântico, que viu na venda de cativos uma oportunidade de somar grandes lucros deste tipo de negociações³⁹. Por tal motivo, muitos homens se lançaram ao mar em busca de rápido enriquecimento. Com o gradativo fim da escravidão indígena na América e com a abertura da costa ocidental da África pelos portugueses, o comércio de africanos para serem escravizados na América iniciou já nos primeiros séculos de colonização, pois a compra de escravos africanos era muito barata. Com o passar dos séculos, com a estabilidade dos preços e do fornecimento de cativos africanos, eles passaram a ser quase a única força de trabalho.

Os portugueses já possuíam experiência de escravidão africana na península ibérica, por isso os primeiros escravos que chegaram à América Portuguesa vieram como trabalhadores especializados, e não para lavrar campos. No entanto, a partir do século XVI, o número de cativos africanos no Brasil aumenta significativamente,

³⁸ KLEIN, Herbert. *O tráfico de escravos no Atlântico. Ribeirão Preto*: Funpec Editora, 2004. p.21-24

³⁹ KLEIN, Herbert. *O tráfico de escravos no Atlântico. Ribeirão Preto*: Funpec Editora, 2004. p.17

devido à crescente demanda por mão de obra nos Engenhos de Açúcar. Em consequência da baixa produtividade dos índios e alta mortalidade deles, os africanos representavam um investimento melhor para os senhores de Engenho. Dessa forma, a escravidão africana passou a ser o modo de produção dominante no Brasil por muitos séculos⁴⁰.

Com os dados de Eltis et. al.⁴¹, pode-se verificar que não só foram longos anos de tráfico escravista, mas também que os números de cativos que navegaram entre África e América foram expressivos. Blackburn⁴² apontava que 31% dos escravos comercializados ao longo dos quatro séculos de tráfico negreiro haviam sido comercializados com o Brasil. Números mais atualizados, que estão em “*Atlas Of the Transatlantic Slave Trade*”, apontam que 46% dos escravos comercializados entre a África e o Novo Mundo tiveram como destino o Brasil, sendo que somente no século XVIII – século no qual o tráfico de escravos se tornou o ramo mais lucrativo do comércio atlântico⁴³. Como já citado anteriormente, o Brasil correspondeu a 17% do total de escravos comercializados em todos os séculos de escravidão na América. Estes números podem apontar uma organização econômica e mercantil entre os continentes africano e americano⁴⁴.

No século XVIII, com a emergência das *plantations* que necessitavam de mais mão de obra, o tráfico negreiro também aumentou. Outro fator que contribuiu para o aumento pela demanda de escravos foi a descoberta das minas nas Gerais, alargando, assim, as transições comerciais entre o continente africano e americano⁴⁵. A descoberta das minas de ouro no Brasil provocou o aumento das transações comerciais de modo geral, mas sem dúvida o comércio de mão de obra cativa foi o que mais se desenvolveu. Era a oportunidade para os mercadores disporem de suas mercadorias, como a cachaça, no continente africano e, paralelamente, aumentarem o fornecimento de cativos na

⁴⁰SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835*. Companhia das Letras. 1988. p.68

⁴¹ELTIS, David & RICHARDSON, David. *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*. New Haven & London: Yale University Press, 2010.

⁴²BLACKBURN, Robin. *A construção do Escravismo no novo mundo: 1492 – 1800*. Editora Record, 2003. p.466

⁴³ BLACKBURN, Robin. *A construção do Escravismo no novo mundo: 1492 – 1800*. Editora Record, 2003.p.473

⁴⁴FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras. Uma História do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII-XIX* – São Paulo. 1997 p. 23

⁴⁵FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. “*Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)*” in: Afro-Ásia, nº 31, 2004, p. 83

América Portuguesa⁴⁶. O tráfico de escravos era um lucro garantido para a metrópole⁴⁷ e não haveria um grupo mercantil autônomo do Reino, na América Portuguesa, segundo Klein⁴⁸. No entanto, trabalhos mais atuais sobre o tema⁴⁹ confirmam a existência de companhias e traficantes autônomos que percorriam o Atlântico, não traziam lucros diretos para a Coroa Portuguesa. Essa massiva compra de africanos também chama atenção na África e, por isso, a troca comercial entre os dois continentes foi satisfatória.

O tráfico de escravos entre a costa africana e a costa brasileira foi facilitado, pois os portugueses possuíam contatos comerciais com os africanos da costa ocidental há muitas décadas⁵⁰. As colônias financiavam o tráfico de escravos ao “consumir” o uso desta mão de obra cativa. Além disso, no século XVIII, o número de pessoas envolvidas neste comércio era muito elevado. Havia os comerciantes autônomos e as companhias de comércio fazendo aumentar o número de cativos comercializados nos portos lusitanos. Com o tempo, as companhias de comércio foram sendo substituídas por associações entre homens de negócio que financiavam as viagens e, assim, forneciam apenas a quantidade de mão de obra necessária para o Novo Mundo. Estas associações entre comerciantes aumentavam as redes sociais e o mercado consumidor que as embarcações atingiam. O comércio no continente africano era realizado com chefes locais, mas em geral era feito por conta própria, os traficantes compravam pequenos lotes de escravos para serem levados para a América. O maior fluxo de africanos para serem escravizados na América foi entre o continente africano e o Brasil⁵¹.

No século XVII, Salvador era o pulmão por onde a colônia portuguesa respirava⁵². A Bahia continuou fazendo as principais transações comerciais no

⁴⁶ MILLER, Joseph C. “A economia política do Tráfico Angolano no século XVIII”. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p.21-25

⁴⁷ POSSAMAI, Paulo César. *O cotidiano da Guerra: a vida dos soldados na Colônia do Sacramento (1715-1735)*, 2001. p.32

⁴⁸ KLEIN, Herbert. *O tráfico de escravos no Atlântico*. Ribeirão Preto: Funpec Editora, 2004.

⁴⁹ BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do Sul – Características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c.1825*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, dissertação de mestrado, 2006. p.125-159

PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte – A economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

⁵⁰ MILLER, Joseph C. “A economia política do Tráfico Angolano no século XVIII”. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p.13

⁵¹ KLEIN, Herbert S. *O tráfico de Escravos Africanos para o Porto do Rio de Janeiro*. Anais de História (Assis, São Paulo), V (1973). p.85

⁵² RIBEIRO, Alexandre Vieira. *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos e grupo mercantil (c. 1750 – c. 1800)* /Alexandre Vieira Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2005. XIII, 256f.: II; 31cm. Orientador: Antônio Carlos Jucá de Sampaio. Tese (Doutorado) – UFRJ-IFCS/Programa de Pós Graduação em História Social, 2009. p.63

Atlântico Sul até o início do século XVIII. No seiscentos, o porto de Salvador era o que mais participava do tráfico de escravos em toda a América Portuguesa. Como aumento da demanda pela mão de obra africana no Brasil, novos portos se interessaram por este tipo de comércio. Assim, ocorre o aumento das trocas comerciais no Atlântico Sul⁵³. Dessa forma, o porto de Salvador, no final do século XVII e início do XVIII, ganhou uma importante concorrência, além daquela que já possuía com os pernambucanos. O Rio de Janeiro, próximo a Minas Gerais, reivindicava a abertura de um novo caminho que ligasse esta capitania à região aurífera brasileira. Até então, a única forma de acesso à região mineradora era pelo Caminho Velho, que ligava esta localidade à Bahia. Por isso, antes da abertura do Caminho Novo devido às rotas de acesso a Minas, a Bahia ainda era o porto mais competitivo do Brasil, pois suas relações mercantis possibilitavam altos valores nas mercadorias e, com isso, altos lucros. Com o declínio do comércio escravagista na Bahia, o Rio de Janeiro cresceu até atingir o posto de porto mais importante da América Portuguesa, o qual era responsável pelo abastecimento de diversas regiões, entre elas Minas Gerais e a Colônia do Sacramento, no Rio da Prata.

O Rio de Janeiro teria vocação atlântica, tanto com Angola quanto com a Baía Platina⁵⁴. O porto fluminense também era responsável por formar, de certo modo, um triângulo comercial entre Luanda, seu próprio porto e a região platina, o que favoreceu o acúmulo de capital entre seus comerciantes⁵⁵. Além de estar em contato com diferentes regiões do Império Ultramarino Português, os fluminenses recebiam em determinados períodos do ano embarcações oficiais vindas de Lisboa, o que aumentava o interesse de comerciantes na cidade.⁵⁶ No setecentos, consolidou-se o porto do Rio de Janeiro como principal centro de distribuição de mercadorias para toda a América Portuguesa, e a elite mercantil fluminense dominou também o comércio negreiro. Todavia, o porto fluminense também passou a ser o local de maior desembarque de cativos, no setecentos⁵⁷. Além do comércio com Minas Gerais – realizado por meio da abertura do

⁵³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes, formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. Companhia das Letras, 2000.

⁵⁴ FRAGOSO, João. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)*. In: BICALHO, Maria Fernanda, FRAGOSO, João, GOUVÊA Maria Fátima. *Antigo Regime nos trópicos, A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2001 p. 38

⁵⁵ PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte – A economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p. 25 e 26

⁵⁶ PIJNING, Ernst. *Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do Século XVIII*. Revista brasileira de História. São Paulo, 2001. p.398

⁵⁷ FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras. Uma História do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII- XIX* – São Paulo. 1997 p. 31

caminho novo – os comerciantes do Rio de Janeiro, que desde 1680 já estavam vinculados no abastecimento da região platina, começaram a traficar escravos para a Colônia do Sacramento – que permaneceu como sua jurisdição por muito tempo.

Inicialmente, o comércio escravista era dominado por baianos e pernambucanos, devido às suas empresas açucareiras. Mesmo assim, os baianos estavam em proeminência, inclusive no período inicial do ciclo aurífero no Brasil. A Bahia tinha relações comerciais estreitas com a Costa da Mina na África, o que favorecia a capitania no comércio interno de escravos com Minas Gerais. Além disso, na crise do Açúcar, a principal fonte de renda da economia baiana foi o tráfico de escravos, por este motivo o caminho velho continuou sendo bastante utilizado pelos baianos para comercializar com Minas Gerais. No entanto, os barcos que navegavam entre Rio de Janeiro e África possuíam mais espaço e, portanto, conseguiam trazer mais escravos e, como consequência, seu mercado consumidor no Brasil conseguia ser maior⁵⁸.

Nas viagens mais longas, era comum que houvesse uma cadeia de créditos para as viagens, com adiantamento e endividamento dos interessados em comprar mercadorias. Esta prática envolvia comerciantes luso-brasileiros e estrangeiros. Esses mesmos homens de negócio concediam empréstimos ou adiantamento de mercadorias para outros comerciais que atuavam em praças mercantis diferentes das deles⁵⁹. No entanto, com crises econômicas afetando o mercado açucareiro, devido à concorrência holandesa das Antilhas, os senhores de engenhos baianos não tiveram como honrar suas dívidas e, portanto, o mercado baiano também não continuou vingando tanto quanto no século XVII. Este mesmo sistema de crédito era utilizado na América Espanhola. Ao citar João Fragoso, Alexandre Ribeiro⁶⁰ afirma que o sistema de crédito era responsável por garantir autonomia da colônia frente à metrópole. A sociedade colonial não dependia somente das frotas reais e seus abastecimentos esporádicos, pois, com o

⁵⁸ MILLER, Joseph C. “*A economia política do Tráfico Angolano no século XVIII*”. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.p.26

⁵⁹ FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. “*Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)*” in: Afro-Ásia, nº 31, 2004, p. 83-126.

⁶⁰ RIBEIRO, Alexandre Vieira. *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos e grupo mercantil (c. 1750 – c. 1800)* /Alexandre Vieira Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2005. XIII, 256f.: II; 31cm. Orientador: Antônio Carlos Jucá de Sampaio. Tese (Doutorado) – UFRJ-IFCS/Programa de Pós Graduação em História Social, 2009. p. 298. Ribeiro refere-se ao trabalho FRAGOSO, João. “Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998”.

comércio transatlântico que começava a vingar, possuíam certa autonomia frente ao Reino⁶¹.

Tal autonomia era necessária, pois a metrópole não abastecia suficientemente as colônias. Tendo em vista que não passavam sobre os olhos da Coroa as negociações, o que se realizava muitas vezes pode ser caracterizado como contrabando. Este comércio ilícito era de escravos, mas dificilmente o traficante era especializado apenas em cativos, uma vez que também comercializava gêneros alimentícios. Conforme Maria Peláez, as autoridades coloniais eram favoráveis à presença de embarcações estrangeiras negociando em seus portos, apesar de haver leis que tentavam reprimir o contrabando. No entanto, era difícil controlar o contrabando, pois havia muitos agentes mercantis envolvidos, além de administradores ibéricos relacionadas a esta prática. O que era considerado para o “bem comum” na colônia não necessariamente era considerado legal pela metrópole. Portanto, apesar de a autonomia mercantil do Brasil ser positiva para as autoridades locais, para o reino nem sempre foi a melhor alternativa. O que estava em questão era a soberania da Coroa e dos seus representantes, pois os comerciantes estariam burlando o sistema colonial estabelecido. A burocracia elevada aumentava os preços que eram trazidos pelos comerciantes, por esse motivo passava sobre ela, e o contrabando era realizado. Havia duas formas de contrabando: 1) o legal – eram mandados excedentes junto com a mercadoria autorizada para a comercialização entre as Américas – e 2) a ilegal⁶².

Muitas vezes o contrabando era incentivado por aqueles que deveriam proibi-lo – como o caso do governador Luís Garcia Bivar que, ao passar por necessidade para manter as provisões e a vida na praça sacramentina, pediu trocas mercantis com Buenos Aires, justificando a falta de embarcações que vinham através do Rei de Portugal à Colônia do Sacramento⁶³.

A extensão do Império Português exigia governabilidade, por isso a coroa concedia privilégios para alguns moradores da colônia. Por causa das concessões e

⁶¹ PELÁEZ, Maria Cristina Navarrete. *De las “malas entradas” y las estrategias del “buen pasaje”: El contrabando de esclavos em Caribe neogranadino, 1550-1690*. História Crítica, nº 34, Bogotá, Julio-Diciembre, 2007, 286 pp. ISSN 0121 – 1617 p. 164

⁶² DUARTE, Madio Pietro Gallas. *Administração portuguesa no extremo sul da América: o governo de Pedro Sarmiento na Praça da Nova Colônia do Sacramento (1763 – 1775)*. Cita PAREDES, Isabel. *Comércio y contrabando entre Colônia del Sacramento y Buenos Aires (1739 – 1762)*. Colóquio Internacional Território e Povoamento: Anais..., Colônia del Sacramento, 2004.

⁶³ ANRJ Cód. 94: [Nova] Colônia do Sacramento (1739-1777), 7 volumes. Vol. 1 (1739-1759): Registro de cartas do governador a autoridades espanholas. fl.56 Agosto de 1758

privilégios recebidos por alguns homens, foi estabelecida uma hierarquia colonial – que possibilitava maior ou menor proximidade com órgãos governamentais e maleabilidade nas leis em benefício próprio, inclusive evitar as fiscalizações ou taxações que eram impostas aos comerciantes⁶⁴. Os benefícios que o comércio poderia trazer e os interesses dos negociantes estavam acima da fidelidade com a Coroa. Era uma forma de a colônia sobreviver financeiramente⁶⁵. O fluxo de mercadorias ilegais, e isso inclui o de escravos, era maior do que o legal. Assim, muitos valores de mercado não chegavam à Metrópole e ficavam no Brasil, com particulares.

No comércio Atlântico no século XVII, havia dificuldade de distinguir o legal do ilegal. Além disso, o que favorecia o comércio ilegal eram as relações que os negociantes possuíam com moradores da praça, que por vezes poderiam ser inclusive autoridades coloniais. Outra questão importante para entender como se desenvolveu o tráfico atlântico de escravos é perceber que havia uma escassez monetária das colônias, que provocou a necessidade de ter escravos ou produtos de diferentes gêneros para serem comercializados. Para os traficantes, a possibilidade então era possuir escravos para trocar por bens da terra⁶⁶. O tráfico de escravos era muito heterogêneo, possibilitando diferentes trocas mercantis e relações sócio comerciais, que foram alcançadas pelos traficantes luso-brasileiros.

É no setecentos que o porto do Rio de Janeiro se torna o principal de toda a América Portuguesa, segundo Joseph Miller⁶⁷, devido à descoberta das Minas Gerais, mas se sabe que essa capitania não abastecia apenas a região aurífera. Tal importância se dá devido ao abastecimento de regiões como São Paulo, Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento⁶⁸. Além disso, a Bahia não se desvinculou totalmente de Minas, mantendo o “caminho velho” aberto. Muitas regiões da colônia entravam em contato

⁶⁴ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Poder Político e Administração na Formação do Complexo Atlântico Português (1645-1808)*. LASA. 2001. p.2-5

⁶⁵ MILLER, Joseph. *Way of Death Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade 1730-1830*. University of Wisconsin Press. 1996. p. 453-454

⁶⁶ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835*. Companhia das Letras. 1988.

⁶⁷ MILLER, Joseph. *Way of Death Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade 1730-1830*. University of Wisconsin Press. 1996. p. 455

⁶⁸ Ver: BORREGO, Maria Aparecida M. *A teia mercantil – Negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: Alameda, 2010; BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do Sul – Características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c.1825*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, dissertação de mestrado, 2006; KUHN, Fábio. *“Clandestino e ilegal: O contrabando de escravos na Colônia do Sacramento (1740-1777)”*. In: XAVIER, Regina Célia Lima. *“Escravidão e Liberdade: Temas, problemas e perspectivas de análise”*. Alameda Casa Editorial (2012).

com o tráfico de escravos como forma de sobreviver. Dessa forma, o Rio de Janeiro vira o centro das ligações com as regiões periféricas, sendo uma das principais fornecedoras de escravos para Sacramento. Nesse contexto, as principais praças luso-brasileiras inserem-se em um comércio intrainperial e interamericano, realizando trocas mercantis não apenas com as possessões portuguesas, mas também com os castelhanos que, neste trabalho, são aqueles que habitavam a região do Rio da Prata. Outro fator que tornava o comércio com a região platina atraente era que as trocas mercantis eram pagas no ato da compra, diferentemente dos demais portos luso-brasileiros, onde era comum que se fizessem compras a prazo. Para o Rio de Janeiro, que esteve diretamente ligada à Colônia do Sacramento, desde a sua fundação, era fundamental que o acesso à prata ocorresse para que pudesse haver circulação de moeda na capitania fluminense, que sofria com sua escassez⁶⁹.

1.2 UMA POSSESSÃO PORTUGUESA NO RIO DA PRATA, A COLÔNIA DO SACRAMENTO E O TRÁFICO INTRA-AMERICANO.

A Colônia do Sacramento, como já mencionado anteriormente, foi fundada com intuito de retomar o comércio com a região platina e, como consequência, o acesso à prata escoada de Potosí. Assim, Sacramento se inseriu na “Terceira Perna do Tráfico”⁷⁰. Os espanhóis não tinham acesso à costa da África, devido ao Tratado de Tordesilhas⁷¹, portanto, para obterem mão de obra cativa, ou comercializavam com os ingleses, ou com os portugueses. Portanto, enviar escravos a Sacramento se torna um importante negócio, principalmente para os fluminenses que estavam ligados com a praça desde a sua fundação.

⁶⁹ POSSAMAI, Paulo César. *Aspectos do cotidiano dos mercadores na Colônia do Sacramento durante o governo de Antônio Pedro de Vasconcelos (1722-1749)*. Revista de Estudos Ibero Americanos. Porto Alegre: PUCRS, 2002. p. 4

⁷⁰ BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do Sul – Características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c.1825*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, dissertação de mestrado, 2006 p. 14 ao citar Roberto Martins distingue as três etapas do tráfico de escravos, a terceira seria aquela que ocorreu dentro do continente Americano, sendo na qual a Colônia do Sacramento se insere e outras regiões periféricas do Brasil também, como o caso estudado por Berute, do Rio Grande de São Pedro.

⁷¹ BORUCKI, Alex. *The Slave Trade to the Río de la Plata, 1777-1812: Trans-Imperial Networks and Atlantic Warfare*. In: Colonial Latin American Review, vol. 20, No. 2011. p.82

No século XVI, quando a mão de obra escravizada africana passou a substituir a nativa, era necessário um novo sistema de redistribuição da força de trabalho⁷². O tráfico interno era fundamental para o contrabando que era desenvolvido na Colônia do Sacramento. Esta é uma das particularidades da praça, abastecida pelos comerciantes das demais praças luso-brasileiras. Estudos realizados em período posterior ao estudado neste trabalho, mostram que metade dos escravos chegados no Rio da Prata era proveniente do tráfico interno⁷³. Para o recorte temporal apresentado neste trabalho, é possível supor que este comércio interno represente uma porcentagem maior, pois no século XVIII o comércio atlântico ainda não era livre, como naquele período estudado por Boruck⁷⁴.

Com o aumento da necessidade de mão de obra escrava nas regiões periféricas da América Lusitana, o tráfico interno observa uma crescente. Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, além de receberem embarcações com cativos vindos do continente africano, passam a comercializar escravos para regiões que não eram abastecidas pelo tráfico transatlântico. A descoberta das Minas Gerais, no século XVIII, provocou o aumento nas trocas mercantis tanto no Atlântico quanto dentro do território Português na América⁷⁵. Devido à proximidade com as Gerais, o Rio de Janeiro começou a receber muitas embarcações, transformando-se no principal porto da América lusitana. Além de ser porto receptor, os fluminenses se tornaram responsáveis pelo abastecimento de outras regiões brasileiras. Devido à economia aurífera, iniciou-se um novo sistema de organização comercial, possibilitando enriquecimento aos homens que nele se inseriram⁷⁶. Outro fator que influenciou o aumento do tráfico interno foi o crescimento das *plantations*, na América Portuguesa – por meio das reformas pombalinas, que

⁷² RIBEIRO, Alexandre V. “Padrão e perfil do comércio de escravos da Bahia para o Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento, 1769-70/1811-20”. 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. 2007 Disponível em: <

<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/alexandre%20vieira%20ribeiro.pdf>>. p. 2

⁷³ BORUCKI, Alex. *Las rutas del tráfico de esclavos hacia el Rio de la Plata, 1777-1812*. (2009) Disponível em < <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/alexborucki.pdf>> Acesso 06.set.2014.p.8

⁷⁴ BORUCKI, Alex. *Las rutas del tráfico de esclavos hacia el Rio de la Plata, 1777-1812*. (2009) Disponível em < <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/alexborucki.pdf>> Acesso 06.set.2014. p.8

⁷⁵ MILLER, Joseph C. “A economia política do Tráfico Angolano no século XVIII”. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p.11

⁷⁶ PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte – A economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

incluiram novas culturas nas terras portuguesas⁷⁷ – e principalmente na América Espanhola⁷⁸. Nas possessões hispânicas, a necessidade do uso desta mão de obra foi tamanha, que autoridades de Tucumán pedem ao Rei de Espanha autorização para comercializar escravos com os brasileiros⁷⁹.

O tráfico na região platina surgiu como forma de suprir a carência de navios oficiais com provisões necessárias para a manutenção de Sacramento. Eram constantes as queixas dos governadores sacramentinos sobre a falta de provisões para manter a praça. Por vezes, pediam provisões aos governadores de Buenos Aires para conseguir manter guarnições e para seu sustento. Assim como os portugueses não davam conta de abastecer Sacramento, os espanhóis também não conseguiam enviar a todas as terras do seu vasto império americano a quantidade necessária de provisões, possibilitando, portanto, o contrabando com os lusitanos. As embarcações que vinham da Bahia para Colônia de Sacramento, além de escravos, também traziam tabaco e açúcar. Eram pequenos envios feitos com pouca frequência para a região meridional da América⁸⁰.

A ineficiência do abastecimento de embarcações espanholas para Buenos Aires foi um convite para que se iniciasse o contrabando entre as possessões ibéricas na América.⁸¹ O comércio com o Brasil, por parte dos espanhóis não ocorria somente via Rio da Prata, ele é anterior à fundação de Buenos Aires; no entanto, me deterei à região platina devido ao objeto de estudo deste trabalho. Além disso, desde as primeiras idas dos espanhóis ao Rio da Prata, tomou-se como costume fazer paradas na costa brasileira e renovar as provisões alimentícias da tripulação. Portanto, não seria extraordinário o estabelecimento de relações comerciais entre luso-brasileiros e hispânicos a partir do século XVI no Prata. Artigos como cachaça, açúcar, tabaco, móveis e principalmente escravos provenientes das praças lusas no Atlântico fizeram deste comércio interessante.

⁷⁷ PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte – A economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013

⁷⁸ BLACKBURN, Robin. *A construção do Escravismo no novo mundo: 1492 – 1800*. Editora Record, 2003.p.453

⁷⁹ CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata: 1580 – 1640*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984. p.89

⁸⁰ KUHN, Fábio. *Conexões Negreiras: contrabandistas de escravos no Atlântico Sul (Rio da Prata, 1730 – 1752)*. Revista Anos 90. Porto Alegre, v. 24, n. 45, p. 101 – 132, julho de 2017. p. 102

⁸¹ CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata: 1580 – 1640*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984. p.14

A maior parte dos escravos que eram revendidos em Sacramento provinha do comércio interno, ou seja, os cativos passavam primeiro pela costa brasileira, para posteriormente chegarem ao Prata e serem comercializados com os espanhóis. Outro fator que facilitou o comércio entre o Brasil e o Rio da Prata foi que o comércio de escravos com a África tinha período específico para acontecer. Assim, os carregamentos não eram feitos ao longo de todo ano, e os comerciantes luso-brasileiros das praças atlânticas ficavam algum tempo sem realizar trocas mercantis. Já na América Portuguesa, os carregamentos eram mais frequentes, sendo realizados em diferentes períodos do ano e, portanto, abasteciam com diferentes produtos as regiões internas e, claro, a região platina.⁸² O comércio atlântico evitava os períodos de estações frias, devido à alta taxa de mortalidade dos africanos que eram trazidos à América, a fim de serem escravizados⁸³. É provável que escravos trazidos da África ficassem algum tempo nas cidades portuárias brasileiras, para depois serem revendidos a outros pontos comerciais da América. Alguns navios vinham direto da África para o Prata, por vezes faziam pequenas pausas na costa brasileira, fingindo descarregamentos, mas em seguida partiam em direção à parte meridional da América⁸⁴. Estas embarcações que chegavam diretamente do continente africano para a região platina comercializavam com as mesmas praças na África que os comerciantes fluminenses e baianos.

Estes escravos que chegavam à Colônia eram trazidos tanto do Rio de Janeiro quanto da Bahia, o que é revelado pelos registros de sepultamento de escravos utilizados neste trabalho⁸⁵. Nos registros de óbito, constavam nomes de quem estava enterrando o escravo – o traficante de escravo sacramentino – além do nome da pessoa, por meio da qual havia conseguido a peça, revelando, assim, as redes comerciais dos traficantes sacramentinos com praças luso-brasileiras já referidas anteriormente. Outros portos também comercializavam com a Colônia do Sacramento, no entanto em menor

⁸² CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata: 1580 – 1640*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984. p.121

⁸³ ROSAL, Miguel Angel. *El tráfico de esclavos hacia el Rio de la Plata a fines del período hispánico*. In: PINEAU, Marisa, compiladora. *La Ruta del Esclavo en el Rio de la Plata*. Aportes para el diálogo intercultural – 1ª edição – Caseros: Universidade Nacional de Tres de Febrero, 2011. p.140-141

⁸⁴ CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata: 1580 – 1640*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984. p.121

⁸⁵ ACMRJ: 2º Livro de Óbitos de livres e escravos da Colônia do Sacramento, fl. 91-137v (1735-1747) e 6º Livro de Óbitos de negros, índios, mulatos e cativos, fl. 1-54v (1747-1752). Alguns exemplos disso são o sepultamento no dia 29 de janeiro de 1748 de: escravo Manuel, Moleque Boçal, da parte de Manuel Gomes dos Santos, que havia adquirido o cativo através de Anacleto Elias Fonseca do Rio de Janeiro. (fl. 6r). O mesmo traficante de escravos sacramentino sepultou no dia 30 de julho de 1748 a escrava Gertudes Moleque, que havia adquirido de Gregório Pereira, da Bahia (fl. 17v)

escala, tais como Pernambuco – no período o terceiro mais importante porto luso-brasileiro, apesar de não constar nos registros de óbito analisados, sabe-se das relações comerciais⁸⁶.

As embarcações que chegavam da Bahia ou do Rio de Janeiro e traziam escravos, bem como outros produtos luso-brasileiros, eram organizadas tanto por particulares, que, desse modo, conseguiam lucrar mais; no entanto, alguns comerciantes também possuíam sociedade com demais negociantes, que também comercializavam com a praça. O número do comércio realizado com os fluminenses era maior do que aquele realizado pelos baianos com a Colônia do Sacramento. Entre 1735 e 1752, foram enterrados pelos traficantes de escravos sacramentinos sessenta e sete escravos que tinham sido comprados por meio de comerciantes do porto do Rio de Janeiro. O número de cativos sepultados chegados da Cidade da Bahia não chegou nem a metade – apenas vinte e oito⁸⁷ tinham proveniência de Salvador, segundo os registros de óbito. Estes números não apresentam de fato a quantidade comercializada entre os dois principais portos luso-brasileiros com a região platina, mas nos apresentam uma estimativa de que, apesar dos baianos estarem presentes na região, os fluminenses eram ainda majoritários no comércio com Sacramento, tanto devido à proximidade geográfica quanto à relação político administrativa de ambas as praças comerciais.

A dinâmica econômica transimperial, que se formou entre as praças do Rio de Janeiro e Bahia com o Rio da Prata – Colônia do Sacramento e Buenos Aires –, deveu-se ao pagamento ser feito em prata, o que era fundamental para que os portugueses comercializassem com os Indianos e com o Extremo Oriente. Rendeu, assim, ao Rio de Janeiro, que estava diretamente ligado ao comércio com Sacramento, importância marítima também no Atlântico⁸⁸. O comércio com a Colônia do Sacramento era fundamental para o porto fluminense⁸⁹ – que, no setecentos, tornou-se o principal de todo Império Ultramarino Português –, portanto o comércio com a região meridional da América era fundamental para manter a Coroa Lusa e seu poder. O tráfico interno manteve laços comerciais entre Espanha e Portugal por um longo período, também era

⁸⁶ Ver: SOUZA, George F. Cabral de. *Elites e exercício de poder no Brasil colonial: a Câmara Municipal do Recife, 1710 – 1822*. Recife: Editora UFPE, 2015

⁸⁷ ACMRJ: 6º Livro de Óbitos de negros, índios, mulatos e cativos, fl. 1-54v (1747-1752)

⁸⁸ DONOVAN, William M. *Comercial Enterprise and Luso-Brazilian Society during the Brazilian Society during the Brazilian gold rush: the Mercantile House of Francisco Pinheiro and the Lisbon to Brazil Trade, 1695 – 1750*. Baltimore: John Hopkins University, tese de Doutorado, 1990. p. 246

⁸⁹ PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte – A economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p. 37

por meio destas transações que o Prata manteve laços com o continente Africano. O tráfico, ou contrabando que era realizado para Buenos Aires, ainda se estendia dentro da América Espanhola. Assim, o comércio português conseguiu se estender até o Vice Reino do Peru, onde também abasteceu a região com mão de obra escrava⁹⁰.

O comércio entre as possessões ibéricas na América, apesar de ilegal, ocorria com o conhecimento das autoridades locais. Apesar das tentativas realizadas para um reestabelecimento econômico, após a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714), a dinastia Bourbon na Espanha não conseguiu retomar a administração total das colônias americanas – que, durante o período de conflito bélico na Europa, tornaram-se mais independentes em relação à Coroa, facilitando trocas comerciais entre lusitanos e hispânicos no Novo Mundo⁹¹. A Guerra dos Sete Anos fez com que os espanhóis perdessem influência em algumas colônias, as quais estavam crescendo economicamente⁹².

Portanto, as reformas bourbonicas, estabelecidas logo após este conflito, foram tardias e não reestabeleceram o domínio total da Coroa Espanhola nas suas colônias na América, assim como em Buenos Aires. O tráfico foi a forma de sobreviver as deficiências das coroas ibéricas. No final do século XVIII, Inglaterra e Espanha travam uma guerra que prejudicou o contato entre os espanhóis e as possessões ultramarinas. Este episódio possibilitou o desenvolvimento da autonomia hispano-americana, facilitando o desenvolvimento de um comércio local, como aquele desenvolvido entre os súditos das coroas ibéricas⁹³. Ademais, os moradores rio-platenses eram de certa forma insubordinados devido a sua região ser periférica ao restante do domínio espanhol na América, os homens que ali habitavam tinham um controle comercial próprio. De certa forma, as reformas bourbônicas tentaram reestabelecer a administração colonial abalada após os conflitos bélicos na Europa, principalmente para defender a fronteira da América Espanhola com o Brasil, que vinha expandindo territórios com o passar dos

⁹⁰ BORUCKI, Alex *Las rutas del tráfico de esclavos hacia el Río de la Plata, 1777-1812*. (2009) Disponível em <<http://www.esclavidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/alexborucki.pdf>> Acesso 06.set.2014. p.2

⁹¹ PEARCE, Anderson. *Origins of Bourbon Reform, in Spanish South America. Introduction: The early Bourbon Period in Spanish South America: An Interpretation*. Studies Of America. Palgrave Macmillan US. 2014 p. 7-9

⁹² BORUCKI, Alex. *The Slave Trade to the Río de la Plata, 1777-1812: Trans-Imperial Networks and Atlantic Warfare*. In: *Colonial Latin American Review*, vol. 20, No. 2011. p.81

⁹³ SANTOS, Corsino Medeiros do. *O tráfico de escravos do Brasil para o Rio da Prata*. Editora Senador Federal, 2010. p.80-81

anos e dominava o comércio marítimo no Prata⁹⁴, mas que foram ineficientes, pois os laços comerciais estavam fortemente armados.

Analisando o trabalho de Berute⁹⁵, verificou-se que os baianos não comercializavam tantos escravos com o Rio Grande de São Pedro, o autor justifica a falta de comerciantes de Salvador devido às grandes distâncias percorridas até o extremo sul da América Portuguesa. Ao verificar os registros de óbito de escravos, percebo a presença significativa dos baianos no envio de cativos para o Prata, o que aconteceu no final do século XVIII, período analisado por este autor, para que os baianos não aparecessem tanto nas relações mercantis com a região meridional da América Portuguesa. Pode-se assim supor que os comerciantes de Salvador davam preferência ao comércio com o Prata, e não tanto com o Continente. Portanto, eles não deixariam de fazer comércio com o Rio Grande devido às longas distâncias, como Berute coloca em sua dissertação de mestrado, talvez preferissem trocar suas mercadorias por prata espanhola. Além disso, nas fontes que utilizo, são apontadas apenas as mortes de escravos; no entanto, os baianos podem estar mais presentes nelas devido às más condições de transporte dos cativos e às distâncias, como aponta Berute, até a Colônia do Sacramento, e por isso vinham a óbito com maior facilidade. Outro fator que possibilita a menor frequência dos baianos tanto no Rio Grande de São Pedro quanto na Nova Colônia, era que o despacho de escravos a partir do porto de Salvador, no século XVIII, chegou a ser o dobro dos portos luso-brasileiros, como Pernambuco e Rio de Janeiro⁹⁶. No entanto, é necessário considerar que o porto no Rio da Prata era geograficamente melhor e possuía recursos hídricos favoráveis, se comparado com o Porto de Rio Grande.

A dúvida que fica é por que os despachos da Bahia eram mais caros? Provavelmente isso tenha assinalado a importância e a influência dos traficantes

⁹⁴ BORUCKI, Alex. *The Slave Trade to the Río de la Plata, 1777-1812: Trans-Imperial Networks and Atlantic Warfare*. In: *Colonial Latin American Review*, vol. 20, No. 2011. p.82

⁹⁵ BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do Sul – Características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c.1825*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, dissertação de mestrado, 2006. p.68-69

⁹⁶ RIBEIRO, Alexandre V. *“Padrão e perfil do comércio de escravos da Bahia para o Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento, 1769-70/1811-20”*. 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. 2007 Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/alexandre%20vieira%20ribeiro.pdf>>. p.3. O autor coloca que o despacho de escravos para a região das Gerais, a partir da Bahia, possuía valor dobrado se comparado ao valor a partir do porto de Recife ou do fluminense, o que possibilita pensar que, para a Colônia do Sacramento, também poderia haver a mesma questão, dificultando o interesse dos comerciantes baianos na arribada para o Prata.

fluminenses na economia colonial. Assim como havia proibição do comércio entre Recife e a Colônia do Sacramento, defendendo interesses do porto do Rio de Janeiro em manter certo monopólio de comércio com a região platina, haveria interesse dos fluminenses em dificultar o comércio de cativos para Salvador, que, no setecentos, passou a ser o segundo porto mais importante, perdendo sua centralidade no Império Ultramarino Português. Outro fator que deve ter contribuído para que o Rio de Janeiro comercializasse em maior escala com a região platina era a proibição do tráfico direto entre o continente africano e a Colônia do Sacramento. Talvez fosse uma tentativa de centralizar o comércio na costa luso-brasileira, mas também para aumentar o controle sobre este tipo de negócio, considerando a dificuldade de gerência nas negociações na região de fronteira. Portanto, diversos fatores contribuíram para que a Colônia do Sacramento se tornasse dependente do comércio intrainperial para o abastecimento de cativos e de demais produtos, na praça.

Além de que, uma vez que navegassem ao sul, iriam até Colônia ou Montevideú. Trabalhos que tratam da relação Rio da Prata – Bahia, anteriores ao período pesquisado por Berute ou posteriores ao período – mostram a grande presença baiana na região da Colônia do Sacramento. Como a economia da região platina e do Rio Grande de São Pedro era muito semelhante, e, portanto, os produtos que podiam ser comercializados/trocados eram praticamente os mesmos, o comércio com Buenos Aires por ser mais lucrativo era mais visado pelos baianos⁹⁷. Dessa forma, é possível que os comerciantes de Salvador preferissem negociar com os platinos a negociar com os homens do Rio Grande, por isso estão ausentes nos documentos analisados por Berute para a Província de São Pedro. O comércio com as Minas Gerais poderia ser mais importante para os fluminenses, então era como se a região da Colônia fosse secundária em ordem de importância para o Rio de Janeiro, abrindo brecha para que comerciantes lusos de outras praças chegassem a Sacramento com facilidade⁹⁸.

⁹⁷ BORUCKI, Alex. *The Slave Trade to the Río de la Plata, 1777-1812: Trans-Imperial Networks and Atlantic Warfare*. In: *Colonial Latin American Review*, vol. 20, No. 2011. p.93

⁹⁸ BORUCKI, Alex. *The Slave Trade to the Río de la Plata, 1777-1812: Trans-Imperial Networks and Atlantic Warfare*. In: *Colonial Latin American Review*, vol. 20, No. 2011. p.93

1.3 CONTRABANDO DE ESCRAVOS NO RIO DA PRATA, RELAÇÕES COMERCIAIS LUSO-HISPÂNICAS

O comércio entre portugueses e espanhóis na América era anterior⁹⁹ à fundação da Colônia do Sacramento. O Rio da Prata oferecia oportunidade tanto para os súditos hispânicos quanto aos lusos, devido à extração mineradora ser escoada por aquele leito¹⁰⁰. Os mercadores lusitanos instalaram-se nas regiões hispânicas no Novo Mundo durante o período da União Ibérica, quando a circulação de pessoas ocorreu de forma mais fácil em terras americanas. No Peru, os portugueses se tornaram os comerciantes mais poderosos, até a sua expulsão após o final da união das duas Coroas ibéricas¹⁰¹. O comércio desenvolvido entre portugueses e espanhóis iniciou no período da União Ibérica, no entanto, com a restauração política de Portugal, as trocas mercantis continuaram a ocorrer, desta vez, ilegalmente. A fundação de Sacramento em 1680 reestabeleceu a rota lucrativa entre Rio de Janeiro e Rio da Prata. Famílias e autoridades auxiliaram na formação deste povoado no Prata, a fim de retornarem os contatos comerciais que tiveram ao longo dos anos de União Ibérica¹⁰². Com o final da União das coroas lusa e espanhola, os castelhanos apresentavam interesse em adquirir produtos de origem dos portos brasileiros. Inicialmente os espanhóis de Buenos Aires chegaram a pedir que a Coroa permitisse o comércio direto entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata, o que não foi permitido por Castela. No entanto, com a instalação da Nova Colônia no final do século XVI, o comércio entre lusos e espanhóis foi intensificado atendendo aos interesses de ambas as margens do rio¹⁰³.

O fluxo de mercadorias para Sacramento era, em geral, logo após a chegada das frotas oficiais ao Rio de Janeiro com produtos trazidos da Europa. Junto com estas também eram levados materiais a fim de serem contrabandeados no Prata, como cativos, por exemplo. Quando estas embarcações retornavam a Europa, levavam ouro, couro e

⁹⁹ CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata: 1580 – 1640*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984. p.18

¹⁰⁰ MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y control colonial en el siglo XVII*. Bibliotecas Universitárias. Centro Editor de América Latina. Buenos Aires. 1988. p. 57

¹⁰¹ CROSS, Harry E. *Commerce and Orthodoxy: a Spanish response to portuguese commercial penetration in the viceroyalty of Peru (1580-1640)* p.151

¹⁰² PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento. O extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre. 2002. p. 36

¹⁰³ MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y control colonial en el siglo XVII*. Bibliotecas Universitárias. Centro Editor de América Latina. Buenos Aires. 1988. p. 151

prata, o que mostra os efeitos na economia fluminense de sua relação com o Rio da Prata. O acesso à prata era garantido pela troca de mercadorias luso-brasileiras com Buenos Aires. Um dos fatores que estimulou o comércio ilegal foram as mercadorias que eram trazidas pelos espanhóis para a região platina¹⁰⁴. Considerando que os navios que chegavam de forma legal eram ineficientes para abastecer a Colônia, a alternativa para se conseguir produtos manufaturados europeus era o contrabando que lhes garantiu. No entanto, no século XVIII, a principal moeda de troca pelos minérios escoados de Potosí eram os cativos, e não mais produtos manufaturados europeus. Para Sampaio, se a principal moeda de troca para se obter prata eram escravos, este minério também se tornará importante para se conseguir cativos no continente africano¹⁰⁵.

As embarcações que realizavam comércio entre ambas as margens do Rio da Prata em geral eram pequenas, pois o rio possuía muitos bancos de areia, que dificultavam a navegação de grandes navios. Além disso, as trocas comerciais realizadas eram sempre em quantidades pequenas, o que se pode dever pelo alto risco que se corria de ser apreendido por autoridades espanholas, ou para que tivessem menor oferta e que pudessem vender a maior preço. Mesmo os comerciantes mais importantes procuravam levar menor quantidade para ser negociado com Buenos Aires. De todos os produtos que eram comercializados entre Buenos Aires e Sacramento, o principal deles e que tinha maior volume era o de escravos¹⁰⁶.

Apesar de somente o Alvará de 14 de outubro de 1751¹⁰⁷ ter proibido o comércio de Escravos entre a América Portuguesa e a América Espanhola, especialmente na Colônia do Sacramento¹⁰⁸, ocorria antes desta data no Rio da Prata. Era o *asiento* britânico¹⁰⁹, o qual estabelecia que somente os ingleses poderiam comercializar

¹⁰⁴ BARBA, Enrique M. *Sobre El contrabando de La Colonia Del Sacramento (Siglo XVIII). Separata investigaciones y Ensayos* nº28. Academia Nacional de La História. Buenos Aires, 1980. p.62

¹⁰⁵ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquia social e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p.143; p.166

¹⁰⁶ JUMAR, Fernando; PAREDES, Isabel. *“El comercio intraregional em El complejo portuário rioplatense: El contrabando visto através de los comisos, 1693 – 1777*. Universidade Nacional de La Plata. Memória Acadêmica. América Latina em la Historia Económica. 2008. p. 33 – 99 p. 42 e 51

¹⁰⁷ ANRJ Cód. 68: Secretaria de Estado do Brasil Volume 2. fl.26 r fl. 26v. Rei José I determinou, em 14 de outubro de 1751, a proibição de envio de negros para domínios que não eram dele. Chegou a mencionar que teve conhecimento de envio de escravos para outras regiões que não pertenciam aos domínios ultramarinos portugueses e que isso havia causado prejuízo à Fazenda Real.

¹⁰⁸ KUHN, Fábio. *“Os interesses do governador: Luiz Garcia de Bivar e os negociantes da Colônia do Sacramento (1749-1760)”* Topoi. Revista de História. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, jan-jun. 2012, pp. 29-42 p.36

¹⁰⁹ O artigo XII do Tratado de Utrecht (1713), já determinava que portugueses e espanhóis poderiam realizar trocas mercantis, exceto de escravos, pois havia um *asiento* britânico nos domínios espanhóis na

escravos em Buenos Aires. Portanto, todo o comércio de cativos que ocorreu até 1740 foi um comércio ilegal, considerado contrabando. Neste período, o monopólio inglês deveria terminar na região platina, mas se estendeu até 1740. Assim, o comércio que era realizado na região platina entre súditos portugueses e hispânicos pode, sim, ser considerado ilegal, e, portanto, contrabando. No entanto, apesar do monopólio britânico, era impossível controlar o comércio entre a Colônia do Sacramento e Buenos Aires. Além disso, o tráfico de escravos para as regiões periféricas brasileiras deveria ser controlado, o alvará citado acima é uma prova da tentativa de controlar este fluxo¹¹⁰. Em trabalhos que tratam sobre o Rio Grande de São Pedro, também é evidente que havia preocupação do contrabando para estas regiões que não eram economicamente tão importantes para o Império Português¹¹¹. Apesar das tentativas de controlar o comércio entre os dois lados do Rio da Prata, nas décadas seguintes ao Alvará, o contrabando acabou por aumentar ainda mais, o que se deveu também à entrada crescente de escravizados na praça sacramentina, após a década de 1740¹¹². As fontes paroquiais apontam para um crescente número de escravos sendo batizados na praça platina, inclusive de escravos adultos, o que era típico de locais ligados ao tráfico de cativos¹¹³.

O tráfico com a Colônia do Sacramento era tão intenso que 58% da população sacramentina era de escravos, sendo que a praça não possuía economia que necessitasse do uso da mão de obra escrava em larga escala. Em geral, estes cativos ficavam na praça

América. Artigo XII do Tratado de Utrecht: “Abrir-se-á geralmente o comércio entre os vassallos de ambas as majestades com a mesma liberdade e frequência que havia antes da presente guerra, e em demonstração da sincera amizade que se deseja não só estabelecer, mas ainda acrescentar entre os vassallos das duas coroas, concede Sua Majestade portuguesa à nação espanhola e Sua Majestade católica a nação portuguesa todas as vantagens no Comércio e todos os privilégios, liberdades e isenções que até aqui tiver dado, ou pelo tempo adiante conceder a nação mais favorecida e mais privilegiada das que tem comércio nos domínios de Portugal e de Espanha, estendendo-se isso só nos domínios de Europa, por estar unicamente reservada a navegação e comércio das Índias às duas só Nações nos seus domínios respectivos da América, excetuando o que ultimamente se tem estipulado no contrato de asiento dos negros, feita entre Sua Majestade católica e Sua Majestade Britânica”.

¹¹⁰ BARBA, Enrique M. *Sobre El contrabando de La Colonia Del Sacramento (Siglo XVIII)*. *Separata investigaciones y Ensayos* nº28. Academia Nacional de La História. Buenos Aires, 1980. p. 68

¹¹¹ BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do Sul – Características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c.1825*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, dissertação de mestrado, 2006. p.38

¹¹² KUHN, Fábio. *Um Olhar sobre o Tráfico Nегreiro para a Colônia do Sacramento a partir dos registros paroquiais (1732 – 1777)*. Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba (UFPR). 2015. p.2

¹¹³KUHN, Fábio. *Um Olhar sobre o Tráfico Nегreiro para a Colônia do Sacramento a partir dos registros paroquiais (1732 – 1777)*. Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba (UFPR). 2015. p. 5

por algum tempo, até que grande parte deles fosse comercializada para Buenos Aires¹¹⁴. Os espanhóis comercializavam escravos com mercadores de outras nacionalidades, como franceses e ingleses, a quem eram concedidas permissões, ou *asientos*¹¹⁵, por parte da coroa hispânica. No entanto, o comércio legal de cativos tinha valores mais elevados do que aqueles praticados pelos luso-brasileiros, fazendo com que, nem mesmo nos períodos de *asiento* britânico, o contrabando deixasse de ser praticado entre espanhóis e portugueses. No caso de Buenos Aires, para os espanhóis era mais barato comprar dos portugueses escravos de forma ilegal do que de forma legal dos ingleses. Mesmo com esse monopólio britânico estabelecido pelo Tratado de Utrecht (1713), os portugueses souberam aproveitar o conflito entre espanhóis e ingleses. Na Guerra Anglo-Espanhola (1739), os portugueses passaram a fornecer escravos com maior frequência para os espanhóis de Buenos Aires¹¹⁶. A partir de então, o tráfico negreiro para Buenos Aires e as relações entre portugueses e espanhóis no Prata aumentaram nos anos seguintes. Os ingleses por vezes queixaram-se junto às autoridades hispânicas da presença lusa no comércio de cativos; no entanto, o contrabando entre os ibéricos era visto como positivo para manter as praças platinas¹¹⁷.

Por vezes, alguns comerciantes portugueses ganharam estas concessões¹¹⁸, mas, mesmo que tivessem a mesma naturalidade, não eram todos os mercadores lusos que podiam comercializar com Buenos Aires. Portanto, aqueles que não obtiveram o seu documento de *asiento* também praticavam contrabando. Todavia, os navios do *asiento* britânico não eram especializados em compra e venda de escravos¹¹⁹. Eles também contrabandeavam produtos os quais eles não tinham autorização para comercializar. O monopólio comercial só favorecia aqueles que possuíam o documento que lhes garantia o *asiento*; para aqueles que não conseguiam comercializar em larga escala, tornou-se

¹¹⁴ KUHN, Fábio. “*Clandestino e ilegal: O contrabando de escravos na Colônia do Sacramento (1740-1777)*”. In: XAVIER, Regina Célia Lima. “*Escravidão e Liberdade: Temas, problemas e perspectivas de análise*”. Alameda Casa Editorial (2012). p.7

¹¹⁵ Permissões concedidas pela coroa espanhola para comerciantes de outras origens, como ingleses, por exemplo, autorizando o comércio de escravos com determinado porto da América Espanhola. Eram contratos temporários, que garantiam trocas mercantis legais, além de Buenos Aires, foi dado ao ingleses o *asiento* nas Ilhas do Caribe também aos britânicos.

¹¹⁶ KUHN, Fábio. *Conexões Negreiras: contrabandistas de escravos no Atlântico Sul (Rio da Prata, 1730 – 1752)*. Revista Anos 90. Porto Alegre, v. 24, n. 45, p. 101 – 132, julho de 2017. p. 103 e 104

¹¹⁷ KUHN, Fábio. *Conexões Negreiras: contrabandistas de escravos no Atlântico Sul (Rio da Prata, 1730 – 1752)*. Revista Anos 90. Porto Alegre, v. 24, n. 45, p. 101 – 132, julho de 2017 p. 106

¹¹⁸ CROSS, Harry E. *Commerce and Orthodoxy: a Spanish response to portygyese commercial penetration in the viceroyalty of Peru (1580-1640)* p. 154

¹¹⁹ O’ MALLEY, Gregory E. *Final Passages The Intercolonial Slave Trade Of Brithish América, 1619-1807*. North Carolina Press. 2014 p.223

desfavorável¹²⁰, possibilitando o controle comercial das grandes companhias de comércio e dificultando o comércio colonial aos pequenos mercadores.

O contrabando é ambivalente, primeiro pelo fracasso em condenar o comércio ilícito por parte das autoridades, segundo por parte da sociedade que somou a prática a algo corriqueiro em seu cotidiano. Esta prática ilegal era condenada apenas quando praticada pelo outro, e não por si mesmo¹²¹. Em uma sociedade na qual o público e o privado se confundiam, o conceito de contrabando para o setecentos deve ser repensado. As relações comerciais que continuaram ocorrendo, mesmo com o final da União Ibérica, mostraram que a ideia de que as redes de contato entre lusos e hispânicos não haviam acabado, mesmo com a restauração portuguesa.¹²² Outro fator que facilitou o contrabando da possessão portuguesa no Prata foram as ilhas¹²³ próximas a Sacramento, que, desde o século XVII, serviam para receber navios de diferentes origens que desenvolviam comércio ilícito. O comércio era também o que mantinha o interesse em continuar com a povoação lusitana no Prata.

Buenos Aires era um porto intermediário, ou seja, fazia o papel mediador entre o comércio do Rio da Prata e os mercados internos da América Espanhola. O Prata não era uma região de *plantation*, portanto não necessitava de grande mão de obra escrava. Todavia, os comerciantes de Buenos Aires revendiam os escravos a outras regiões do território espanhol, tais como Chile e Peru. Os cativos eram comprados para serem utilizados na agricultura, mas principalmente na mineração¹²⁴, o que era fundamental para a América Espanhola, a partir da descoberta das minas de Potosí.

A presença de comerciantes portugueses no Peru é vista por Cross¹²⁵, que acreditava que os lusos eram os mais ricos e poderosos mercadores da região. Os portugueses que chegaram a esta região ainda no período da União Ibérica, assim como em Buenos Aires, foram expulsos em 1639 da região. Apesar de o autor tratar do

¹²⁰ O' MALLEY, Gregory E. *Final Passages The Intercolonial Slave Trade Of Brithish América, 1619-1807*. North Carolina Press. 2014 p. 224

¹²¹ PIJNING, Ernst. *Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do Século XVIII*. Revista brasileira de História. São Paulo, 2001. p.410

¹²² SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquia social e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p.141

¹²³ PRADO, Fabrício. PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento. O extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre. 2002 p. 143, coloca que as ilhas eram utilizadas pelas embarcações para fazer escala e não ser flagrado pela fiscalização

¹²⁴ KLEIN, Herbert. *O tráfico de escravos no Atlântico*. Ribeirão Preto: Funpec Editora, 2004. p. 23

¹²⁵ CROSS, Harry E. *Commerce and Orthodoxy: a Spanish response to portygyese commercial penetration in the viceroyalty of Peru (1580-1640)* p.151

período anterior ao estudado neste trabalho, é possível que as relações estabelecidas anteriormente tenham auxiliado a manter os vínculos com o Vice-Reino do Peru. Buenos Aires foi importante para que os lusos chegassem ao Alto Peru e expandissem suas redes comerciais.

Já no século XVII, o Rio da Prata era tido como Rio Português, pois a falta de provisões enviadas pelos espanhóis para o extremo sul da América fez os súditos hispânicos comercializarem com os portugueses na região platina. As atividades mercantis na região eram ligadas ao contrabando, reiterando a importância da Colônia do Sacramento para os habitantes do Rio da Prata, considerando que a praça lusa estava relacionada com praças brasileiras, que facilmente traziam mercadorias para a região¹²⁶. O contrabando para a região era feito primeiro para ter acesso à prata e posteriormente para o acesso aos couros e, claro, à venda de escravos para a América Espanhola. Em Buenos Aires, o apoio ao contrabando era dado por funcionários reais espanhóis e pela população portuguesa. As próprias embarcações corsárias, que deveriam combater o tráfico ilegal entre lusos e hispânicos, acabavam por facilitar esse comércio. Os agentes repressores tinham alternativas para administrarem essas relações comerciais: poderiam entrar em uma rede de comércio, ficar ao lado da lei agindo e reprimindo ilegalidades, ou relacionar as duas questões anteriores. O contrabando no Rio da Prata, de certo modo, já estava inserido em uma lógica de comércio e administração local, pois a falta de recursos e a posição geográfica em relação à metrópole auxiliavam para isso¹²⁷.

Toda a população estava ligada ao comércio de alguma forma na Colônia do Sacramento¹²⁸. No trato negreiro, não eram apenas comerciantes que estavam envolvidos, outros sacramentinos também recebiam escravos para serem revendidos a diante¹²⁹. Devido à falta de provisões, que deveriam ser enviadas pelo Rio de Janeiro à Colônia, o contrabando foi a alternativa para a manutenção do soldo dos militares, tal

¹²⁶ FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. *A presença portuguesa na Região Platina. Arquipélago – História, 2ª série, IX*. P.141-152. 2005. p. 147

¹²⁷ JUMAR, Fernando; PAREDES, Isabel. “*El comercio intraregional em El complejo portuario rioplatense: El contrabando visto através de los comisos, 1693 – 1777*”. Universidade Nacional de La Plata. *Memória Acadêmica. América Latina em la Historia Económica*. 2008. p. 33 – 99. p. 66

¹²⁸ PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento. O extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre. 2002 p. 132

¹²⁹ KUHN, Fábio. *Um Olhar sobre o Tráfico Nегreiro para a Colônia do Sacramento a partir dos registros paroquiais (1732 – 1777)*. Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba (UFPR). 2015. p. 8

como da vida na praça. Sacramento era de fato um “ninho de contrabandistas”.¹³⁰ As práticas governativas e o comércio – lícito ou não – estavam conectados por muitas vezes¹³¹. Os governadores apoiavam o comércio ilícito, desde que favorecessem sua administração ou seu Rei.

Buenos Aires era a “porta dos fundos” para o contrabando intra-americano¹³², e os portugueses souberam utilizar deste espaço. Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento do comércio ilegal na Colônia do Sacramento foram as ilhas próximas à praça lusitana. Muitos dos traficantes de escravos possuíam títulos militar destas ilhas, as quais utilizavam para fugir da fiscalização, isso também era praticado na América Espanhola na região central. Ilhas como Vera Cruz e Jamaica eram utilizadas como um ponto de parada para desembarcarem escravos que posteriormente eram comercializados. Assim também se podia ter um controle da oferta de mão de obra escrava no mercado¹³³. Buenos Aires procurou autonomia frente aos navios que vinham de Servilla e frente ao monopólio britânico, portanto o contrabando foi a alternativa encontrada¹³⁴. O contrabando era bom para a população colonial, pois, além de agilizar a exportação dos produtos americanos, que se fazia pelas mesmas embarcações que traziam mercadoria para o Novo Mundo, estas que, por sua vez, supriam as carências da praça em que comercializavam¹³⁵.

Nem mesmo em período de guerras ou de cercos, como o de 1735 a 1737, realizados na Colônia do Sacramento foram suficientes para encerrar o comércio de cativos em ambos os lados. O contrabando estabelecido pelos súditos ibéricos no Rio da Prata foi lucrativo para ambos os lados. Além disso, os vínculos estabelecidos para além das relações comerciais contribuíram para a formação de uma sociedade colonial

¹³⁰PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento. O extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre. 2002 p. 28 ao referir-se ao trabalho de Capistrano de Abreu

¹³¹DIAS, Erika S. de Almeida C. *Redes Mercantis, Os homens de Negócio e a Coroa Portuguesa: Propostas de Empresas comerciais na segunda metade do século XVIII*. In: LISBOA, Breno Almeida Vaz [Et. Al]. *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia: poderes, negócio e sociabilidades em Pernambuco colonial. Séculos XVI-XVIII*. Editora UFPE, 2016. p. 244

¹³²CROSS, Harry E. *Commerce and Orthodoxy: a Spanish response to portygyese commercial penetration in the viceroyalty of Peru (1580-1640)* p. 154

¹³³O' MALLEY, Gregory E. *Final Passages The Intercolonial Slave Trade Of Brithish América, 1619-1807*. North Carolina Press. 2014 p. 246-247

¹³⁴CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata: 1580 – 1640*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984. p. 77 e p. 87.

¹³⁵PELÁEZ, Maria Cristina N. “De las “malas entradas” y las estrategias del “buen pasaje”: el contrabando de esclavos en el Caribe neogranadino, 1550-1690”. *Historia Critica*. Bogotá, jul-dez. 2007, p. 164

platina. Nesta, a fronteira era apenas uma linha divisória territorial, que não impedia que indivíduos de ambos os lados mantivessem relações pessoais e interesses em comum.

O conceito de contrabando precisa ser revisto para o período estudado, uma vez que, no Antigo Regime, a linha que diferencia o público do privado era muito tênue¹³⁶, pois os traficantes eram empresários que visavam ao lucro, sem pensar se o rei do qual eram súditos sairia ganhando ou perdendo. Também porque se sabe que houve presença de autoridades envolvidas no comércio ilícito, que, por vezes, incitavam-no em detrimento dos interesses da Coroa que representavam. D. João IV, então rei de Portugal, chegou a autorizar a venda de escravos africanos para a América Espanhola, desde que um terço dos escravos ficasse no mercado brasileiro, durante o período de guerra contra Espanhóis¹³⁷. O contrabando tolerado era aquele em que as autoridades locais, que deveriam combater o comércio ilícito¹³⁸, estavam inseridas. As autoridades locais por vezes incitavam o contrabando para facilitar seu acesso ao comércio e a valores¹³⁹. As redes do tráfico de escravos eram de alto nível de confiança¹⁴⁰, pois nelas se relacionavam muitas pessoas, mercadorias e valores. Na busca por estas vinculações, os comerciantes de cativos que atuaram na Colônia do Sacramento, em meados do século XVIII, buscaram diferentes estratégias para alcançar mobilidade social e distinção social.

¹³⁶KUHN, Fábio. “Os interesses do governador: Luiz Garcia de Bivar e os negociantes da Colônia do Sacramento (1749-1760)” Topoi. Revista de História. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, jan-jun. 2012. p.38

¹³⁷POSSAMAI, Paulo César. *O cotidiano da Guerra: a vida dos soldados na Colônia do Sacramento (1715-1735)*, 2001. p.37

¹³⁸ PIJNING, Ernst. *Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do Século XVIII*. Revista brasileira de História. São Paulo, 2001. p. 399

¹³⁹CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata: 1580 – 1640*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984. p.99

¹⁴⁰PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte – A economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p. 107

2. AGENTES DO TRÁFICO DE ESCRAVOS NO SÉCULO XVIII

Neste capítulo, proponho analisar o grupo de traficantes de escravos da Colônia do Sacramento em suas relações profissionais/comerciais e sociais, que eram estabelecidas nas mais diversas formas e se estendiam para além das fronteiras do Império Português. Para compreender os traficantes de escravos sacramentinos, realizarei uma abordagem sintética sobre traficantes de outras praças mercantis que estavam envolvidas no trato negreiro, como Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, além de portos na América Espanhola e África. Considerando que a Colônia do Sacramento estava envolvida em redes inraimperiais, transimperiais e extras imperiais¹⁴¹, faz-se importante a análise dos traficantes das outras localidades com as quais ela comercializava, tentando também remeter o trajeto e os agentes anteriores à chegada dos escravos ao Rio da Prata. Dessa forma, será possível comparar as estratégias dos traficantes lusos desta praça aos demais envolvidos no comércio de cativos ao longo do mundo atlântico.

Busco entender como se formavam as redes comerciais que atendiam interesses pessoais dos traficantes de escravos. Além disso, compreender como os diferentes grupos mercantis se articulavam nas sociedades imperiais/coloniais – que, apesar de não se reconhecerem como uma comunidade mercantil, articularam-se ao longo de todo o Oceano Atlântico, e principalmente na praça lusa-platina, com trajetória semelhantes. Apesar de terem um estilo de vida similar, tinham estratégias particulares para alcançar mobilidade social, conquistada através de relações mercantis que facilitavam o alcance de interesses pessoais e individuais. Apesar de não se reconhecerem enquanto comunidade, enquanto grupo, se interligavam através das redes comerciais e formavam uma grande sociedade mercantil, que nem sempre estava conectada apenas com os portos. Além disso, por vezes, não havia conhecimento das suas conexões e atividades por parte da metrópole¹⁴².

É indispensável lembrar que as redes nas quais os traficantes de escravos sacramentinos estavam inseridos eram apenas parte de um conjunto maior de vínculos

¹⁴¹PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte – A economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p. 102

¹⁴² MAURO, Frederic. *The Rise of Merchant Empire: Long Distance Trade in the early modern world (1350 – 1750)*. Cambridge University Press. 1990.

que eram estabelecidos com as demais praças envolvidas no trato negreiro. Portanto, novamente, faz-se necessário, neste capítulo, retomar estratégias de homens do trato negreiro de outras praças, para compreender como isso se refletia e se adaptava na Colônia do Sacramento.

O tráfico de escravos foi considerado por alguns historiadores às margens do comércio marítimo no período colonial; dessa forma, seus agentes estariam no submundo do comércio e da sociedade do período¹⁴³. Os comerciantes de cativos estariam, assim, excluídos dos círculos mais importantes da sociedade na qual viviam. Porém, com os avanços na análise da sociedade colonial, sabe-se que no século XVIII houve o aumento do fluxo do comércio Atlântico entre as costas africana e brasileira. Com a demanda crescente de cativos, o tráfico de escravos tornou-se um dos ramos mais lucrativos do comércio, possibilitando àqueles que viviam dele um rápido enriquecimento. Por meio dos montantes somados e das trocas mercantis realizadas, esses homens conquistaram além de influência local, ascensão e mobilidade social dentro de uma sociedade de Antigo Regime, a qual vivia à lei da nobreza. Em locais com economias exportadoras, era normal que se formasse uma elite mercantil¹⁴⁴, que certamente estaria de acordo com o tamanho da praça mercantil à qual estava associada. Porém, apesar dos interesses semelhantes, a estratégia para adquirir a mobilidade social mudava de um local para o outro e de um indivíduo para outro. Os negociantes foram aumentando sua importância dentro da sociedade portuguesa ao longo dos séculos. No entanto, tiveram-na reconhecida e se estabeleceram-se enquanto dignos de distinção dentro da sociedade colonial a partir do período pombalino, no século XVIII, em que foram estabelecidas regras e hierarquia para estes homens¹⁴⁵.

Os comerciantes que estavam inseridos em um grande grupo¹⁴⁶ mercantil¹⁴⁷ a qual interligava praças mercantis do Império Ultramarino Português com os demais

¹⁴³ MILLER, Joseph. *Way of Death Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade 1730-1830*. University of Wisconsin Press. 1996.

¹⁴⁴ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Rio de Janeiro e Charleston, S.C. As comunidades de mercadores no século XVIII*. In: *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol. 12, Nº 4 (Octo, 1970), pp. 565 – 582. p. 565

¹⁴⁵ PEDREIRA, Jorge M. *“Os homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755 – 1822) Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 1995. p. 155

¹⁴⁶ Este grupo não necessariamente se reconhecia e se conhecia. A profissão era a mesma e por vezes cruzavam suas redes e relações. No entanto, dificilmente a maior parte deles chegou a atuar juntos, em sociedade.

Impérios foram os grandes responsáveis por alterações no mercado e na sociedade portuguesa ao longo do setecentos¹⁴⁸. No século XVIII, a profissão de comerciante tornou-se importante na sociedade de Antigo Regime. Por isso, para entendermos a sociedade colonial deste período, fazem-se importantes à compreensão as estratégias mercantis e sociais dos homens que se dedicavam ao comércio. Sua ascensão social era fruto da conversão de acumulação mercantil em status social¹⁴⁹, permitindo que muitos se tornassem fidalgos do seu Rei. “Os relatos sobre o negócio do comércio de escravos envolvendo riqueza e poder/prestígio por parte dos negociantes constituiu num importante aspecto para o entendimento do funcionamento da sociedade e do Império Português no século XVIII¹⁵⁰”. Apesar de custoso, o tráfico de escravos era altamente rentável¹⁵¹, o que chamou a atenção de muitos negociantes que começaram a investir neste ramo do comércio. Como não havia um controle social rígido¹⁵², a dinâmica sociocultural era eficiente e facilitava ascensão social dos homens envolvidos no comércio de cativos, que enriqueciam rapidamente.

O grupo de comerciantes das mais diferentes praças mercantis no período colonial era heterogêneo. Ele estava dividido entre as atividades comerciais que cada um realizava e as demais funções que estes homens acumulavam, sem contar os interesses particulares de cada um deles. Havia aqueles que se dedicavam à venda de tecidos, de especiarias, e aqueles que, principalmente no setecentos, devido ao aumento da demanda, voltaram-se para o tráfico de escravizados de origem africana. Inicialmente, os homens que se dedicavam ao comércio não possuíam posições privilegiadas na sociedade portuguesa. No entanto, com as reformas pombalinas, passaram a ter mais presença social, principalmente depois da criação das Juntas de

¹⁴⁷ FERREIRA, Roquinaldo. “*Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a microescala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX*” in: Tempo. n° 20, jan/jun 2006, p.23-49. p. 25

¹⁴⁸ PEDREIRA, Jorge M. “*Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais*”. Análise Social, vol. XXVII, 1992. p. 410

¹⁴⁹ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *O Fidalgo-mercador Francisco Pinheiro e o “negócio da carne humana”, 1707 - 1715*. Atas do Congresso Internacional Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/232982911/O-Fidalgo-mercador-Francisco-Pinheiro-e-o-Negocio-Da-Carne-Humana-1707-1715> Acessada em: 12/02/2018 p.4

¹⁵⁰ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *O Fidalgo-mercador Francisco Pinheiro e o “negócio da carne humana”, 1707 - 1715*. Atas do Congresso Internacional Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/232982911/O-Fidalgo-mercador-Francisco-Pinheiro-e-o-Negocio-Da-Carne-Humana-1707-1715> Acessada em: 12/02/2018 p.20

¹⁵¹ RIBEIRO, Alexandre V. “*O comércio das almas e a obtenção de prestígio social: traficantes de escravos na Bahia ao longo do século XVIII*” in: Locus – Revista de História. Vol. 12, n° 2, Juiz de Fora, 2006, p. 9-27. p. 13

¹⁵² FERREIRA, Roquinaldo. “*Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a microescala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX*” in: Tempo. n° 20, jan/jun 2006, p.23-49. p. 29

Comércio. Destacavam-se entre os mercadores aqueles que não possuíam especialização em apenas um ramo do comércio. Estes podiam ser considerados mercadores de grosso trato, que tinham grande diversificação de produtos e que não dependiam da liquidez de um único artigo para enriquecer¹⁵³. Dessa forma também evitavam-se prejuízos em caso de saturação do mercado consumidor, pois haveria variedades para comercializar. Era assim que, em geral, trabalhavam os traficantes de escravos. Dificilmente eles eram especializados apenas na compra e venda de cativos. Aproveitavam as viagens e as praças mercantis para vender outros produtos, que tinham origem dos diversos portos com os quais possuía contatos comerciais.

O setecentos foi a consolidação dos traficantes de escravos enquanto elite mercantil¹⁵⁴, pois o comércio de cativos foi o eixo do comércio colonial, que acabou por interligar os polos do extenso Império Ultramarino Português, além de conectá-los com territórios de diversas nacionalidades. Os comerciantes estavam, no século XVIII, mais numerosos e mais estáveis economicamente¹⁵⁵. Os mercadores que estavam inseridos no comércio de escravos procuravam aumentar sua influência local e ampliavam seu poder por toda a rede na qual estavam inseridos, que se estendia para além das fronteiras imperiais, o que era possível por meio do aumento do seu mercado consumidor, aumentando o número de praças com as quais comercializava e a quantidade de pessoas que atingia.

Apesar de a distinção entre os comerciantes ser anterior à criação das Juntas de Comércio, estas foram fundamentais por determiná-los enquanto grupo social. Embora se articulassem de forma individual, o reconhecimento pelo restante da sociedade colonial/imperial portuguesa enquanto grupo formado e articulado foi importante para que os comerciantes pudessem alcançar a nobiliarquia de forma mais eficiente. Dentro da Junta, foi possível diferenciar os comerciantes, entre aqueles que vendiam tecidos, daqueles que vendiam escravos, por exemplo. Assim, houve uma mudança de visão em relação aos comerciantes que não eram bem vistos na sociedade de Antigo Regime.

¹⁵³PEDEREIRA, Jorge M. “*Tratos e contratos: actividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755 – 1822)*”. Social, vol. xxxi (136-137), 1996 (2.º-3.º), 355-379 p.356-358

¹⁵⁴FLORENTINO apud FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p.174

¹⁵⁵MAURO, Frederic. *The Rise of Merchant Empire: Long Distance Trade in the early modern world (1350 – 1750)*. Cambridge University Press. 1990.

No século XVIII, o mercado ainda era imperfeito e regulado pelos privilégios obtidos na política. Já a política de mercês e privilégios parece ter cumprido um papel integrador no Império Ultramarino Português. Quem detinha o crédito eram os mercadores, eles mesmos controlavam as finanças, sempre em benefício próprio. Além disso, ao serem concedidas mercês para os traficantes de escravos, estes não abandonavam a carreira mercantil, utilizando dos títulos ao seu favor. Quanto mais alto este comerciante chegava na hierarquia social, mais crédito ele possuía e mais poderia investir no mercado e na sociedade local. Dessa forma também, este homem emprestava dinheiro, o qual conseguia por meio dos montantes que somou com o tráfico de escravos, criando uma cadeia clientelística¹⁵⁶. Sempre havia uma hierarquia entre os comerciantes, quando o sistema comercial se tornava complexo¹⁵⁷. Os traficantes conseguiram chegar ao topo da hierarquia social devido à capacidade de alcançar o êxito socioeconômico, somando cargos, títulos e fortunas por meio do tráfico ultramarino. Alguns homens procuraram aumentar sua rede comercial, ao invés de procurar distinção social. No entanto, o mais comum era que buscassem se diferenciar dos comerciantes mais simples e das demais pessoas dentro da sociedade na qual estavam inseridos. Os que mais obtiveram êxito social foram aqueles que procuraram o matrimônio e constituição de famílias para enraizarem seus interesses no local¹⁵⁸.

Havia diversas formas de aumentar sua importância dentro das malhas sociais as quais estavam inseridas, entre elas estava o matrimônio. Os traficantes em geral vinham solteiros do reino e se casavam com moças nascidas no local, aproveitando para enraizar seus interesses na praça mercantil na qual realizavam comércio. Na Cidade do México, muitas famílias de mercadores chegavam à segunda geração de mercadores (algo diferente era encontrado na América Portuguesa, onde a maioria dos comerciantes investiu em terras, e seus descendentes dificilmente continuavam na profissão do pai, aproveitando o investimentos na terra e virando terratenentes¹⁵⁹). Era comum que os homens seguissem a carreira do pai e as filhas tivessem casamentos arranjados com

¹⁵⁶MARTINS, Mônica. *Ascensão dos homens de negócio e o fim das corporações do Brasil*. Polis – Laboratório de História Social. 2008 p.2 e 4

¹⁵⁷SOUZA, George F. Cabral de. *Elites e exercício de poder no Brasil colonial: a Câmara Municipal do Recife, 1710 – 1822*. Recife: Editora UFPE, 2015 p. 295

¹⁵⁸RIZO PATRON, P. *En Vinculación parental y social de los comerciantes de Lima a fines del período virreinal (pp. 17-27)*. PUCP. 1999. p. 17 e 21

¹⁵⁹RIBEIRO, Alexandre Vieira. *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos e grupo mercantil (c. 1750 – c. 1800)* /Alexandre Vieira Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2005. XIII, 256f.: II; 31cm. Orientador: Antônio Carlos Jucá de Sampaio. Tese (Doutorado) – UFRJ-IFCS/Programa de Pós Graduação em História Social, 2009. p. 364 e 365

outros mercadores. Os casamentos das famílias de negociantes da Nova Espanha eram com homens que vieram de locais mais variados do Reino, para que ampliasse suas redes de relação. As relações familiares eram importantes comunidades de solidariedade. Antes das relações familiares e matrimoniais, outro fator que aproximou os comerciantes do México era a questão religiosa e a origem judaica¹⁶⁰.

Outra maneira de alcançar diferenciação dentro da sociedade colonial era o compadrio, muito utilizado entre os traficantes e comerciantes coloniais, inclusive com homens que não habitavam a mesma cidadela – por exemplo, as relações de compadrio estabelecidas entre traficantes de Sacramento e os da Bahia. Estas relações de compadrio não se estendiam apenas entre os comerciantes. Em busca da ampliação dos seus interesses no local onde estavam sediados, os traficantes de escravos escolhiam ou eram convidados a serem padrinhos por homens que possuíam profissões distintas das deles. O compadrio conectou diferentes estratos da sociedade colonial, poderiam ser comerciantes, militares, terratenentes e inclusive representantes da Coroa. Por fim, outra maneira de diferenciação dentro da sociedade colonial era o recebimento de títulos e honrarias, que auxiliava a aumentar o seu poder local, chegando a ocupar cargos fazendários, os quais poderiam ser utilizados em benefício próprio, favorecendo seu comércio. As patentes militares que os traficantes da Bahia ganhavam não significavam façanhas militares, mas sim prestígio e poder¹⁶¹. Os títulos militares garantiam isenção no pagamento de impostos, o que os auxiliava a aumentar suas riquezas e facilitava seu comércio. Tais práticas eram comuns em todo Império Ultramarino Português e que foram se reproduzindo ao longo dos séculos em que os lusos dominaram as transações no Atlântico Sul. Dessa forma, assentavam interesses nas praças mercantis as quais tinham predileções comerciais, não necessariamente morando no local, mas estabelecendo vínculos profundos e pessoais com a comunidade.

Sua origem auxiliava-os a terem uma rede mercantil mais ampla, pois em geral saíam da Europa já possuindo contatos mercantis. Já na América Espanhola, os mercadores em geral eram *criollos*, ou seja, espanhóis nascidos no Novo Mundo. Ainda havia aqueles que saíam do reino, ainda adolescentes, para tentar a vida em terras

¹⁶⁰ HOBBERMAN, Louisa Schell. *Merchants in seventeenth-Century Mexico City: A Preliminary Portrait*. In: *The Hispanic American Historical Review*. Vol. 57, No. 3 (Aug., 1977), p. 494 e 499

¹⁶¹ RIBEIRO, Alexandre V. “O comércio das almas e a obtenção de prestígio social: traficantes de escravos na Bahia ao longo do século XVIII” in: *Locus – Revista de História*. Vol. 12, nº 2, Juiz de Fora, 2006, p. 9-27. p. 25

americanas e passaram a ocupar cargos importantes no vice-reino, com o decorrer do tempo¹⁶². As relações com os administradores coloniais era uma forma de aumentar sua influência no local. Os traficantes caribenhos, por exemplo, possuíam laços fortes com os representantes da Coroa Espanhola¹⁶³. O comércio clandestino de escravos era realizado por homens que tinham fortes vínculos e que dominavam significativamente a vida local. Alguns traficantes chegavam a ocupar cargos importantes da administração colonial. Na Nova Espanha, não eram tanto cargos legislativos – como no caso de Pernambuco onde os negociantes tornaram-se homens bons, participando significativamente das decisões da Câmara – e sim cargos fazendários¹⁶⁴. Aproveitavam do seu cargo para se favorecerem e favorecer seu comércio, não pagando impostos e realizando contrabando, somando, assim, altos montantes.

Havia a formação de uma grande comunidade mercantil, que criava vínculos informais. De certa forma, não havia origem natal que desunisse os comerciantes. Seus interesses econômicos e pessoais estavam à frente dos vínculos de soberania da sua Coroa. Apesar de negociar com diferentes pontos comerciais nos diferentes continentes, era a América um excelente local para a venda de produtos manufaturados europeus, pois era um local onde todos – sem distinção de origem – podiam comprar e vender. Havia associações ou círculos comerciais que facilitassem trocas e locomoções de mercadorias, mas nenhuma lei regia o mercado, definitivamente¹⁶⁵. As associações ou Juntas de Comércio vieram de forma tardia, em uma sociedade que era regida pelo comércio há décadas. Apesar de alguns traficantes trabalharem em conjunto, a maioria não possuía vínculos de sociedade ou companhias de comércio.

Em Lima, os traficantes trabalhavam sozinhos, em geral, assim como na América Portuguesa. Os hispânicos, devido a essa característica, tinham dificuldades em decidir em qual dos polos das rotas mercantis se instalar e procurar se enraizar. Eram poucos que possuíam sociedade com outros mercadores. Em geral, estabeleciam-se em um porto, deixando alguém de confiança – pessoas da família ou com qualquer

¹⁶² LAMIKIZ, Xavier. *Trade and Trust in the eighteenth-century atlantic world. Spanish merchants and their overseas networks*. In> Studies in History

¹⁶³ PELÁEZ, Maria Cristina N. “De las “malas entradas” y las estrategias del “buen pasaje”: el contrabando de esclavos en el Caribe neogranadino, 1550-1690”. *Historia Critica*. Bogotá, jul-dez. 2007, p. 160-183. p. 163

¹⁶⁴ HOBERMAN, Louisa Schell. *Merchants in seventeenth-Century Mexico City: A Preliminary Portrait*. In: *The Hispanic American Historical Review*. Vol. 57, No. 3 (Aug., 1977), pp. 479-503

¹⁶⁵ HANCOCK, David. *Cintizens of the World London merchants and the integration of the British Atlantic community, 1735-1785*. Harvard University Cambridge University Press

outra pessoa que possuíam vínculos pessoais – para cuidar outro ponto. Mesmo com os comerciantes limenhos abastecendo a praça com frequência, a presença de estrangeiros era inevitável. Lima estava em um ponto importante da América Espanhola, muito próxima a Potosí, o que facilitava as trocas mercantis por prata. Era natural que comerciantes de diferentes origens e reinos trocassem mercadorias ao longo de todas as praças mercantis coloniais¹⁶⁶. Os estrangeiros conseguiam alguns benefícios, como a isenção no pagamento de algumas taxas comerciais, pois não eram súditos daquele Império.

Na formação da elite mercantil, havia diferentes formas de distinção social. As fortunas somadas por meio do comércio marítimo davam acesso ao poder político e elevado status social dentro da sociedade limenha, por exemplo. No entanto, o status sociopolítico alcançado também aumentava suas possibilidades econômicas. Ambos os caminhos eram possíveis e muitas vezes coexistiam entre os traficantes¹⁶⁷. Diferentemente de alguns locais, onde a distinção social entre os comerciantes surgiu para diferenciar a elite mercantil da nobreza de sangue, em Lima, os traficantes conseguiram chegar à nobreza; afinal, suas fortunas eram fundamentais para manter o nível de vida considerado nobre. Para isso, provavam sua pureza de sangue (mostravam-se desvinculados dos judeus – que em toda península Ibérica estavam vinculados ao ofício de mercador), conseguiram cargos públicos e recebiam mercês concedidas pelo senhor “El Rey”. Na Espanha, também a compra de títulos foi algo comum, criando uma nova nobreza, não de sangue, mas de riqueza. Quem possuía acesso ao crédito eram justamente os comerciantes, que se beneficiaram desta venda de títulos. Com a ascensão social dos traficantes, os terratenentes também passaram a se interessar pelo comércio e procuraram estabelecer vínculos de parentela com os negociantes¹⁶⁸. Apesar de serem donos de escravos e terem títulos, a nobreza de terra queria aproximação com aqueles que possuíam a capacidade de reprodução do sistema escravista.

Apesar de estarem em portos diferentes, os costumes da população e as instituições eram semelhantes, principalmente no que dizia respeito ao Império Português. Além disso, os comerciantes geralmente estavam envolvidos no tráfico de

¹⁶⁶ LAMIKIZ, Xavier. *Trade and Trust in the eighteenth-century atlantic world. Spanish merchants and their overseas networks*. In> *Studies in History*

¹⁶⁷ RIZO PATRON, P. *En Vinculación parental y social de los comerciantes de Lima a fines del período virreinal (pp. 17-27)*. PUCP. 1999. p. 17-18

¹⁶⁸ RIZO PATRON, P. *En Vinculación parental y social de los comerciantes de Lima a fines del período virreinal (pp. 17-27)*. PUCP. 1999. p. 19 e 21

cativos, atravessando diversas vezes o oceano. Não necessariamente faziam parte das viagens, por vezes apenas mandavam seus representantes. Os laços comerciais que ligavam o Rio de Janeiro a Benguela, por exemplo, eram reforçados por laços de compadrio que eram estabelecidos entre pessoas com os ofícios mais diversos, não apenas com comerciantes. Em Benguela, muitos comerciantes ocupavam cargos militares e administrativos importantes, o que possibilitava a eles isenção de impostos e favorecia o enriquecimento. No continente africano, havia alguns comerciantes de origem brasileira participando das negociações, assim como lusos e negociantes locais. Todos muito ligados ao porto do Rio de Janeiro. Os comerciantes independentes – em geral de origem brasileira, que atuavam em ambas as margens atlânticas – ocupavam cargos importantes nas duas margens. Era um processo multicultural, não havia uma necessidade de identidade nacional entre eles para que as trocas comerciais fossem realizadas. Assim como Benguela estava para os fluminenses, Luanda estava para a Bahia e para Pernambuco, além das correntes mercantis que auxiliavam o comércio entre as regiões citadas, a relação pessoal passou a colaborar no mercado colonial. Os lusos passaram a enfrentar dificuldades em fazer comércio com Benguela, no século XVIII, sem que os brasileiros intervissem nas negociações. Afinal, apesar da maioria dos traficantes serem de origem portuguesa, o maior comércio estava no Brasil¹⁶⁹.

Benguela era o segundo porto mais importante no setecentos em todo o Atlântico sul, perdia apenas para os cariocas. Os fluminenses eram responsáveis também por procurarem cativos para serem revendidos para outros portos autorizados no Brasil, fazendo do Rio de Janeiro o porto redistribuidor de mercadorias para toda América Portuguesa no século XVIII. O que facilitava de fato o comércio com essa região da África é que as autoridades locais facilitavam o comércio com negociantes de diferentes nações, favorecendo o tráfico e o traficante de escravos. Os homens que negociavam com Benguela dificilmente se estabeleceram no local. Circulavam de uma margem à outra sem perder o vínculo com os africanos. No início do século XVIII, a Coroa Portuguesa permitiu o comércio direto entre os continentes africano e americano, o que fortaleceu as redes comerciais e aproximou os territórios. Esta permissão favoreceu principalmente os traficantes fluminenses que tornaram o porto do Rio de Janeiro o principal de todo o Oceano Atlântico.

¹⁶⁹ THOMPSON, Estevam Costa. *Negreiros in the south Atlantic: the community of "brazilian" slave traders in late eighteenth century Benguela*. *African Economic History*, Vol. 39. University of Wisconsin – Madison. 2011. p. 73 – 128 p. 73 - 79

Como característica da administração portuguesa, em geral, quem possuía grande influência e poder nos locais de colonização lusa eram os militares. No continente africano, não foi diferente. No entanto, em Benguela, os traficantes passaram a assumir um papel fundamental na sociedade, devido à dependência da localidade quanto ao comércio que era estabelecido com o Brasil. Portanto, os comerciantes passaram a receber títulos militares para aumentar seu prestígio. Outra forma de distinguirem-se na região foi o casamento, como anteriormente citado, servia para enraizar seus interesses no local, mas também para ampliar suas redes sociais. Como em quase todo território luso, a Câmara era um espaço utilizado pela elite local para distinção. Em Benguela, os traficantes passaram a ocupar cargos camarários e utilizavam a burocracia a seu favor, manipulando instituições coloniais para controlar o tráfico de escravos. O comércio em Luanda e Benguela funcionou muito bem devido à grande presença de comerciantes fluminenses nessas praças, que dominaram o comércio africano por muito tempo. Formou-se, assim, uma nova comunidade mercantil afro-brasileira que tinham relações comerciais e às vezes de parentesco fictício¹⁷⁰.

2.1 COMERCIANTES DE CATIVOS LUSO-BRASILEIROS

Inicialmente, a profissão de comerciante não era vista como nobre, pois eram homens que viviam do seu próprio trabalho, além de ela estar muito vinculada aos cristãos novos. No entanto, no século XVIII, devido à importância do comércio para o Império Ultramarino Português, assim como para o território brasileiro, os comerciantes já estavam muito misturados à sociedade civil. Aproveitando o crescimento do comércio colonial, D. José e seu Secretário de Estado, o Marquês do Pombal, decidiram hierarquizar os homens que viviam do comércio para separá-los dos nobres. Provavelmente as denominações que eram dadas aos comerciantes em cada praça variavam conforme as suas dimensões, mas em geral, em Minas Gerais, quem se intitulava “Homem de Negócio” eram aqueles que traficavam escravos¹⁷¹. As distinções sociais entre os comerciantes não se davam apenas pelo tipo de comércio que

¹⁷⁰ THOMPSON, Estevam Costa. *Negreiros in the south Atlantic: the community of “brazilian” slave traders in late eighteenth century Benguela. African Economic History*, Vol. 39. University of Wisconsin – Madison. 2011. p. 73 – 128 p. 80 – 83 e 88 - 91

¹⁷¹ RODRIGUES, Aldair Carlos. *Homens de Negócio: Vocabulário Social, Distinção e Atividades Mercantis nas Minas Setecentistas*. HISTÓRIA, São Paulo, 2009 p. 199 - 202

realizavam, mas também devido ao local onde ele era exercido e como se realizava. Outro fator que colaborou para que os comerciantes fossem aceitos dentro da sociedade colonial foi a criação das Juntas de Comércio, que facilitaram a distinção econômica e social entre os negociantes¹⁷². Assim, foi possível verificar quem eram aqueles homens que tinham negócios de grosso ou de modesto trato, possibilitando que os maiores tivessem uma ascensão social.

Com a ampliação da necessidade de mão de obra escravizada na América, devido à ampliação da economia agrária de *plantation*, tal como com a descoberta das minas de ouro na região das Gerais, uma nova elite colonial surgiu. A demanda pela mão de obra escravizada fez aumentar as relações comerciais no Atlântico Sul e crescer, dessa forma, a importância dos traficantes de escravos dentro da sociedade colonial. O século XVIII consolidou o grupo de comerciantes como elite colonial. Por este motivo, se faz importante a análise das suas trajetórias. Considerando o Brasil como o país em que mais tempo perdurou a escravidão, devido à capacidade de reprodução social que o tráfico de escravo possibilitou, é imprescindível lembrar que os traficantes eram responsáveis pela perpetuação deste comércio de cativos.

Os comerciantes luso-brasileiros tinham caráter múltiplo de atuação empresarial, não investindo apenas em um produto, nem mesmo em uma única praça mercantil¹⁷³. Portanto, os traficantes de escravos não comercializavam exclusivamente cativos, mas também outros produtos que adquiriam tanto na costa africana quanto nos portos brasileiros¹⁷⁴. Atuavam esporadicamente nas diferentes praças, sempre procurando atender às demandas locais. Para isso, era comum que tivessem comissários nas diferentes praças, que os mantinham informados a respeito das necessidades do local. Em relação ao comércio estabelecido com o Rio da Prata, não havia uma frequência de embarcações enviadas para a região. Vir para o Brasil fazer carreira mercantil era uma estratégia muito utilizada pelos comerciantes portugueses¹⁷⁵. Tal questão os auxiliava a ter suas relações ampliadas, pois já possuíam contatos comerciais em Portugal assim que saíam do Reino.

¹⁷² PEDREIRA, Jorge M. “Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais”. *Análise Social*, vol. XXVII, 1992, p. 412 e 415

¹⁷³ FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p.324 - 325

¹⁷⁴ FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras. Uma História do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX – São Paulo*. 1997 p.182

¹⁷⁵ PEDREIRA, Jorge M. “Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais”. *Análise Social*, vol. XXVII, 1992. p. 431

De maneira oposta a outras regiões da América Portuguesa, que não possuíam a necessidade de um fluxo intenso de mão de obra escrava – como o das Gerais –, entrando em seus portos, os homens que se dedicavam ao comércio buscaram diversificar seus produtos. Dessa forma, evitavam prejuízos ou falta de giro dos produtos que revendiam. Outro fator que contribuiu para o sucesso desses mercadores era possuir contatos comerciais com mais de um porto marítimo, para que se pudesse diversificar os produtos que eram revendidos. Com o passar dos anos, os traficantes fluminenses perceberam a importância de panos indianos nas negociações na costa africana, para tanto estabeleceram vínculos em Goa (na Índia) para que garantissem a compra de escravizados na África. No entanto, para que as ligações com diferentes pontos do Império Ultramarino Português ocorressem de forma consistente, era preciso influência, conhecimento e experiência; logo, só os homens de grosso trato conseguiam realizar este tipo de comércio¹⁷⁶.

Dentro dessa característica múltipla, apesar de o comércio de longa distância com Ásia e África garantir lucros mais significativos para os traficantes luso-brasileiros, muitos não fixavam seus interesses somente nas praças atlânticas, também investiam no comércio intrainperial, monopolizando, de certa forma, todas as vias do comércio. Assim, trabalhavam algumas vezes em um sistema de sociedade que podia acontecer de duas formas: 1) dividir os custos com a embarcação – o que diminuía o montante que conseguiriam somar no final da viagem, mas que agilizava a saída de navios dos portos; 2) estabelecer contratos com pessoas que estavam fixadas em outros portos, como comissários, por exemplo. Esta última estratégia facilitava as trocas mercantis, pois assim tinham acesso a informações importantes em relação à demanda dos mercados locais. Dessa forma, direcionavam produtos conforme a necessidade dos consumidores¹⁷⁷. Assim, os comerciantes, que não eram especializados em nenhum tipo de comércio, levavam diferentes mercadorias que seriam trocadas nas praças que as necessitasse, o que garantia liquidez dos produtos e ausência de prejuízos. Outra forma de evitar perdas e de aumentar seu leque de possibilidades era o tráfico intrainperial. Os mesmos traficantes luso-brasileiros que possuíam laços com o outro lado do Atlântico

¹⁷⁶ BRAGA, Nilza Licia Xavier Silveira. *Tráfico negreiro e fazendas têxteis: Uma breve trajetória do negociante e conselheiro Elias Antônio Lopes nos negócios africanos e indianos (fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX)*. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO, 2005. p. 6 e 8

¹⁷⁷ RIBEIRO, Alexandre V. “O comércio das almas e a obtenção de prestígio social: traficantes de escravos na Bahia ao longo do século XVIII” in: *Locus – Revista de História*. Vol. 12, nº 2, Juiz de Fora, 2006, p. 9-27. p. 11- 13

tinham relações comerciais internamente na América, como no caso da Colônia do Sacramento.

Foi somente no setecentos que os homens que viviam do comércio conseguiram se estabelecer como elite e garantir privilégios, o que se deveu principalmente ao crescimento do mercado de cativos que lhes garantiu alta lucratividade. A elite comercial colonial tinha certa autonomia frente à metrópole, pois detinha a capacidade de reprodução social e econômica¹⁷⁸. Por meio principalmente do comércio de escravos, que gerava lucros e possibilitava o surgimento de um mercado interno, esta independência era conquistada, como no caso dos homens de grosso trato do porto fluminense, que passaram a ser modelo de ascensão social para as demais praças lusas no século XVIII¹⁷⁹. Devido ao cabedal dos traficantes que se estabeleceram no Rio de Janeiro, foi possível que o porto comercializasse com os mais diferentes locais, dentro e fora do Império Português, como o caso de Benguela, Angola, Minas Gerais e Colônia do Sacramento. Muitos comerciantes luso-brasileiros que tinham negócios com a Colônia do Sacramento estavam envolvidos na Casa da Moeda. Devido ao comércio que desenvolviam na região platina, tinham acesso à prata que era escoada de Potosí, assim podiam oferecê-la para produção de moedas¹⁸⁰. Além disso, ocupar cargos na administração colonial era importante tanto devido à distinção que ele oferecia dentro da sociedade quanto para usá-los em benefício próprio. Era comum que os traficantes de escravos do Rio de Janeiro e da Bahia estivessem envolvidos em cargos alfandegários, da Fazenda Real e da Alta Hierarquia das Ordenanças, uma vez que, ocupando cargos deste gênero, seu comércio poderia aumentar ou poderia burlar a fiscalização colonial. O trato de cativos envolvia valores altos e, por isso, só conseguia realizá-lo aqueles que

¹⁷⁸ FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p.377

¹⁷⁹ THOMPSON, Estevam Costa. *Negreiros in the south Atlantic: the community of “brazilian” slave traders in late eighteenth century Benguela*. *African Economic History*, Vol. 39. University of Wisconsin – Madison. 2011. p. 73 – 128 p. 74 e 75

¹⁸⁰ KUHN, Fábio. *Conexões Negreiras: contrabandistas de escravos no Atlântico Sul (Rio da Prata, 1730 – 1752)*. *Revista Anos 90*. Porto Alegre, v. 24, n. 45, p. 101 – 132, julho de 2017. p. 123

tinham poderio financeiro para isso para isso¹⁸¹. Geralmente, os homens com maior cabedal eram aqueles que se dedicavam ao comércio de escravos¹⁸².

Necessitavam de estratégias para aumentar sua influência nas praças mercantis, pois, em sua maioria, tinham origem portuguesa, vindo ao Brasil em busca de enriquecimento rápido. Chegavam à América sem muitos contatos, mas somente o fato de terem nascido no reino já lhes garantia contatos importantes na Europa. Para enraizar seus interesses nas praças mercantis, era comum estabelecer vínculos de matrimônio e compadrio. As relações familiares no ambiente de economia instável, como era a do período colonial, eram muito importantes¹⁸³. Em uma sociedade que vivia à lei da nobreza, buscar formas de nobiliarquia era importante. Muitos ganhavam cargos na administração da colônia, outros buscavam títulos ligados à Igreja, como o de Familiar do Santo Ofício.

Os comerciantes luso-brasileiros buscaram na política de casamentos a ampliação da sua rede de contato no local. O matrimônio foi utilizado como uma das estratégias destes homens. Apesar de manterem seus vínculos com o mar e as negociações, uma parte significativa dos traficantes de escravos brasileiros acabou por investir em terras. Havia aqueles que também buscavam se casar com filhas de terratenentes para acrescentar ao seu status social. Na sociedade de Antigo Regime, a verdadeira nobreza estava vinculada a terra; portanto, possuir este tipo de propriedade, garantiria distinção. Eram realizados casamentos com moças de famílias terratenentes, mas também podiam acontecer com famílias de comerciantes¹⁸⁴, apesar de este ocorrer na minoria das vezes. Era mais comum, no entanto, que se casassem com filhas da elite agrária, enraizando seus interesses e ampliando suas possibilidades no local que habitavam¹⁸⁵. O casamento entre esses dois grupos que buscavam distinção social

¹⁸¹ BRAGA, Nilza Licia Xavier Silveira. *Tráfico negreiro e fazendas têxteis: Uma breve trajetória do negociante e conselheiro Elias Antônio Lopes nos negócios africanos e indianos* (fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX). Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO, 2005. p. 3 e 4

¹⁸² PEDREIRA, Jorge M. *“Os homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755 – 1822) Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 1995. p. 329*

¹⁸³ FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p.331

¹⁸⁴ RIBEIRO, Alexandre V. *“O comércio das almas e a obtenção de prestígio social: traficantes de escravos na Bahia ao longo do século XVIII”* in: *Locus – Revista de História*. Vol. 12, nº 2, Juiz de Fora, 2006, p. 9-27. p. 15

¹⁸⁵ FRAGOSO, João. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)*. In: BICALHO, Maria Fernanda, FRAGOSO, João, GOUVÊA Maria

dentro da colônia somente foi possível pois a elite rural também tinha interesses no comércio. O matrimônio da nobreza de terras com comerciantes não era bem visto, devido à origem dos negociantes ser inferior ou por eles viverem do seu próprio trabalho. No entanto, por meio do casamento, ocorria a transferência da acumulação mercantil para os terratenentes, o que garantia “sobrevida a um sistema econômico”¹⁸⁶ que estava desequilibrado. Apesar de muitos negociantes terem procurado o matrimônio para enraizar seus interesses na América Portuguesa, era comum também que os negociantes permanecessem solteiros, devido ao seu estilo de vida, que não possibilitava a estabilidade geográfica¹⁸⁷. Era natural que o matrimônio fosse uma estratégia para o crescimento e ascensão tanto econômica quanto social¹⁸⁸.

Na Bahia e no Rio de Janeiro, os comerciantes buscavam se tornar membros do Tribunal do Santo Ofício ou ganhar patentes militares também¹⁸⁹, ambas as formas de distinção comercial. Para a aquisição da primeira, era necessário comprovar a sua desvinculação e a de seus familiares (antepassados ou não) com os cristãos-novos, o que provava um passado “limpo” da sua família. Já a segunda, os principais cargos militares eram dados, em geral, para a nobreza de terra. Assim, quando era lhes concedidas patentes, aproximavam-se mais deste grupo social. Além disso, os militares estavam isentos do pagamento de impostos, o que os auxiliava a enriquecer.

Fátima. Antigo Regime nos trópicos, *A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2001 p. 54

¹⁸⁶ FRAGOSO, João. *Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII)*. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. p.47

¹⁸⁷ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Batismos, casamentos e formação de redes: os homens de negócio cariocas nas fontes paroquiais setecentistas*. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014 p. 193

¹⁸⁸ OLIVEIRA, Lucimeire da Silva. *Para além da praça mercantil: notas sobre laços de parentesco e alianças matrimoniais dos homens de negócio da praça do Rio de Janeiro setecentista*. In: SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Batismos, casamentos e formação de redes: os homens de negócio cariocas nas fontes paroquiais setecentistas*. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014 p. 270

¹⁸⁹ Ver: FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras. Uma História do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII - XIX* – São Paulo. 1997

& SOUZA, Cândido Eugênio Domingues. *Tráfico e traficantes – poder e riqueza dos traficantes de escravos na Cidade da Bahia (1700 – 1751)* ANPUH Nacional – Fortaleza, 2009

O que estes negociantes queriam era um lugar dentro da “nobreza colonial”¹⁹⁰. Os homens que viviam do seu comércio tinham maior poder econômico do que a aristocracia rural; no entanto, esta tinha um padrão de vida a ser copiado, que nem sempre foi alcançado pelos traficantes. Dessa forma, traficantes e comerciantes de modo geral passaram a participar mais da vida pública da colônia para que pudessem ser reconhecidos dentro da sociedade de Antigo Regime nos Trópicos. Em locais, como em Pernambuco, começaram a ocupar cargos importantes nas Câmaras Municipais, pois, além de poder, passaram a ter apoio da Coroa. Além de cargos camarários, esses homens também passaram a serem membros da administração e ter cargos fazendários de arrecadação de tributos e de manter algumas estruturas da administração colonial. Os comerciantes que traficavam escravos não tinham estatuto inferior ao restante dos mercadores¹⁹¹, é possível pensar, pelo contrário, que, pelo tráfico de escravos ter se tornado o ramo mais rentável das negociações ultramarinas, os traficantes de cativos tenham ascendido na hierarquia colonial e mercantil. Outro fator que contribuía para o alcance a mais crédito para investimento nos diferentes setores era participar de uma irmandade¹⁹², pois, dentro dessas instituições, criavam-se vínculos e tornavam-se conhecidos dos mais diferentes homens, podendo pedir e realizar empréstimos. Assim, estavam inseridos nos principais pilares da administração portuguesa, alcançando além de mobilidade social, maior reconhecimento na comunidade na qual estavam inseridos. Quanto mais próximo estivessem da nobreza de sangue, maior reconhecimento adquiriam¹⁹³. Em uma sociedade ultramarina, possuir contatos deste patamar poderia auxiliar no seu comércio.

Facilmente os comerciantes ligados ao comércio de cativos enriqueciam de forma rápida, principalmente no século XVIII. No setecentos, os comerciantes passaram a ocupar locais importantes para distinguirem-se dentro da sociedade colonial. Em algumas oportunidades, devido às suas fortunas arrecadadas por meio do comércio, os

¹⁹⁰ RIBEIRO, Alexandre V. “O comércio das almas e a obtenção de prestígio social: traficantes de escravos na Bahia ao longo do século XVIII” in: *Locus – Revista de História*. Vol. 12, nº 2, Juiz de Fora, 2006, p. 9-27. P. 16

¹⁹¹ SOUZA, George F. Cabral de. *Elites e exercício de poder no Brasil colonial: a Câmara Municipal do Recife, 1710 – 1822*. Recife: Editora UFPE, 2015 p. 295 – 287 e p. 305

¹⁹² MARTINS, Mônica. *Ascensão dos homens de negócio e o fim das corporações do Brasil*. Polis – Laboratório de História Social. 2008 p.11

¹⁹³ RIBEIRO, Alexandre Vieira. *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos e grupo mercantil (c. 1750 – c. 1800)* / Alexandre Vieira Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2005. XIII, 256f.: II; 31cm. Orientador: Antônio Carlos Jucá de Sampaio. Tese (Doutorado) – UFRJ-IFCS/Programa de Pós Graduação em História Social, 2009. p. 357

representantes reais deixavam que eles disputassem alguns cargos administrativos contra as famílias da nobreza de terra¹⁹⁴, o que mostra o crescimento da importância desses homens e da atividade que desenvolviam dentro da sociedade colonial. O comércio de cativos, no século XVIII, fez surgir uma nova força social, os mercadores acabaram por desequilibrar a sociedade portuguesa¹⁹⁵, pois concorriam com as classes favorecidas.

No entanto, no Antigo Regime, progredir financeiramente não era sinônimo de tornar-se nobre. Para isso, era necessária a busca por titulações relevantes dentro do Império Ultramarino Português, o que não era tão simples, pois passava por avaliação de alguns órgãos¹⁹⁶. Como a profissão de comerciante não era bem vista, foi comum a busca pela Carta de Familiatura. Para se obter a Carta, era preciso comprovar a Pureza de Sangue, ou seja, a não relação com os cristãos novos. Em Minas Gerais, a maioria dos comerciantes tinha o título de Familiar do Santo Ofício; além disso, a maior parte deles estava relacionada ao tráfico de cativos, para a capitania aurífera¹⁹⁷. Dessa forma, é possível constatar que os traficantes de escravos no Brasil, no século XVIII, tornaram-se parte de uma elite colonial e possivelmente Imperial. Devido às características desta capitania, alguns comerciantes atuavam exclusivamente no comércio de cativos, o que nas demais capitanias não era comum, pois ou os homens possuíam outras profissões além do comércio, ou negociavam outras mercadorias além de escravos. No entanto, é necessário levar em consideração que Minas foi, no século XVIII, um local que recebeu muitos escravos para trabalharem na extração do ouro, o que possibilitou maior estabilidade comercial àqueles homens que decidiram vender apenas escravos.

Certamente, assim que conseguissem enriquecer, diversificavam o ramo de investimento. A elite mercantil fluminense buscou, em um segundo momento, investir seus lucros na compra de bens, como no caso dos traficantes baianos, que começaram a comprar terras. Afinal, possuir terras no período colonial significava prestígio e a possibilidade de participação política. Outro fator que chama a atenção nos traficantes

¹⁹⁴ BORREGO, Maria Aparecida M. *A teia mercantil – Negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: Alameda, 2010 p. 16

¹⁹⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, século XVI e XVII*. Companhia das Letras, 2000. p. 12

¹⁹⁶ RIBEIRO, Alexandre V. "O comércio das almas e a obtenção de prestígio social: traficantes de escravos na Bahia ao longo do século XVIII" in: *Locus – Revista de História*. Vol. 12, nº 2, Juiz de Fora, 2006, p. 9-27. P. 17

¹⁹⁷ RODRIGUES, Aldair Carlos. *Homens de Negócio: Vocabulário Social, Distinção e Atividades Mercantis nas Minas Setecentistas*. História, São Paulo. 2009 p. 194, 195 e 196.

da cidade de Salvador foi a crescente participação deles na Câmara Municipal ao longo do século XVIII, o que comprova o aumento da sua importância na sociedade local¹⁹⁸. Assim como na Cidade da Bahia, em Pernambuco um dos benefícios que o enriquecimento trouxe aos traficantes foi a maior participação na política local. O crescente número de comerciantes que se tornaram homens bons no Recife apresenta o aumento da importância desta profissão dentro da sociedade de Antigo Regime nos Trópicos. No entanto, êxito econômico não representava ascensão social e inserção na política¹⁹⁹, era preciso adotar outras estratégias para alcançá-los, o que prova que as elites agrária e comercial não competiam, e sim tinham interesse em comum. Formaram, assim, no interior da nobreza de terras, alguns “bandos”, de forma estratégica, para manter ou acumular mais riqueza ainda. Relacionavam-se entre si, pois não eram uma nobreza que possuía origem sanguínea, era um estrato subalterno, mas que assumiu um papel fundamental na sociedade colonial²⁰⁰.

Uma característica importante dos comerciantes no século XVIII foi o controle do mercado de crédito, tendo em vista a inexistência de instituições financeiras, na época. Somando-se o sistema de crédito ao do comércio, esses homens atingiram montantes significativos e enriquecendo. Além disso, nem sempre eram exclusivamente comerciantes, podiam exercer outras profissões, como o caso dos comerciantes de Pernambuco²⁰¹. Alguns eram proprietários de engenho, outros possuíam títulos de ofício ou contrato. Mesmo realizando uma prática ilícita, não eram presos por serem membros poderosos da sociedade colonial. O status que alcançava devido aos montantes somados com o tráfico garantia-lhes privilégios significativos. No Rio de Janeiro, havia muitos traficantes de origem lisboeta. Suas empresas familiares possibilitaram um acúmulo de capital significativo, podendo investir no porto fluminense. Por meio destes investimentos, foi possível o desenvolvimento de um mercado interno, de um tráfico

¹⁹⁸ RIBEIRO, Alexandre V. “O comércio das almas e a obtenção de prestígio social: traficantes de escravos na Bahia ao longo do século XVIII” in: *Locus – Revista de História*. Vol. 12, nº 2, Juiz de Fora, 2006, p. 9-27. p. 25

¹⁹⁹ SOUZA, George F. Cabral de. *Elites e exercício de poder no Brasil colonial: a Câmara Municipal do Recife, 1710 – 1822*. Recife: Editora UFPE, 2015 p. 290 – 308; p. 293

²⁰⁰ FRAGOSO, João. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)*. In: BICALHO, Maria Fernanda, FRAGOSO, João, GOUVÊA Maria Fátima. *Antigo Regime nos trópicos, A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2001 p. 55e 58

²⁰¹ SOUZA, George F. Cabral de. *Elites e exercício de poder no Brasil colonial: a Câmara Municipal do Recife, 1710 – 1822*. Recife: Editora UFPE, 2015. p.290

interamericano. Com o mercado luso-brasileiro desenvolvido, o acúmulo de capital ficou na América Portuguesa, resultado de boas estratégias comerciais²⁰².

Os traficantes luso-brasileiros buscaram das mais diferentes formas mobilidade social dentro da sociedade na qual estavam inseridos. Eles se destacavam, em geral, não tanto devido a valores, mas sim devido à quantidade de vezes que realizavam comércio entre a costa africana e a brasileira. Afinal, viviam em uma sociedade de Antigo Regime que vivia à lei da nobreza, e não do enriquecimento pré-capitalista²⁰³.

2.2 TRAFICANTES DE ESCRAVOS DA COLÔNIA DO SACRAMENTO

A formação de um grupo mercantil na região meridional da América Portuguesa veio ao encontro dos interesses do Rio de Janeiro em comercializar com a região da Colônia do Sacramento, que tinha acesso à prata e ao couro²⁰⁴. Para os fluminenses, o acesso ao minério possibilitaria a circulação de moeda na praça, o que era escasso no período. Muitos traficantes chegavam à região meridional da América Portuguesa como caixeiro viajante de algum comerciante de outra praça lusa, como do Rio de Janeiro ou da Bahia, já possuindo, assim, contatos mercantis pré-estabelecidos²⁰⁵, mostrando o interesse dos comerciantes das demais praças lusas no mercado platino.

Apesar de o tráfico de escravos ter se tornado economicamente importante no século XVIII, não eram todos os mercadores que se dedicavam a este comércio. Dos 116 comissário/homens de negócio/comerciantes²⁰⁶ que atuaram na Colônia do Sacramento entre 1737 e 1777, apenas trinta e quatro podem ser considerados traficantes de escravos. Por meio de dados cedidos do projeto “*Os homens de negócio*

²⁰² DONOVAN, William M. *Commercial enterprise and Luso-Brazilian society during the Brazilian gold rush: The mercantile house of Francisco Pinheiro and the Lisbon to Brazil trade, 1695-1750*. Baltimore: The John Hopkins University, PhD dissertation, 1990. p. 287, 292, 296.

²⁰³ PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte – A economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p. 158

²⁰⁴ OSÓRIO, Helen. *O Império português no sul da América – Estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 100

²⁰⁵ OSÓRIO, Helen. *O Império português no sul da América – Estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 108

²⁰⁶ Dados cedidos do projeto “*Os homens de negócio da Colônia do Sacramento e o Contrabando de Escravos para o Rio da Prata (1737-1777)*”, financiado pelo CNPQ e executado entre 2012 e 2014, Professor Doutor Fábio Kuhn, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

da Colônia do Sacramento e o Contrabando de Escravos para o Rio da Prata (1737-1777)”, financiado pelo CNPQ e executado entre 2012 e 2014, coordenado pelo Professor Doutor Fábio Kuhn, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, teve acesso aos nomes dos homens que se dedicavam ao comércio na praça. Tais dados foram cruzados com os Registros de Óbito de Escravos²⁰⁷ (1737 – 1752) da Colônia, nos quais encontrei alguns nomes em comum. Considerei que aqueles que apareciam nas demais fontes citados como comerciantes/homens de negócio/negociantes/mercadores e que nos sepultamentos apareceram com maior frequência enterrando cativos, eram os traficantes de escravos sacramentinos. Considerando que Sacramento não possuía economia que necessitasse de mão de obra cativa em larga escala, estes homens estavam sepultando os escravizados que deveriam ter sido comercializados com a América Espanhola, mas que, por algum motivo desconhecido por nós, morreram ainda na praça lusa. Apesar da adversidade da fonte, que apresenta apenas as perdas que estes homens tiveram, é possível concluir que estes homens viviam do trato negreiro. Dessa forma, buscarei remontar estratégias e trajetória dos trinta e quatro traficantes de escravos que atuaram na Colônia do Sacramento entre as décadas de 1730 e de 1750. A maior parte dos comerciantes que atuavam no Rio da Prata eram temporários, vinham de outras praças, principalmente americanas, faziam seu comércio e retornavam ao seus portos de origem. No entanto, houve alguns negociantes que permaneceram na praça sacramentina, estabelecendo relações sociais, casando-se, construindo família e carreira na Nova Colônia.

Nestas fontes, além do nome, data do óbito e características do defunto, também é possível verificar por intermédio de quem o traficante sacramentino obteve o escravo. Portanto, esta documentação também permite remontar as relações comerciais que estes comerciantes estabeleciam com as demais praças luso-brasileiras, assim como com Buenos Aires. Esta fonte com detalhamentos sobre a origem do escravizado não era comum nos registros de sepultamento de cativos. Em geral, fazia-se uma análise bastante simples da morte, com poucas pontuações a respeito. Isso mudou, quando o Vigário João de Almeida Cardoso passou a lavrar os óbitos à praça, este pároco possuía como membro de sua família, Tomé Barbosa, traficante de escravo sacramentino. Por isso, é possível supor que o motivo pelo qual remetia em sua documentação o nome do

²⁰⁷ ACMRJ 2º Livro de Óbitos de livres e escravos da Colônia do Sacramento, fl. 91-137v (1735- 1747) e 6º Livro de Óbitos de negros, índios, mulatos e cativos, fl. 1-54v (1747-1752)

comerciante através do qual o escravizado havia chegado à Colônia do Sacramento, era de interesse daqueles que deviam pagar pelo cativo, pois, em caso de perda da mercadoria, poderia ser revista a questão do pagamento da dívida com comerciantes luso-brasileiros. Um exemplo destes registros é a fonte de vinte de maio de 1748: “Sebastião, preto boçal angola, que disse Gonçalo da Costa lhe era consignado por Luís Coelho Ferreira, morador da cidade da Bahia”²⁰⁸. Apesar dos detalhes importantes nos óbitos analisados, ainda há alguns que nos faltam, como a data da chegada das embarcações que traziam estes cativos à Colônia. Não havia uma época do ano específica para os desembarques; o comércio com a colônia ocorria durante todo o ano, bem como as mortes dos escravos. No entanto, pressupõe-se que eles tenham morrido logo após o desembarque em terras sacramentinas. Provavelmente muito debilitados de saúde devido às longas viagens enfrentadas, morriam na praça.

Seguramente, o grupo de traficantes de escravos da Colônia do Sacramento não se esgota nesses pouco mais de três dezenas de homens. Provavelmente, estes que aparecem nos registros de óbito de cativos eram os que realizavam o comércio com maior frequência ou tinham maior cabedal nessa esfera de comércio. Devido à importância deste ramo do comércio colonial, pode-se supor que a maioria dos comerciantes da praça sacramentina dedicava-se a estes negócios²⁰⁹ e, por isso, o grupo analisado não está esgotado. A Colônia do Sacramento, devido à proximidade com a América Espanhola, era atrativa para o contrabando – que facilitava o enriquecimento e a mobilidade social daqueles que o praticavam, além de dificultar o controle por parte das autoridades. O governador Antônio Pedro de Vasconcelos, referindo-se às relações estabelecidas entre portugueses e espanhóis na região platina, definiu Buenos Aires como principal fator para a prosperidade da Colônia do Sacramento²¹⁰.

Entre os anos de 1735 e 1752, foram enterrados mais de mil escravos na praça, entre os quais aproximadamente 250 cativos foram negociados entre os portos da

²⁰⁸ ACMRJ. Livro 6º de óbitos de negros, índios, mulatos e cativos (1747 – 1774), fl. 12v dia 20 de maio de 1748, sepultado no cemitério.

²⁰⁹ RODRIGUES, Aldair Carlos. *Homens de Negócio: Vocabulário Social, Distinção e Atividades Mercantis nas Minas Setecentistas*. HISTÓRIA, São Paulo, 2009 p.195 e p.196 O autor, ao tratar dos comerciantes mineiros, coloca que a maioria dos homens de negócio estavam envolvidos no trato negro, o que era comum nas diferentes praças mercantis da América Portuguesa; portanto, na Colônia do Sacramento, é provável que o padrão do período também foi seguido.

²¹⁰ POSSAMAI, Paulo César. *O cotidiano num enclave de fronteira; A Colônia do Sacramento (1680 – 1777)*. Revista e História e Diversidade. Dossiê: Fronteiras em Perspectivas. Vol. 8, nº 1, Sinop, 2016. p. 217

Cidade da Bahia, do Rio de Janeiro e a Colônia do Sacramento²¹¹. A maioria dos escravos foi sepultada no cemitério paroquial. A maior parte dessas negociações ocorreu entre o porto fluminense devido à proximidade com o extremo sul da América Portuguesa, também porque Sacramento esteve sobre jurisdição carioca, além de os traficantes sacramentinos terem redes mais fortes com os do Rio de Janeiro. No entanto, chama atenção a significativa participação baiana com o comércio platino. Esta questão só mostra a importância a qual região do Rio da Prata possuía dentro das relações mercantis coloniais, pois os homens de Salvador, apesar dos longos trajetos e dos problemas que poderiam enfrentar, tinham interesse no que poderiam ganhar com o comércio de cativos em Sacramento. Cabe mencionar que os pernambucanos, apesar de também possuírem interesse na praça sacramentina, não aparecem nas fontes analisadas.

As relações sociais destes traficantes de escravos não se restringiam ao governador de Sacramento. Também se relacionavam com comerciantes de outras praças (como o Rio de Janeiro e Bahia) e com homens que possuíam outras funções dentro da fortificação lusa – como militares e demais comerciantes, bem como os ingleses que circulavam no Prata devido ao período de *asiento* britânico em Buenos Aires. É imprescindível expor que, nos registros de óbito analisados, não foi encontrado nenhum comerciante pernambucano²¹². Pernambuco sempre foi um dos principais portos luso-brasileiros. No século XVIII, com a crescente importância e participação no comércio marítimo do porto fluminense, Recife caiu para o terceiro porto mais importante do Brasil. No entanto, continuou recebendo significativas quantias de escravizados. O fato pelo qual não devem ser nomeados nas fontes analisadas pode-se dever à proibição do Rei Português do comércio entre o porto açucareiro e a região platina – que provavelmente foi assinada por pedido dos fluminenses que desejavam dominar o comércio com o Rio da Prata. Era possível que os comerciantes pernambucanos comercializassem os seus cativos com o Rio de Janeiro e posteriormente um representante fluminense os revendia a Sacramento. Mas o fato é que o porto de Pernambuco evitou comércio direto com a região meridional do Império Português na América.

²¹¹ KUHN, Fábio. *Conexões Negreiras: contrabandistas de escravos no Atlântico Sul (Rio da Prata, 1730 – 1752)*. Revista Anos 90. Porto Alegre, v. 24, n. 45, p. 101 – 132, julho de 2017. p.111

²¹² Analisei os nomes apresentados pelo historiador SOUZA, George Félix Cabral. *Tratos & mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c.1654 - c.1759)* 2012. Nas documentação analisadas por mim, não há nenhum traficante pernambucano citado diretamente, mas havia alguns que não possuíam local de origem definidos. Destes, analisei os nomes e comparei com os nomes apresentados na bibliografia acima referida. Não há nenhum que se repete.

Proponho verificar a trajetória destes traficantes de escravos, que estava em ascensão ao longo do século XVIII. Apesar de não se reconhecer enquanto grupo, possuíram trajetórias e estratégias similares para a mobilidade social – que se deu de forma individual. Cada traficante buscava sozinho o enobrecimento, apesar de buscar nas relações interpessoais a ampliação de sua rede social e de sua influência. Além das relações comerciais que serão analisadas nos registros de óbito de cativos, também serão vistas questões de ordem pessoal, tais como matrimônio, constituição de famílias no local, compadrio e mercês e títulos recebidos e conquistados. Em suma, será realizada uma análise do perfil destes traficantes e suas estratégias pessoais para alcançarem a mobilidade social. Apesar de a maioria dos traficantes que comercializavam com a região meridional da América Portuguesa ser de traficantes eventuais e não especializados²¹³, houve um grupo que permaneceu na praça e que possuía estratégias para alcançar a mobilidade social.

Para reestabelecer as relações sociais dos traficantes sacramentinos, foram buscados dados como testemunhas de casamento, da habilitação matrimonial, da habilitação para o pedido de entrada no Tribunal do Santo Ofício, além de registros paroquiais de livres, para que fosse analisada a escolha dos padrinhos dos filhos dos traficantes de escravos, mas também para que se conseguisse ver quem escolhia os contrabandistas como compadres. Também foram analisados registros de patentes militares, além dos dados da pesquisa já mencionados. Dessa forma, foi possível analisar seus títulos, mercês e patentes, seu estado civil e parte dos membros da sua família, verificar também algumas datas de presença na praça, tal como primeiro e último ano que aparecem mencionados ou que algum parente é mencionado em documentação da praça. Com os dados cedidos, consegui verificar sua posição política em relação ao governador Luís Garcia Bivar²¹⁴, de qual forma eram referenciados na documentação (homem de negócio/comerciante/mercador/negociante). Assim, foi possível verificar que as relações de cunho pessoal e profissional estavam muito próximas umas das outras.

²¹³ BERUTE, Gabriel. *Rio Grande de São Pedro, c. 1790 – 1830: tráfico negreiro e conjuntura atlântica*. In: XAVIER, Regina Célia Lima. *“Escravidão e Liberdade: Temas, problemas e perspectivas de análise”*. Alameda Casa Editorial (2012). p.218 e 219

²¹⁴ As relações estabelecidas com os governadores da praça eram muito importantes para que facilitasse seu comércio com a margem oposta do Rio da Prata. No entanto, com Bivar, especialmente, as relações que foram estabelecidas com os traficantes, eram muito importantes, pois este governador foi acusado por outro grupo de comerciantes de escravos de contrabando com Buenos Aires. Portanto, manter relações pessoais com o governador, neste período, poderia ser importante para aumentar as trocas mercantis com os espanhóis.

A análise do perfil dos traficantes de escravos sacramentinos será bastante heterogênea, pois estes possuem características distintas uns dos outros. Apesar de ter buscado variáveis de análise igual para todos os trinta e quatro traficantes, não foi possível encontrar documentação para responder a todas elas, a todos os comerciantes²¹⁵. Apesar de o grupo analisado não possuir nenhum tipo de associação, nem mesmo estavam organizados em uma Junta de Comércio, possuíam em comum sua prática econômica e algumas trajetórias. A abordagem principal desta rede será a prática do comércio de escravos por todos os homens do grupo. Buscarei analisar as relações estabelecidas que possibilitaram a mobilidade e ascensão dentro da sociedade de Antigo Regime. Serão exploradas as questões de origem/nascimento, matrimônio (pais, sogros, testemunhas de casamento, habilitações matrimoniais), relações de compadrio (enquanto pai e também de apadrinhamento), os títulos e honrarias recebidas, demais ocupações que tinham, além da posição política que possuía ao longo do governo de Luís Garcia Bivar na Colônia do Sacramento. Serão realizados estudos das relações familiares, políticas e econômicas. Para isso serão utilizados registros paroquiais, aos quais tive acesso no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, além de fontes diversas disponíveis no Arquivo Nacional, tais como os registros de patentes militares concedidas pelos governadores sacramentinos aos contrabandistas. Essas fontes paroquiais possibilitaram a reconstrução das redes comerciais, assim como as de cunho pessoal, verificando a institucionalização de algumas relações²¹⁶.

Os traficantes de escravos que atuaram ao longo do século XVIII estavam inseridos em uma grande rede mercantil que transcendia as fronteiras imperiais. Importante reiterar que as redes as quais serão remontadas neste capítulo serão apenas um fragmento de relações amplas a transoceânicas. Apesar disso, Sacramento era um bastante importante, em termos financeiros, para os portugueses. Os traficantes de escravos sacramentinos possuíam relações dentro e fora da fortificação platina. As primeiras ligações que possuíam com comerciantes de demais praças luso-brasileiras, bem como com Buenos Aires, tinham caráter comercial inicialmente, o que os

²¹⁵ BERTRAND, Michel. *De la familia a La red de sociabilidad*. In: Revista Mexicana de Sociologia, Vol. 61, nº 2, p. 107-135. México. 1999. p.110

²¹⁶ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Batismos, casamentos e formação de redes: os homens de negócio cariocas nas fontes paroquiais setecentistas*. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. p. 189

caracterizava como comerciantes. Dentro da sociedade sacramentina, suas redes sociais estendiam-se para os mais diferentes grupos da sociedade. O que interliga o grupo de trinta e quatro traficantes de escravos era a atividade mercantil; no entanto, eram poucos que possuíam sociedade entre eles. A maior parte deles trabalhava de forma autônoma, logo deixavam de se relacionar comercialmente com algum outro comerciante de cativo da praça na qual habitava. Entre os traficantes, as relações ultrapassavam as questões comerciais.

Para que pudessem enraizar seus interesses econômicos, os homens que se dedicavam ao negócio de cativos utilizaram das relações de parentesco fictício para buscarem parceiros econômicos e sociais. Além disso, muitos traficantes foram testemunhas uns dos outros em diferentes processos na busca pela nobiliarquia, tais como na busca pela Carta de Familiatura ou nas Habilitações e Registros Matrimoniais. Cada traficante possuiu trajetórias distintas para que pudesse ampliar suas relações sociais dentro da sociedade sacramentina, apesar de algumas práticas se repetirem entre eles. Certamente, o fator fronteira colaborou para que eles pudessem ter vastas relações com súditos de diferentes origens. Além dos espanhóis de Buenos Aires, é preciso levar em consideração a presença dos ingleses na região platina, com os quais os portugueses também estabeleceram vínculos pessoais e comerciais. As Américas Ibéricas estavam divididas apenas por fatores políticos, pois o comércio as interligava mais do que elas com as respectivas metrópoles²¹⁷. A presença estrangeira no comércio com as diferentes praças comprovou a decadência do monopólio comercial e o sistema de frotas²¹⁸ que deveriam abastecer todas as regiões dos Impérios Ibéricos.

Nas relações interpessoais entre os traficantes da própria Colônia do Sacramento, interligavam-se das mais diferentes formas. O que prova que, apesar dos traficantes de escravos do século XVIII atuarem esporadicamente, principalmente em regiões distantes das principais praças luso-brasileiras, houve um grupo denso que se estabeleceu em Sacramento. Estes, que buscavam ascensão social, viram na Colônia do Sacramento a possibilidade de enriquecer e de colocar estratégias sociais em prática, além de alcançar um melhor status social do que possuíam quando chegaram ao local.

²¹⁷ GOULÃO, Maria José. *A ourivesaria baiana, mineira e pernambucana dos séculos XVII e XVIII e a sua influência no ofício da prata em Buenos Aires*. In: Atas do IV Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte: a arte no mundo português dos séculos XVI ao XIX: confrontos, permanências, mutações. Bahia: Universidade Federal da Bahia. 2000. p. 95 – 107. p. 102

²¹⁸ POSSAMAI, Paulo César. *O cotidiano da Guerra: a vida dos soldados na Colônia do Sacramento (1715-1735)*, 2001. p. 28

Os comerciantes lusos de cativos tinham mecanismos para tornar o tráfico de escravos lucrativo e se beneficiarem disso, a sua presença nas regiões onde comercializavam os auxiliava²¹⁹. Por isso, era importante encontrar diferentes estratégias para o enraizamento dos seus interesses na praça em que comercializavam.

Assim como os traficantes fluminenses, os sacramentinos não eram especializados no comércio de cativos, comercializavam outros produtos luso-brasileiros que podiam auxiliá-los a ganharem maiores somas. No entanto, frisarei mais as relações comerciais que se estabeleceram por meio do comércio de escravos na região platina. O grupo a ser analisado compõe suas redes dentro e fora das fronteiras sacramentinas. Devido à Praça da Nova Colônia ser majoritariamente dependente do comércio transimperial, os contatos dos agentes do tráfico com as demais praças luso-brasileiras, que abasteciam a região com escravos e demais produtos coloniais, eram comuns, assim como suas relações mercantis com o outro lado do Rio da Prata eram muito frequentes também. Além disso, Buenos Aires era apenas o início de uma rede mercantil dentro da América Espanhola. Os escravos que eram contrabandeados para o lado hispânico eram enviados para o Chile ou para o Alto Peru, ainda havia uma pequena parte que ficava em Buenos Aires. Portanto, as redes que procurei expor com este trabalho são apenas fragmentos de uma vasta gama de contatos comerciais – que, por vezes, estendiam-se às relações pessoais – as quais interligavam a África à América Hispânica.

As redes transimperiais caracterizaram o mundo atlântico²²⁰ no setecentos, não somente as relações comerciais estabelecidas com Sacramento. Elas serviam para mobilizar pessoas, crédito, recursos políticos e sociais. Inseriam geograficamente comunidades periféricas, como o caso da Colônia do Sacramento, dentro das redes do Império Ultramarino. “*As redes transimperiais forneciam oportunidades econômicas, políticas e sociais para as comunidades periféricas, servindo como alternativa além daqueles oferecidas pelos centros de poder locais*”²²¹. Aqueles homens que se dedicavam ao comércio em Sacramento acharam uma alternativa para não concorrerem

²¹⁹ BLACKBURN, Robin. *A construção do Escravismo no novo mundo: 1492 – 1800*. Editora Record, 2003. p. 473

²²⁰ PRADO, Fabrício Pereira. *A carreira transimperial de don Manuel Cipriano de Melo no Rio da Prata do século XVIII. Topoi*. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 168-184, jul./dez. 2012. Disponível em: <www.revistatopoi.org>. p.2

²²¹ PRADO, Fabrício Pereira. *A carreira transimperial de don Manuel Cipriano de Melo no Rio da Prata do século XVIII. Topoi*. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 168-184, jul./dez. 2012. Disponível em: <www.revistatopoi.org>. p.2

com os grandes comerciantes das praças atlânticas, como Rio de Janeiro e a Bahia. Jamais chegaram a somar montantes como os baianos e os fluminenses – pois estes estavam inseridos em redes mercantis muito maiores – mas sem dúvida, os traficantes de escravos sacramentinos tornaram-se distintos e tornaram-se, dentro do Império Ultramarino, importantes, pois tinham acesso à prata espanhola, por meio da prática mercantil. As redes sociais às quais se vinculavam serviam para que pudessem circular e mobilizar recursos, sempre em busca da nobiliarquia.

O contrabando no Rio da Prata só foi possível, pois havia quem o viabilizasse em ambas as margens. Assim como na Colônia do Sacramento, em Buenos Aires havia homens com cargos importantes na administração espanhola que facilitavam o comércio entre as possessões ibéricas platinas. Houve conflitos entre os súditos ibéricos, mas também houve colaboração entre eles²²². O mercado auxiliava na formação de redes quem por sua vez, mobilizava recurso e auxiliava-os a alcançar distinção social. As práticas, apesar de serem de súditos de coroas diferentes, eram similares, repetindo as estratégias²²³ para alcançar um objetivo em comum o enriquecimento e o enobrecimento, como consequência. As relações que eram estabelecidas entre representantes reais e os comerciantes não eram engessadas ou comuns, eram na verdade formas variáveis de fidelidade ao governante. Todos os habitantes tanto de Buenos Aires, quanto da Colônia do Sacramento envolveram-se com o comércio, inclusive os governadores de ambas as margens. Afinal, ele só foi possibilitado com o auxílio de alguns representantes reais que acabavam também participando dos lucros que o contrabando gerava. A convivência deles que fazia a economia platina girar²²⁴.

A profissão de comerciante não era vista como nobre no Antigo Regime, como já mencionado anteriormente. Em geral, os negociantes sacramentinos tinham origem social modesta, eram vistos como trabalhadores braçais. Viam no comércio a possibilidade de mobilidade social, pois o mercado colonial possibilitava isso. Em

²²² POSSAMAI, Paulo César. *O cotidiano num enclave de fronteira; A Colônia do Sacramento (1680 – 1777)*. Revista e História e Diversidade. Dossiê: Fronteiras em Perspectivas. Vol. 8, nº 1, Sinop, 2016. p. 216

²²³ MOUTOUKIAS, Zacarias. *Redes Personales y Autoridad Colonial*. In: HISTOIRE, SCIENCES SOCIALES, mai-juin. 1992, Paris. *Annales...Paris*, 1992. (Traduzido com finalidades didáticas por Maria Zapiola, Universidade de Buenos Aires, Facultad de Filosofia y Letras, 1998). p. 4

²²⁴ POSSAMAI, Paulo César. *O cotidiano da Guerra: a vida dos soldados na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. 2001. p. 31

Sacramento, o número de comerciantes, em relação à população era bastante elevado²²⁵. Isso se deveu, sem dúvida, ao caráter fronteiriço e, a partir de meados do século XVIII, à perda do entorno agrícola, quando a população sacramentina tornou-se dependente majoritariamente do comércio.

Poucos eram nativos do Rio da Prata, em geral quando vinham do reino serviam de contato comercial aos que ficaram na metrópole²²⁶. Os trinta e quatro traficantes de escravos sacramentinos identificados através das fontes já mencionadas, treze deles tinham origem reinol. Em geral, vinham sozinhos de Portugal para tentar a vida na América. Buscavam, por meio do comércio, um rápido enriquecimento e ascensão social. Alguns chegavam à Colônia do Sacramento como caixeiros viajantes ou comissários de algum traficante de outra praça mercantil. Após somar algum montante, passavam a ser comercialmente independentes, mas sem perder o vínculo com o antigo empregador, o que ampliava sua gama de comércio. Buscavam nas relações pessoais a forma de enraizar seus interesses na praça. O matrimônio e os laços de parentes fictícios eram as relações mais procuradas por esses comerciantes. Alguns vinham a América Portuguesa quando alguns parentes já tinham se estabelecido no local, como o caso que apresentarei a seguir.

Antônio da Costa Quintão, traficante de escravos sacramentino, era natural de Coimbra. Aparece mencionado pela primeira vez nas fontes da Colônia em 1727, tendo, ao longo do período em que permaneceu na praça, comercializado escravos tanto com o Rio de Janeiro quanto com a Bahia. Ainda assim, denominado Homem de Negócio, casou-se com moça lisboeta na Praça da Nova Colônia, tendo seus sogros presentes e aumentando suas relações na localidade. Conquistou o título de Capitão, participou da Ordem de Cristo e ainda obteve a carta de familiatura que o garantiu o título de familiar do Tribunal da Inquisição. Apesar de aparecer nos registros de óbito de escravos enterrando apenas quatro cativos, a sua trajetória, desde 1727 até o final do período que esteve em Sacramento – possivelmente sua família ficou no local até a retirada dos portugueses da praça –, alcançou distinção social. Após sua chegada, seu irmão

²²⁵ KUHN, Fábio. “Homens que concorrem ao seu negócio” *A comunidade mercantil da Colônia do Sacramento (1737-1777)*. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 176 (468): 13-38, jul/set. 2015.p. 21 e 23

²²⁶ OSÓRIO, Helen. *O Império português no sul da América – Estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 106 A autora compara os grupos mercantis do Rio da Prata com o do Rio Grande, colocando que menos de 15% do total era de origem local no Rio Grande, o que não mudava muito na Colônia do Sacramento.

legítimo, João da Costa Quintão²²⁷, chegou à praça, buscando fazer os mesmos passos de Antônio. Em 1738, no primeiro registro na praça de João, seu irmão já deveria ter alcançado devida estabilidade dentro da sociedade sacramentina. Portanto, João da Costa Quintão deve ter chegado à Colônia do Sacramento para seguir ou repetir os passos de sucesso de seu irmão. Casou-se na praça com moça fluminense, comercializou Manuel Pinto Fernandes, também do Rio de Janeiro. Conseguiu a patente de Capitão de Cavalos dos Moços Solteiros e, assim como seu irmão, conseguiu o título de Familiar do Santo Ofício. Apesar de já falecido em 1771, provavelmente sua família tenha ficado até o final do período luso em Sacramento também.

Daqueles que tinham origem reinol, uma caso chama atenção. Sabe-se bem que a América Portuguesa e especialmente regiões meridionais eram local de degredo. Manuel Pereira do Lago era um degredado²²⁸ – vindo de Portugal ao Rio de Janeiro acabou sendo preso e condenado a cumprir pena em Sacramento para cumprir pena. Em geral, chegavam à Colônia do Sacramento sem vínculos ou sem terem nenhuma pessoa como referência no local. Portanto, buscavam diferentes formas de enraizar seus interesses na praça mercantil. Alguns deles procuraram se casar com moças nascidas ou que possuíam família no local. Dos pouco mais de trinta traficantes analisados, dezenove deles eram casados. Manuel Pereira do Lago casou-se em 1722, poucos anos após o seu degredo²²⁹.

O interessante dessa família é que, quando foi enviado para a Colônia, Manuel, como era corriqueiro entre os degredados, era solteiro, casando-se, portanto, após receber a pena de degredo [1719]. Porém, mais interessante ainda era observar como, a partir dos degredos, novas famílias se formavam e, com isso, cumpriam os objetivos das autoridades de aumentar a população daquela praça. Isto porque a esposa do degredado em questão era, ela mesma, filha de um outro degredado, igualmente enviado para Sacramento, que havia acompanhado o pai até lá quando este fora condenado ao degredo. (LESSA. 2016 p.49)

O casamento, além de contribuir para a política de povoamento da praça, tinha outra importância estratégica para os traficantes de escravos sacramentinos. O

²²⁷ ANTT. Habilitações do Santo Ofício. ANTÔNIO DA COSTA QUINTÃO Maço 8, nº 301 de fevereiro de 1736

²²⁸ LESSA, Aluísio. *Exílios Meridionais: O Degredo na Formação da Fronteira Sul da América Portuguesa (Colônia do Sacramento, Rio Grande de São Pedro e Ilha de Santa Catarina, 1680-1810)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. p.49

²²⁹ LESSA, Aluísio. *Exílios Meridionais: O Degredo na Formação da Fronteira Sul da América Portuguesa (Colônia do Sacramento, Rio Grande de São Pedro e Ilha de Santa Catarina, 1680-1810)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. p.49

matrimônio era uma forma de ampliar as redes de contato que possuíam principalmente se aplicada às mulheres que possuíam família na praça, pois os auxiliava a ampliarem seu posto social e sua atuação comercial em Sacramento. Dos trinta e quatro traficantes sacramentinos, dezenove eram casados. Nem todos contraíram matrimônio na praça, mas a maioria buscava se casar assim que chegava à Colônia. Em geral, casavam-se com moças que possuíam família na praça para que seus interesses fossem enraizados no local. Tendo sogros, cunhados e posteriormente compadres na praça, ampliavam sua rede de atuação dentro da sociedade sacramentina e para além da fronteira, como o caso de Bartolomeu Nogueira, que se casou com Plácida Maria Carneiro, nascida na Nova Colônia. Teve como sogro era Plácido Álvares de Magalhães, capitão de infantaria da praça, um cargo importante dentro da sociedade colonial. Como testemunha de seu casamento, estava José Joaquim da Luz e João Borges de Freitas, que eram traficantes de escravos, assim como ele. Além de aparecer enterrando escravos por onze vezes no período analisado, acumulou patente de capitão, também conhecido como homem bom e homem de negócio, fixou-se em Sacramento, onde constitui família. Devido à fonte analisada ser referente às perdas no comércio que este homem teve, supõe-se que, por ele ter sepultado muitos escravizados, tenha recebido muitos mais que tenham chegado ao seu destino final. Por esse motivo, pode ser considerado um dos grandes traficantes de escravos sacramentinos. Além disso, a seu cargo ainda estava Domingos Fernandes de Oliveira, reconhecido em algumas fontes como um dos principais nomes que era contra o governo Bivar. Apesar de em 1752, ambos não terem assinado atestação favorável ao governo de Luís Garcia Bivar, seu comércio com o outro lado do Rio da Prata ocorria frequentemente. No período do governador Luís Garcia Bivar, houve um posicionamento por parte de diferentes membros da sociedade sacramentina, o que incluía os mercadores da praça, sobre este posicionamento o especificarei no próximo capítulo.

Alguns dos traficantes chegaram a ocupar cargos alfandegários, como José da Costa Pereira e Manuel Pereira do Lago, ambos com relações importantes com o Rio de Janeiro. Estes cargos podiam estar ligados à praça fluminense também, como no caso de Lago que foi Almoxarife na praça fluminense. O acesso à prata que vinha de Sacramento era fundamental para a circulação de moedas no porto fluminense. A autoridade máxima da Colônia sempre foi o governador; devido à ausência de câmara, o representante reinol concentrava muito poder administrativo. Apesar disso, na Colônia

do Sacramento havia provedoria e alfândega, onde os comerciantes podiam ocupar cargos importantes que poderiam ser utilizados a seu favor, como Manuel de Macedo e Silva (Comissário da Fazenda), Manuel Gomes dos Santos Lisboa (Escrivão da Fazenda) e Manuel Pereira Franco (Almoxarife)²³⁰.

Uma forma de distinção utilizada pelos traficantes de escravos sacramentinos era a busca por títulos. Na Colônia, era comum possuírem títulos militares, devido ao caráter militar da praça²³¹. Dos trinta e quatro traficantes, vinte e três possuíam títulos militares, seja de alferes, sargento-mor, capitão seja de ajudante. A maior parte deles eram títulos de ordenança, que serviam mais para distinção social do que de fato para servir ao exército. Sem dúvida, nos períodos de cerco, estes homens serviram à Coroa portuguesa como seu título entendia. Os cargos militares mais importantes da Praça da Nova Colônia ficavam com os terratenentes²³².

Outros traficantes tinham patentes ligados às ilhas próximas à Colônia do Sacramento. Havia poucos regimentos em relação à busca de distinção social, através da obtenção de patentes militares, por isso passaram a receber das ilhas perto da fortificação²³³. Estas ilhas eram pequenas, muito dificilmente foram habitadas, mesmo as maiores, dificilmente teriam população suficiente para que se formasse um exército a cargo destes traficantes. Provavelmente estes títulos foram dados para distinção social, além disso, para os traficantes de escravos, possuir título sobre uma das ilhas poderia significar maior facilidade no seu comércio ilegal. Dessa forma, poderiam fugir da fiscalização, escondendo sua mercadoria e escravos que seriam comercializadas com homens de Nação Espanhola, ou mesmo inglesa – que estavam em grande número no Rio da Prata, durante o período do asiento. Esse é o caso de José de Barros Coelho, Capitão da Ilha de São Gabriel, que, apesar de aparecer somente duas vezes enterrando escravos no período analisado, possuía uma vasta rede social dentro e fora da Nova Colônia. Também casado com moça sacramentina, apresentou-se favorável ao governo Bivar e aparece com frequências relacionando-se com outros traficantes. Além dele e de

²³⁰ Dados cedidos do projeto “*Os homens de negócio da Colônia do Sacramento e o Contrabando de Escravos para o Rio da Prata (1737-1777)*”, financiado pelo CNPQ e executado entre 2012 e 2014, Professor Doutor Fábio Kuhn, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

²³¹ Ver MELLO, Christiane Pagano de. *Forças militares no Brasil colonial – Corpos de auxiliares e ordenanças na segunda metade do século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2009.

²³² KUHN, Fábio. “*Homens que concorrem ao seu negócio*” *A comunidade mercantil da Colônia do Sacramento (1737-1777)*. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 176 (468): 13-38, jul/set. 2015. p. 24

²³³ KUHN, Fábio. “*Homens que concorrem ao seu negócio*” *A comunidade mercantil da Colônia do Sacramento (1737-1777)*. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 176 (468): 13-38, jul/set. 2015. p. 25

tantos outros traficantes sacramentinos, havia João da Cunha Neves com patente militar da Ilha dos Ingleses. O período em que Luís Garcia Bivar governou a praça foi o qual houve maior distribuição destes títulos, o que pode ser justificado por meio das denúncias enviadas ao Rei de Portugal contra o governador sacramentino, por estar vendendo estas patentes militares. Pode-se supor que Bivar, dessa forma, criou uma rede de clientes através da concessão destas patentes. Assim, os homens que ganharam benefícios assumindo esses postos mantiveram-se ao lado do representante luso na praça.

Os traficantes dificilmente tinham títulos da administração local, pois a Colônia estava sobre jurisdição do Rio de Janeiro. Na praça, a autoridade máxima era o governador, que concentrava muito poder em suas mãos, por isso a importância de relacionar-se com o administrador lusitano. Cabe lembrar que, em regiões mais distantes do Reino, muitas vezes os interesses pessoais vinham à frente dos interesses da Coroa. Em um período no qual o Público e o Privado misturavam-se com frequência, era comum que os interesses pessoais dos representantes reinois fossem confundidos com aqueles do Rei. O empenho dos representantes ibéricos não era necessariamente para se fazer cumprir as leis, e sim manter a governabilidade do local que deveriam administrar. Dessa forma, os interesses particulares sobrepujam-se aos das Coroas²³⁴. Tanto no lado sacramentino, quanto em Buenos Aires, havia administradores que facilitavam as trocas mercantis, colocando seu interesse econômico à frente.

O comércio no Rio da Prata era bastante vantajoso, pois era feito em troca de prata, o que auxiliava no enriquecimento rápidos dos traficantes de escravos. No entanto, outro fator que pode ter levado muitos homens a procurarem a Praça da Nova Colônia, foi o fato de não estarem nos grandes portos luso-brasileiros competindo com comerciantes de grosso trato. Possivelmente, vindo a Sacramento, estes homens buscavam se tornar grandes comerciantes, sem ter alguém que realizava mais comércio do que eles mesmos. Dessa forma, ainda foi possível tornar-se parceiro mercantil de muitos homens de grosso trato brasileiros e não concorrentes, comprando e revendendo as mercadorias que estes traziam de diversos locais. Certamente nenhum destes traficantes sacramentinos se tornou tão importante dentro do Império Ultramarino

²³⁴ POSSAMAI, Paulo César. *Aspectos do cotidiano dos mercadores na Colônia do Sacramento durante o governo de Antônio Pedro de Vasconcelos (1722-1749)*. Revista de Estudos Ibero Americanos. Porto Alegre: PUCRS, 2002. p. 1 e 2

Português quanto os fluminenses, que estavam fixados no principal porto luso do século XVIII. Mas, devidas as proporções da praça platina, tornaram-se importantes dentro daquela sociedade. Sendo Sacramento importante para Portugal, estes homens também cresceram na sua importância dentro da sociedade ultramarina. Eles não faziam a lógica de comércio triangular (África – Europa – América), realizavam trocas mercantis apenas entre África e América, gerando uma acumulação de capital na colônia. Estes homens tinham questões secundárias que os permitiam enriquecer, como títulos e terra²³⁵, além da dinamicidade da reprodução social da escravidão.

A maior parte dos traficantes de sacramento intitulava-se Homem de Negócio, apesar de isso não significar que eram negociantes abastados, pois eles mesmos davam esta titulação similarmente àqueles de Minas Gerais. Na capitania aurífera, os homens que comercializavam escravos eram tidos como negociantes importantes e, por isso, Homens de Negócio²³⁶. Os homens de grossa aventura, do Rio de Janeiro, eram aqueles que conseguiam controlar o tráfico e ainda tinham demanda significativa para a venda de mercadorias vivas. Além de especialistas em tráfico negreiro, os homens de grossa aventura poucas vezes traficavam em uma só rota comercial, mas, ao mesmo tempo, tinham portos com os quais comercializavam com maior frequência, onde estabeleciam bases para seus negócios. Apesar de possuírem extensas redes comerciais, os traficantes de escravos faziam viagens eventuais. Ficavam estabelecidos nas praças como a do Rio de Janeiro, Recife e Salvador e eram apenas responsáveis pelas embarcações que atravessavam o Oceano em busca de escravizados²³⁷.

Algo que parece intrigante entre o grupo de traficantes de escravos é quantidade de Familiares do Santo Ofício entre eles. Para obtenção deste título, era necessário que se comprovasse a pureza de sangue, ou seja, a não relação dos requerentes com os Cristãos-Novos. A profissão de comerciantes, por vezes, não era vista como nobre devido à relação dela com os judeus convertidos ao cristianismo. Pode-se supor que, ao tentarem ingressar no Tribunal da Inquisição, buscavam a desvinculação com os

²³⁵ SOUZA, George F. Cabral de. *Elites e exercício de poder no Brasil colonial: a Câmara Municipal do Recife, 1710 – 1822*. Recife: Editora UFPE, 2015 p. 295

²³⁶ RODRIGUES, Aldair Carlos. *Homens de Negócio: Vocabulário Social, Distinção e Atividades Mercantis nas Minas Setecentistas*. HISTÓRIA, São Paulo, 2009 p. 199 - 200

²³⁷ FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. “Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)” in: Afro-Ásia, nº 31, 2004, p. 83-126. p. 100 e 103

cristãos-novos. A carta de familiatura que provava a pureza de sangue garantia a ele o título de familiar do Santo Ofício.

Desse modo, a obtenção da carta de familiar do Santo Ofício, por exemplo, era um prova de ascendência limpa e sinônimo inequívoco de honra e status social, pois “dinheiro, os comerciantes e mercadores já possuíam; faltavam-lhes o enobrecimento”. (KUHN, 2015. p. 23)²³⁸

Com esta mercê, eles deveriam identificar práticas de crimes puníveis dentro da inquisição, mas, na Colônia do Sacramento, a Carta ganha outro significado. Estes homens buscaram se diferenciarem dos demais comerciantes. O título foi adaptado pelas elites locais que estavam em ascensão e ganhou nova configuração social, que garantiu acesso a privilégios. A elevada quantidade de traficantes, Familiares do Santo Ofício, na Praça da Colônia e nas demais praças mercantis na América, poderia servir para medir a importância dos portos²³⁹. Aqueles que requeriam a Carta de familiatura eram aqueles que estavam em “processo de mobilidade social ascendente”²⁴⁰. Este título na Colônia deve ter ganhado outro significado – além daquele de pertencer ao Tribunal da Inquisição. No entanto, devido à falta dos pilares gêmeos²⁴¹ da colonização lusitana – Câmara e Misericórdia - na praça, é provável que tenha ganhado significado de distinção social. No século XVIII e principalmente na Colônia do Sacramento, ser familiar do Santo Ofício significou mais do que a pureza de sangue, significou prestígio social, que poderia conferir-lhes influência na sociedade e, assim, ter seus anseios ouvidos e assistidos. Por este motivo, a Carta de Familiatura²⁴² foi muito procurada

²³⁸ KUHN, Fábio. “Homens que concorrem ao seu negócio” *A comunidade mercantil da Colônia do Sacramento (1737-1777)*. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 176 (468): 13-38, jul/set. 2015.

²³⁹ KUHN, Fábio. “As redes da distinção familiares da Inquisição na América Portuguesa do século XVIII”. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 26, nº43. p.177-195. 2010.

²⁴⁰ RODRIGUES, Aldair Carlos. *Homens de Negócio: Vocabulário Social, Distinção e Atividades Mercantis nas Minas Setecentistas*. HISTÓRIA, São Paulo, 2009 p. 209 – O autor trata dos comerciantes de Minas Gerais, é possível fazer uma comparação direta com a Colônia do Sacramento, devido ao período analisado por Rodrigues, tal como por Minas Gerais também fazer parte da terceira perna do tráfico de escravos.

²⁴¹ BOXER, Charles R. *O Império Colonial Português (1415 – 1825)*. Edições 70. Lisboa. 1992. p. 269 - 282

²⁴² A Carta de Familiatura servia para comprovar a pureza de sangue de toda a Família do requerente a ingressar no Santo Tribunal da Inquisição. Era preciso comprovar a desvinculação com os cristãos novos, de toda sua rede de parentela.

pelos cristãos velhos como forma de promoção social²⁴³. No total de comerciantes (116), pelo menos vinte e dois eram familiares do Santo Ofício²⁴⁴. Entre os traficantes, aproximadamente vinte e quatro por cento eram familiares do Santo Ofício, este número se torna maior se olharmos o grupo de comerciante como um todo. Apesar de entre os traficantes o número não ser tão expressivo, a estratégia de enobrecimento era a mesma dos demais mercadores. Provar a pureza de sangue e a não relação com os cristãos-novos pode ter significado bastante dentro da Colônia do Sacramento.

É como o caso de Bartolomeu Gomes Lisboa, que ainda obteve o título de Ajuda da Ilha de Duas Irmãs, comercializava majoritariamente com o Rio de Janeiro, mas também tinha relações de compadrio com Guilherme Kelly – inglês que possuía um Iate e realizava comércio no Rio do Prata. Mesmo depois do período do *asiento* britânico, este homem aparece nas fontes de Sacramento. Além disso, Bartolomeu aparece como testemunha da habilitação do Santo Ofício de João Borges de Freitas. Nesta habilitação, também testemunharam Eusébio de Araújo Farias e Bartolomeu Nogueira, também traficantes de escravos²⁴⁵. Os quatro traficantes de Sacramento eram Familiares do Santo Ofício. Em relação aos ingleses, eles permaneceram no Rio da Prata, mesmo com o final do período de *asiento*. Diferentemente, a partir da década de 1740, os britânicos começaram a utilizar o porto da Colônia do Sacramento para aportarem e carregarem prata e couro. Quando em 1762 os espanhóis resolveram atacar os portugueses sacramentinos, foram surpreendidos por 27 navios mercantes ingleses²⁴⁶. Devido à permanência dos ingleses no comércio no Rio da Prata, era comum encontrar britânicos nas relações interpessoais com os traficantes sacramentinos.

Diferentemente de outras praças, os comerciantes sacramentinos, ao enriquecerem, não costumavam investir em terras no local, pois, no período analisado, o

²⁴³ MONTEIRO, Lucas Maximiliano. *Ser Familiar do Santo Ofício via redes sociais: os vínculos entre agentes inquisitoriais e suas testemunhas em Rio Grande de São Pedro e Colônia do Sacramento (século XVIII)*. In: Revista de História UFBA, 2, 2 (2010). P.35-58. p. 40 e 41

²⁴⁴ KUHN, Fábio. “Homens que concorrem ao seu negócio” *A comunidade mercantil da Colônia do Sacramento (1737-1777)*. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 176 (468): 13-38, jul/set. 2015. p. 24

²⁴⁵ ANTT - JOÃO BORGES DE FREITAS Maço 91, nº 1562 Dia 25 de setembro de 1749, o escrivão e as testemunhas deram conta do cabedal de João Borges de Freitas e sobre sua morada na Colônia do Sacramento. Além de mercador era Cavalheiro da Ordem de Cristo e Sargento Mor dos Auxiliares da praça, vivia no local há alguns anos, antes disso tinha passado por outros locais da América Portuguesa, segundo alguns depoimentos. Quando requisitou a Habilitação, João já era casado.

²⁴⁶ GOULÃO, Maria José. *A ourivesaria baiana, mineira e pernambucana dos séculos XVII e XVIII e a sua influência no ofício da prata em Buenos Aires*. In: Atas do IV Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte: a arte no mundo português dos séculos XVI ao XIX: confrontos, permanências, mutações. Bahia: Universidade Federal da Bahia. 2000. p. 95 – 107. p. 99

entorno agrícola já era reduzido devido ao Tratado de Utrecht, que delimitava a área a ser explorada além da fortificação sacramentina. Podem ter vindo a investir no setor urbano, como também fizeram os fluminenses, por vezes. Realizando investimentos em outras áreas que não o comércio, buscavam também o reconhecimento e o prestígio social que a elite terratenente possuía dentro do Império Ultramarino Português²⁴⁷.

Outra relação importante estabelecida entre comerciantes de ambas as margens do Rio da Prata era a participação em irmandades religiosas – que lhes traziam uma rede de auxílio que, por vezes, era financeiro também. As irmandades religiosas lhes davam certa referência nos negócios mercantis, que os favorecia na compra e venda, mas também no mercado de crédito. Essas redes de crédito transcendiam os limites imperiais. Essa questão era bastante comum, não só na Colônia do Sacramento, mas também em outros portos, como o de Salvador. Mas no Prata, os comerciantes de Buenos Aires e da Colônia do Sacramento eram muitas vezes membros da mesma irmandade, como no caso da Irmandade Franciscana, o que unia seus interesses²⁴⁸. Alguns comerciantes sacramentinos também estavam vinculados a irmandades fluminenses, o que aproximava o mercado de crédito do Rio de Janeiro e da Colônia²⁴⁹.

“A economia política de privilégios constituiu a base da formação política do império e da construção da governabilidade portuguesa nas suas diversas colônias²⁵⁰”. Os títulos/patentes ou mercês que recebiam por serviços prestados ao Rei não significavam o afastamento destes homens da prática do comércio. Provavelmente, utilizavam-se dessa distinção social adquirida para agirem em benefício das próprias negociações que eram estabelecidas com demais portos mercantis. Além disso, certamente devem ter aproveitado desses títulos para conseguir benefícios dentro da Colônia do Sacramento, principalmente financeiros, que facilitassem seu enriquecimento – como no caso das patentes militares que os isentavam do pagamento

²⁴⁷ RIBEIRO, Alexandre Vieira. *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos e grupo mercantil (c. 1750 – c. 1800)* / Alexandre Vieira Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2005. XIII, 256f.: II; 31cm. Orientador: Antônio Carlos Jucá de Sampaio. Tese (Doutorado) – UFRJ-IFCS/Programa de Pós Graduação em História Social, 2009. p. 351

²⁴⁸ PRADO, Fabrício. *Edge of empire: Atlantic networks and revolution in Bourbon Rio de la Plata*. University of California Press. Oakland, 2015. p. 28, 29 e 32

²⁴⁹ Ver: MARTINS, William de Sousa. *Membros do Corpo Místico: Ordem Terceira do Rio de Janeiro (1700 – 1822)*. São Paulo: Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, 2001.

²⁵⁰ DUARTE, Madio Pietro Gallas. *Administração portuguesa no extremo sul da América: o governo de Pedro Sarmento na Praça da Nova Colônia do Sacramento (1763 – 1775)*. p. 28

de impostos²⁵¹ e, por este motivo, mesmo recebendo títulos, não deixavam sua profissão mercantil. Também estar inserido em redes de apoio, mesmo que momentaneamente convenientes, auxiliava no estabelecimento de confiança frente aos compradores, possibilitavam aos traficantes certa referência no mercado, o que os auxiliava na prática mercantil²⁵².

Esta hierarquia dentre os próprios homens que se dedicavam ao comércio se estabeleceu principalmente no século XVIII, quando os comerciantes portugueses começaram a ganhar relativa importância dentro da sociedade imperial. Considerando sua busca por nobiliarquia e a tentativa do enobrecimento, era necessário distinguir os nascidos nobres daqueles que havia se tornado recentemente. Dentro do grupo mercantil, a hierarquia era medida conforme sua capacidade de financiamentos e também de empréstimo²⁵³. Afinal, foram os homens de grosso trato – que em sua maioria dedicavam-se ao trato negreiro – que detinham o poder de crédito no período colonial. Devido a isso, foi no século XVIII que estes homens se tornaram fundamentais para a sociedade luso-brasileira. Com a demanda de escravos tendo aumentado no Brasil devido à descoberta das minas e na América Espanhola devido às novas políticas agrícolas, o comércio marítimo foi ampliado e, assim, a importância dos comerciantes também – que acabaram estendendo sua linha de crédito e influência social.

Infelizmente não é possível determinar o cabedal de todos os do grupo de traficantes sacramentinos, pois não possuo acesso a inventários ou demais números que auxiliem a descoberta da fortuna destes homens. Alguns comerciantes, dos quais tive acesso às Habilitações do Santo Ofício, tiveram testemunhas ou o próprio escrivão declarando seu cabedal. O cabedal de alguns deles girava em torno de 6 a 50 mil cruzados. Outros, as testemunhas não sabiam informar seu cabedal, como no caso de João da Costa Quintão²⁵⁴, que teria muitos imóveis e escravos. Simão da Silva

²⁵¹ RIBEIRO, Alexandre V. “O comércio das almas e a obtenção de prestígio social: traficantes de escravos na Bahia ao longo do século XVIII” in: *Locus – Revista de História*. Vol. 12, nº 2, Juiz de Fora, 2006, p. 9-27. p. 18

²⁵² PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte – A economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p. 100

²⁵³ MARTINS, Mônica. *Ascensão dos homens de negócio e o fim das corporações do Brasil*. Polis – Laboratório de História Social. 2008 p. 5

²⁵⁴ ANTT, Habilitações do Santo Ofício JOÃO DA COSTA QUINTÃO, Maço 72, nº 1331. 15.03.1738 Quando o mercador requisitou o título de Familiar de Santo Ofício, já era casado. Além disso, as testemunhas tratam do seu cabedal e do período em que já viveu na praça, que chega a aproximadamente 10 anos.

Guimarães²⁵⁵ também não teve cabedal informado, mas, segundo as testemunhas, era o suficiente para seus anseios e sua limpeza de sangue. João Borges de Freitas era o traficante, Familiar do Santo Ofício, que foi declarado com maior cabedal, 50 mil cruzados. Enquanto esteve na Colônia, acumulou cargos importantes, como o de Sargento Mor, casou-se, mas não teve filhos. Ainda enterrou oito escravos, todos comercializados com negociantes fluminenses. No Rio de Janeiro, no início do século XIX, as fortunas que foram somadas pelos comerciantes chegavam a entorno de sete mil a 900 mil cruzeiros²⁵⁶. Portanto, pode-se perceber que o poder econômico dos traficantes sacramentinos não se igualou aos traficantes de cativos das grandes praças luso-brasileiras como Bahia e Rio de Janeiro, no entanto, seu enriquecimento na região do Rio da Prata foi generoso. No entanto, se comparado com demais comerciantes sacramentinos, que provavelmente não realizavam comércio de cativos ou não o faziam com tanta frequência, o seu cabedal era significativo²⁵⁷. Estes homens obtiveram distinção social na Praça da Nova Colônia devido a seus cargos e títulos, e não por sua acumulação de capital.

Os traficantes não eram nobres, eles haviam alcançado a mobilidade social, mas não haviam nascidos nesta condição²⁵⁸. Alcançaram a fidalguia através dos montantes que haviam somado com seu trabalho – o que não era nobre. Além do enriquecimento, as relações que procuraram estabelecer paralelamente a sua atuação mercantil contaram para que obtivessem mobilidade dentro do grupo comercial. No entanto, dentro da sociedade colonial, onde havia poucos que tinham nascido na condição de nobre, representarem significativo reconhecimento. Importante lembrar que, apesar do mercado ainda ser reconhecido como pré-capitalista, as mudanças lentas que ocorreram através da ascensão social que os comerciantes atingiram ao longo do século XVIII,

²⁵⁵ ANTT, Habilitações do Santo Ofício. SIMÃO DA SILVA GUIMARÃES. Março 10, nº 158.14.10.1755. Simão já era casado no momento em que requisitou o título, as testemunhas tratam do seu cabedal aproximado, além do tempo que ficou na praça.

²⁵⁶ FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras. Uma História do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX* – São Paulo. 1997 p. 192. O autor coloca a fortuna dos comerciantes do Rio de Janeiro, segundo inventários *pós-mortem* em Réis. Considerei que cada Réis eram 1.000 cruzeiros, segundo cotações encontradas no Portal Brasil. Disponível em: http://www.portalbrasil.net/economia_real_historico.html

²⁵⁷ Se comparadas as habilitações do Santo Ofício aos demais comerciantes da Colônia do Sacramento, que provavelmente não realizavam comércio de cativos, ou que não o faziam com frequência e que, portanto, não apareceram nos registros de óbito, o Cabedal dos traficantes de escravos era grande, pois os comerciantes comuns não chegavam a 50 mil cruzados. O maior cabedal entre os demais negociantes foi de 30 mil cruzados, sendo que a maioria, nos testemunhos, não era possível definir.

²⁵⁸ PEDREIRA, Jorge M. “Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais”. *Análise Social*, vol. XXVII, 1992. p. 434 – 435.

ocorreram mudanças de cunho social e mercantil significativas. Os traficantes sacramentinos provavelmente não alcançaram cabedal igual aos das grandes praças atlânticas como a do Rio de Janeiro ou Salvador, pois realizavam comércio de longa distância²⁵⁹. Apesar disso, tinham menos perdas em relação as mercadorias comercializadas.

²⁵⁹ PEDREIRA, Jorge M. *“Os homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755 – 1822) Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social.* Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 1995. p. 325. O Autor coloca que o comerciante de grosso trato era aquele que conseguia fazer comércio externo e interno. Considerando que o externo seja o de longa distância, é possível supor que os traficantes de Sacramento, por fazerem comércio de longa distância, tenham conseguido juntar menores montantes se comparados aos fluminenses ou baianos.

3. RELAÇÕES PERIGOSAS NO RIO DA PRATA: GOVERNADORES E TRAFICANTES LUSO-BRASILEIROS NO TRÁFICO DE ESCRAVOS

A região na qual a Colônia do Sacramento estava situada era geograficamente muito importante. A fortaleza portuguesa interligava as Américas Ibéricas, conectando seus súditos, mas também seus mercados. Além disso, com a permissão espanhola para que os britânicos comercializassem com Buenos Aires, havia uma circulação significativa de pessoas de Nações diferentes. Era comum que os britânicos, do *asiento*, desembarcassem escravizados em terras sacramentinas²⁶⁰, para que estes fossem vendidos posteriormente em Buenos Aires. Certo é que os britânicos aproveitavam a permissão para comercializar também com os portugueses mercadorias trazidas da Europa, além de levar material luso-brasileiro para ser revendido em terras espanholas. As relações entre as embarcações do *asiento* e os portugueses tinham de ser boas, pois competiam diretamente na venda de escravos para os portenhos. Os lusos, por infiltrarem ilegalmente sua mercadoria em Buenos Aires, tinham preços mais competitivos do que os britânicos, portanto acabavam por roubar mercado dos últimos. Por esse motivo, havia interesse comum entre súditos das Coroas Espanhola, Portuguesa e Britânica, sem o conhecimento do monarca. Estes vínculos não ficavam apenas no âmbito do comércio, estendiam-se para parentesco espiritual e casamentos²⁶¹.

Comércio legal e ilegal misturavam-se no cotidiano das relações no Prata. Comerciantes, autoridades e contrabandistas confundiam-se, e surgiam relacionados a complexas redes de negócios e relacionamentos, que integravam os portos de ambas as margens do estuário de forma estável, artificial e duradoura. (PRADO. 2002. p. 137)²⁶²

²⁶⁰ Ver: MIR, Lúcio B. *“Ladrones de Guante Blanco – La corrupcion porteña en tiempos de La South Sea Company (1713 – 1752)”* – Editora Biblos, 2008.

²⁶¹ ACMRJ. Livros 2º, 3º e 4º de batismos de livres da Colônia de Sacramento (1735-1777); 8 de novembro de 1733 Guilherme Kelly, inglês de Liverpool e sua esposa, natural de Buenos Aires, compareceram à pia batismal na Colônia do Sacramento.

²⁶² PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento. O extremo Sul da América Portuguesa*. Porto Alegre, 2002. p. 137

O tráfico de escravos no Rio da Prata só ocorreu por convivência dos representantes das Coroas Ibéricas. Aqueles que deveriam fiscalizar o comércio eram os mesmos que, por vezes, incentivavam o comércio de cativos. Em um período em que interesses públicos e privados se misturavam e as relações pessoais e profissionais eram próximos, os governadores platinos, por vezes, colocavam seus interesses à frente dos interesses reais. Estas práticas que hoje são consideradas corruptas, no Antigo Regime eram corriqueiras²⁶³. Por isso, proponho neste capítulo apresentar a relação dos traficantes de escravos com os governadores da Colônia do Sacramento e os benefícios dessa relação para o tráfico de escravos entre a possessão portuguesa e a América Espanhola.

Estas redes que se formaram na Colônia do Sacramento estendiam-se para além das fortificações lusas no Rio da Prata, para além dos lugares com os quais os traficantes sacramentinos comercializavam. Estas teias mercantis uniam pessoas muitas vezes desconhecidas umas das outras, mas que devido aos vínculos estabelecidos, almejavam mobilidade social. Para isso, sabiam que seus relacionamentos pessoais e profissionais eram fundamentais em uma sociedade na qual possuir referências era fundamental. Para isso, era comum, na região platina, que mercadores e autoridades coloniais possuíssem fortes relações de cunho pessoal e econômico, tanto em Sacramento, quanto em Buenos Aires²⁶⁴.

A Colônia do Sacramento esteve, desde o início da sua povoação, vinculada ao comércio intrainperial, pois estava sobre jurisdição do porto do Rio de Janeiro – que deveria ser responsável pelo abastecimento de provisões à praça, o que não era feito com frequência regular. Portanto, o comércio ilegal foi o que restou para manter a sobrevivência da praça, por muitas vezes. No entanto, não foi apenas a falta de mercadorias que fez o contrabando ocorrer, pois a possibilidade de rápido enriquecimento também era muito atrativa para os traficantes; também era relevante para os governadores controlarem as mercadorias que circulavam no Rio da Prata. Dessa forma, os moradores de Sacramento acabaram por se envolver significativamente no comércio com Buenos Aires e, com eles, os governadores que se viram muitas vezes obrigados a manter os comerciantes ao seu lado para manter a governabilidade da praça.

²⁶³ ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e Poder no Brasil Uma História, séculos XVI a XVIII*. Coleção História e Historiografia. Editora Autêntica – Belo Horizonte – MG. 2017 p. 19

²⁶⁴ PRADO, Fabrício. *Edge of empire: Atlantic networks and revolution in Bourbon Rio da la Plata*. University of California Press. Oakland, 2015. p. 28

Em Sacramento, toda a população estava vinculada de alguma forma ao comércio neste período, em especial depois da assinatura do Tratado de Utrecht, que determinou a área fora da fortificação a ser explorada. Este impossibilitou a população sacramentina de conseguir se manter da caça ao gado ou agricultura, tornando-se ainda mais dependente do comércio.

GOVERNADORES DA COLÔNIA DO SACRAMENTO	
NOME	PERÍODO
MANUEL LOBO	20.01.1680-07.08.1680
CRISTÓVÃO DE ORNELAS ABREU	1683-1690
FRANCISCO NAPER DE LENCASTRE	1689-1699
SEBASTIÃO DA VEIGA CABRAL	1699-1705
MANUEL GOMES BARBOSA	1715-1722
ANTÔNIO PEDRO DE VASCONCELOS	1721-1749
LUÍS GARCIA DE BIVAR	1748-1760
VICENTE DA SILVA DA FONSECA	1759-1762
PEDRO JOSÉ SOARES DE FIGUEIREDO SARMENTO	1763-1775
FRANCISCO JOSÉ DA ROCHA	1774-1777

Foram muitos administradores portugueses que passaram pela Colônia do Sacramento²⁶⁵. Todos passaram dificuldades devido à proximidade com a América Espanhola, aos muitos cercos enfrentados, às investidas castelhanas e à falta de provisões enviadas pela Coroa Portuguesa. Dessa forma, longe dos principais centros do Império Ultramarino Português, os administradores coloniais precisavam governar conforme as condições que lhes foram oferecidas. No entanto, neste trabalho, devido ao recorte temporal, analisarei as relações entre traficantes e os governadores Antônio Pedro de Vasconcelos (1722 – 1749), Luís Garcia Bivar (1749 – 1760) e *Pedro José Soares de Figueiredo Sarmento* (1764 – 1775), os quais mantiveram relações com o grupo de trinta e quatro traficantes analisados neste trabalho. O governador Fonseca,

²⁶⁵ Foram dez governadores entre 1680 e 1777, que representaram a Coroa Portuguesa na Colônia do Sacramento.

que antecedeu José Sarmiento, por ter governado por poucos anos e provavelmente não tenha estabelecido vínculos tão fortes, não será analisado neste trabalho. O foco não serão exclusivamente os governadores, mas sim os interesses dos comerciantes de cativos nas relações momentâneas e frágeis com os representantes reais. Estes homens abusavam do poder que adquiriam com o seu cargo em favorecimento próprio, o que acabou por se tornar frequente²⁶⁶ e passar de governo para governo ao passar dos anos. As relações de caráter econômico, de parentesco fictício como apadrinhamento de filhos de traficantes, como o caso de Luís Garcia Bivar que apadrinhou muitos moradores da praça ao longo de seu governo, entre eles quatro filhos de traficantes de escravos que atuaram na Colônia, serão casos estudados com maior detalhe nas sessões seguintes. Além dessas relações, os governadores também se valeram da distribuição de patentes, gerando com os traficantes redes fortes de favores. Por fim, pretendo mostrar a centralidade dos governadores em diferentes relações econômicas e possível convivência destes homens com o contrabando desenvolvido entre a América Espanhola e Portuguesa.

Estes homens vindos da metrópole chegavam à América Portuguesa em busca de ascensão, mobilidade e prestígio social. Através de alianças e da flexibilização das ordens régias a seu favor, conseguiram alcançar seus objetivos, também com alianças com demais súditos lusos ou com vassalos espanhóis ou britânicos. Aqueles que recebiam o encargo de administrar a praça da Nova Colônia do Sacramento sabiam aproveitar as circunstâncias e o seu poder em benefício próprio. Em geral, eram mal remunerados pela Coroa, por isso buscavam formas legais e ilegais de enriquecer²⁶⁷. Estes homens se engrandeciam ao longo do período em que prestavam serviços à Coroa Portuguesa, o que não era inibido pelos monarcas lusos; pelo contrário, caso esse enriquecimento viesse a auxiliar na prosperidade de Portugal também, ele era bem-vindo. A partir da década de 1720, a Coroa Portuguesa procurou desvincular seus representantes na América Portuguesa de negócios escusos que facilitasse a eles enriquecimento, paralelamente ao aumento dos seus salários²⁶⁸. O motivo pelo qual estes governadores entravam em redes legais ou ilegais na colônia pode-se dever à

²⁶⁶ ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e Poder no Brasil Uma História, séculos XVI a XVIII*. Coleção História e Historiografia. Editora Autêntica – Belo Horizonte – MG. 2017 p.27

²⁶⁷ ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e Poder no Brasil Uma História, séculos XVI a XVIII*. Coleção História e Historiografia. Editora Autêntica – Belo Horizonte – MG. 2017 p. 72 e 73

²⁶⁸ SOUZA, Laura de Mello. “O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do século XVIII”. Companhia das Letras, São Paulo. 2006. p. 270 e 271

questão dos baixos salários. É importante lembrar que os governadores Sacramentinos que serão estudados neste trabalho atuaram apenas depois desta data. Possivelmente os homens que atuavam na Colônia do Sacramento não ganhavam o mesmo ordenado dos governadores de Minas Gerais, que no século XVIII passou a ser a principal capitania da América Portuguesa. No entanto, apesar do aumento de salário, os governadores sacramentinos, por atuarem em uma praça meridional, que tinham dificuldade de abastecimento de embarcações oficiais, continuavam envolvidos em redes e negociações legais ou não.

As relações estabelecidas entre portugueses e espanhóis no Rio da Prata eram expressivas a ponto de os lusos terem autorização hispânica local para buscar víveres em Buenos Aires²⁶⁹. Do comércio irregular que ocorria no Prata entre portugueses e espanhóis, os principais beneficiados foram os governadores ibéricos, que souberam utilizar a sua rede de poder e de seu cargo a seu favor. Charles Boxer²⁷⁰ defende que os pilares da administração portuguesa foram, em todo o Império Ultramarino, a Câmara e as Misericórdias, lugares onde, segundo o autor, a elite buscou distinção social dentro dos domínios imperiais. A autora Maria Fernanda Bicalho, em seu trabalho “A cidade e o Império – Rio de Janeiro no século XVIII”²⁷¹, acrescenta a esses pilares um terceiro, que seriam as redes de poder. Como Sacramento não possuía os dois primeiros, possivelmente este último tenha sido aquele de sustentação da praça em mãos portuguesas. Considerando que a praça tenha passado por muitos períodos de conflito com os castelhanos, estas relações estabelecidas pelos administradores régios fizeram nos se manterem homens importantes, que puderam auxiliar na manutenção da praça em favor dos portugueses. Além disso, estas redes não ficavam restritas às fronteiras sacramentinas, ampliaram-se para outras capitanias, como Rio de Janeiro e Bahia, mas também para o território castelhano, como Buenos Aires e, no final do setecentos, é possível dizer que se estenderam também até Montevidéu. Estas redes eram formadas por solidariedade em momentos oportunos e por tensões em períodos em que havia

²⁶⁹ PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento. O extremo Sul da América Portuguesa*. Porto Alegre, 2002. p. 141

²⁷⁰ BOXER, Charles R. *O Império Colonial Português (1415 – 1825)*. Edições 70. Lisboa. 1992.

²⁷¹ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império – Rio de Janeiro no século XVIII, Rio de Janeiro – Civilização Brasileira*. 2003. Citado por SOUZA, Laura de Mello. “*O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do século XVIII*”. Companhia das Letras, São Paulo. 2006 em nota de rodapé. p. 256

desencontro de interesses²⁷². Exemplo disso são as relações com os espanhóis, que variavam conforme os interesses de cada governante e Coroa; portanto, as relações estabelecidas eram temporárias e se mantinham quando eram positivas para uma das partes, ao menos.

3.1 ANTÔNIO PEDRO DE VASCONCELOS, UM LONGEVO GOVERNADOR (1722 – 1749)

Antônio Pedro de Vasconcelos foi governador da Colônia do Sacramento entre 1722 e 1749. Foi o segundo governador empossado após a refundação da praça portuguesa no Prata. Ele tinha como objetivo, além de aumentar o comércio e a povoação, modificar as relações entre a administração portuguesa e a elite local²⁷³. Governou a praça sacramentina em um período de instabilidades políticas entre as Coroas Ibéricas. Administrou a fortificação com auxílio financeiro dos comerciantes, devido à falta de provisões enviadas pela Coroa²⁷⁴. A falta deste abastecimento, pode ter colaborado para ele e seus sucessores, o controle maior das embarcações e das mercadorias que circulavam no Prata. Dessa forma, conseguiu manter o soldo dos militares em dia e manter as necessidades de vida no local. Durante o período em que esteve no cargo máximo da Nova Colônia, os traficantes de escravos sacramentinos tiveram que conviver com outros comerciantes de cativos: os britânicos. Era comum que a Coroa Espanhola concedesse *asiento* para homens de outras nacionalidades para que comercializassem escravos com suas colônias na América. Entre as décadas de 1710 e 1740, os britânicos obtiveram concessão da Coroa Hispânica para comercializar cativos com seus portos na América. Havia um monopólio garantido pela Coroa Espanhola aos britânicos que seriam os únicos a venderem escravos de origem africana para diferentes portos da América hispânica. No entanto, o Tratado de Utrecht devolveu a Colônia do Sacramento aos lusos, o que provocou a vinda de muitos

²⁷² SOUZA, Laura de Mello. “O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do século XVIII”. Companhia das Letras, São Paulo. 2006. p. 278

²⁷³ PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento. O extremo Sul da América Portuguesa. Porto Alegre*, 2002. p. 174 e175

²⁷⁴ POSSAMAI, Paulo César. *O tráfico de escravos na Colônia do Sacramento. 5º encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional*, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/possamai%20paulo%20cesar.pdf>> Acesso em: 27.setembro de 2014.

comerciantes portugueses ao Prata, praticamente ao mesmo tempo da chegada dos súditos do Reino Unido. Esta questão provocou relacionamentos comerciais e pessoais entre homens de diferentes origens reinois e maior concorrência na venda de mão de obra escrava para Buenos Aires. Considerando que os portugueses a inseriam de forma ilegal, conseguiam vender escravos mais baratos que os britânicos.

No entanto, ao longo deste período, ambos britânicos e espanhóis entraram em guerra. Apesar de conflitos entre as coroas britânica e hispânica no período, e do fim do *asiento*²⁷⁵ por volta de 1740, os britânicos permaneceram da mesma forma, no Rio da Prata, pois possuíam vastos interesses e redes no local. Havia diversas denúncias por parte dos castelhanos sobre a permanência dos britânicos no Rio da Prata, após o período do *asiento*, e sobre o uso da Colônia do Sacramento para aportarem e realizarem suas negociações na localidade²⁷⁶. Em um período em que os olhos de toda a Europa estavam voltados para o Rio da Prata²⁷⁷, ingleses, espanhóis e portugueses tinham interesses, relações e negócios em comum.

Os homens que ali habitavam manejavam²⁷⁸ a fronteira a seu favor. Esta fronteira meridional da América era porosa e fez circular além de mercadorias homens. Apesar de muitas vezes os lusos estarem com sua expansão extremamente restrita, devido aos acordos e aos cercos, mercadorias e pessoas circularam. Para que este comércio ilegal entre Portugueses e Espanhóis ocorresse por tantas décadas, era necessário que houvesse pessoas interessadas nele em ambos os lados. Aqueles que deveriam inibir o contrabando também estavam interessados no benefício econômico que este poderia lhes garantir. Não apenas os representantes lusos, mas também os hispânicos tinham interesse em usufruir dos lucros do tráfico a seu favor. Tanto os governadores sacramentinos quanto os portenhos possuíam relações primárias com os

²⁷⁵ Ver: O'MALLEY, Gregory E. *Final Passages The Intercolonial Slave Trade Of British America, 1619 – 1807*. 2014. North Carolina Press

²⁷⁶ MIR, Lúcio B. “*Ladrones de Guante Blanco – La corrupcion porteña em tiempos de La South Sea Company (1713 – 1752)*” – Editora Biblos, 2008. p. 104

²⁷⁷ SOUZA, Laura de Mello. “*O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do século XVIII*”. Companhia das Letras, São Paulo. 2006

²⁷⁸ Aqui utilizo do conceito de Fronteira Manejada de THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. *Apologia à fronteira (manejada): uma proposta conceitual*. In: Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Porto Alegre: PUCRS, 2012. A autora, apesar de tratar de um período posterior ao analisado por mim neste trabalho, traz um conceito de fronteira coerente ao intervalo estudado.

traficantes²⁷⁹. Certamente aqueles comerciantes que não se beneficiavam das relações com o representante real, reclamavam à Metrópole das irregularidades. Todos os traficantes buscavam ampliar sua rede de relacionamentos para buscar facilitar a saída e a entrada de mercadorias em ambos os portos, assim como Cipriano de Mello²⁸⁰ – que circulava pelas fronteiras e possessões, conforme seus interesses pessoais fossem atendidos, o que acabou por facilitar os contatos comerciais entre espanhóis e portugueses. Os demais traficantes também fizeram o mesmo no período em que atuaram em Sacramento.

É como o caso de João da Costa Quintão, que fugiu da Colônia do Sacramento, levando sua família, móveis da sua casa, sua prata e inclusive escravos, através do campo de bloqueio estabelecido pelos castelhanos, no ano de 1740. O traficante se mudou para Buenos Aires sem pagar os encargos ao governador Antônio Pedro de Vasconcelos²⁸¹. Esses homens mudavam-se conforme seus interesses e suas necessidades pessoais²⁸². Formavam, assim, a ideia de comunidade dentro dos impérios português e espanhol²⁸³, o que gerava oportunidades em sociedade periféricas e afastadas geograficamente da Metrópole. Como no período ainda não havia um sentimento nacional, estes homens tinham suas fidelidades ligadas aos interesses pessoais que, como já ditos anteriormente, misturavam-se aos públicos. Portanto, apesar de saberem onde a fronteira delimitava as possessões ibéricas, seus interesses econômicos passavam sobre esses limites e criavam vínculos pessoais e profissionais importantes.

João da Costa Quintão era Familiar do Santo Ofício, chegou à Colônia depois da posse de Antônio Pedro de Vasconcelos. Como já mencionado no capítulo anterior, seu

²⁷⁹ MOUTOUKIAS, Zacarias. *Redes Personales y Autoridad Colonial*. In: HISTOIRE, SCIENCES SOCIALES, mai-juin. 1992, Paris. *Annales...* Paris, 1992. (Traduzido com finalidades didáticas por Maria Zapiola, Universidade de Buenos Aires, Facultad de Filosofia y Letras, 1998). P. 6 e 7.

²⁸⁰ PRADO, Fabrício Pereira. *A carreira transimperial de don Manuel Cipriano de Melo no Rio da Prata do século XVIII. Topoi*. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 168-184, jul./dez. 2012. Disponível em: <www.revistatopoi.org>.

²⁸¹ ANRJ, Códice 94 [Nova] Colônia do Sacramento (1739-1777), 7 volumes. Vol. 1 (1739-1759): Registro de cartas do governador a autoridades espanholas. fl. 7r, 7v e 8r. O governador Vasconcelos relata a saída de João da Costa Quintão, na calada da noite, quando furou o campo de bloqueio em direção a Buenos Aires. Dia 06 de outubro de 1739.

²⁸² Aqui cabe um pequeno comentário, pois parece mais comum do que se imagina trocar de “lado” da fronteira. Segundo Possamai (2016), os soldados que não concordavam com o governo da Colônia do Sacramento também passaram para o lado espanhol da fronteira, deixando que os interesses pessoais superassem a fidelidade ao rei.

²⁸³ PRADO, Fabrício Pereira. *A carreira transimperial de don Manuel Cipriano de Melo no Rio da Prata do século XVIII. Topoi*. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 168-184, jul./dez. 2012. Disponível em: <www.revistatopoi.org>. p. 169

irmão Antônio da Costa Quintão estava atuando na Colônia do Sacramento. Chega à fortificação portuguesa pouco tempo depois de chegar à América Portuguesa, onde desde o início criou vínculos importantes. O traficante de escravos havia perdido a maior parte da sua propriedade, que ficava extramuros e passou por dificuldades financeiras²⁸⁴. Provavelmente, devido ao Campo de Bloqueio, teve sua economia abalada e decidiu partir para Buenos Aires. Além de provar que João tinha contatos que o receberam do lado espanhol, mostra também que as relações que eram estabelecidas neste período eram momentâneas e oportunas.

O traficante João da Costa Quintão certamente esteve vinculado ao governador Antônio Pedro de Vasconcelos. As relações que este traficante estabeleceu com pessoas que também estiveram vinculadas ao administrador português, como Manuel Botelho de Lacerda²⁸⁵ e o seu próprio irmão, Antônio²⁸⁶, que estavam vinculados diretamente a Vasconcelos, fez com que chegasse a certo benefício, mesmo que de forma indireta, em seu comércio ou em sua economia. Naquele momento, em 1740, era provável que estas relações não foram suficientes para manter seu padrão de vida. Por isso, decidiu partir para o lado castelhano, onde deveria ter relações que o sustentassem.

Apesar de estas redes acabarem se interligando por alguma relação em comum, pode-se separar este grupo maior de traficantes em outros menores. Ao analisar as fontes, é perceptível que estes traficantes não possuíam uma estratégia conjunta para alcançarem ascensão social, pois homens diferentes relacionavam a todo instante, tendo em vista o caráter temporário e instável deste tipo de negócio. Traficantes favoráveis e não favoráveis aos governadores da praça tiveram as mesmas relações pessoais, em momentos distintos, como aconteceu com seu sucessor Luís Garcia Bivar, o que será tratado na próxima sessão. Isso nos mostra que as estratégias eram particulares, apesar de as trajetórias, profissão e origens serem comuns. Cada qual se associando a outros indivíduos em momentos oportunos e necessários para que alcançasse mobilidade

²⁸⁴ MONTEIRO, Lucas Maximiliano. *“A inquisição não está aqui? A presença do Tribunal do Santo Ofício no Extremo Sul da América Portuguesa (1680 – 1821)”*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. p. 135

²⁸⁵ Ver: MONTEIRO, Lucas Maximiliano. *“A inquisição não está aqui? A presença do Tribunal do Santo Ofício no Extremo Sul da América Portuguesa (1680 – 1821)”*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. Botelho serviu de testemunha da Habilitação do Santo Ofício de João da Costa Quintão. Botelho serviu de governador interino em determinados períodos em que a situação de saúde de Vasconcelos o impossibilitou, como será visto adiante.

²⁸⁶ Ambos – Antônio da Costa Quintão e Antônio Pedro de Vasconcelos – aparecem citados como testemunhas em documentos comuns. É provável que os irmãos Costa Quintão tivessem relações próximas com Vasconcelos e que se estabeleceram, neste período, como “bando” do governador.

dentro da sociedade na qual estava inserido. Os laços de compadrio poderiam auxiliar a tornar este fio mais sólido, mas isso não se fazia uma regra. Os laços de cunho pessoal influenciavam na estrutura de poder local e o que dava base à corrupção. As relações com os representantes das Coroas Ibéricas não eram exclusividade dos traficantes de escravos sacramentinos. Os comerciantes portenhos também possuíam relações próximas aos governadores da Colônia do Sacramento, que os garantiam um embarque seguro de escravos para que estes fossem levados à América Espanhola²⁸⁷. Aqueles que deveriam proibir o comércio ilegal entre ambas as margens do Rio da Prata eram, muitas vezes, coniventes com a situação²⁸⁸. As relações de compadrio eram capazes de estabelecer vínculos de compadrio verdadeiros²⁸⁹.

O governador Vasconcelos viabilizou as redes legais e ilegais que se estabeleceram no Rio da Prata. Através da conivência dos representantes régios quanto ao comércio entre a América Espanhola e Portuguesa, a sua autoridade aumentou na praça da Colônia do Sacramento, fazendo muitos negociantes procurarem se relacionar com o governador. De forma semelhante, o administrador buscou ampliar suas relações pessoais com aqueles que tinham interesse comum a ele²⁹⁰. Durante este governo, as relações entre os súditos Ibéricos foram estreitadas, o que não significou a paralisação das apreensões – que não diziam respeito tanto à origem da embarcação que era confiscada, e sim as pessoas/autoridades e redes mercantis às quais estavam vinculadas. Também foi neste período que embarcações da Colônia do Sacramento passaram a ser autorizadas a buscar produtos de necessidade básica em Buenos Aires, por meio da conivência de ambos os administradores. Durante o período em que esteve no poder, o governador procurou manter seus interesses alinhados aos dos comerciantes, além de manter boas relações com os castelhanos.

²⁸⁷ MOUTOUKIAS, Zacarias. *Redes Personales y Autoridad Colonial*. In: HISTOIRE, SCIENCES SOCIALES, mai-juin. 1992, Paris. *Annales...* Paris, 1992. (Traduzido com finalidades didáticas por Maria Zapiola, Universidade de Buenos Aires, Facultad de Filosofia y Letras, 1998). p. 8 – 11.

²⁸⁸ POSSAMAI, Paulo César. *O tráfico de escravos na Colônia do Sacramento*. 5º encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/possamai%20paulo%20cesar.pdf>> Acesso em: 27.setembro de 2014. p. 4

²⁸⁹ KUHN, Fábio. “*Os homens do governador: Relações de parentesco e redes sociais no Continente do Rio Grande (1769 – 1780)*”. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; ÁVILA, Arthur Lima de. *Fronteiras americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Susani Letras & Vida, 2009. p. 34

²⁹⁰ PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento. O extremo Sul da América Portuguesa*. Porto Alegre, 2002. p. 152

Havia diferentes formas de manter relações com os administradores régios; no entanto, Vasconcelos buscou aumentar seu poder e relações por meio da concessão de patentes militares. Ao longo do período em que esteve no poder, deu ao menos sete patentes distintas aos traficantes de escravos sacramentinos. Os demais governadores que o sucederam buscaram outros meios de estabelecer os vínculos. Antônio Pedro de Vasconcelos, por exemplo, não compareceu tantas vezes à pia bastimal como seu sucessor, Bivar, o que será visto na próxima sessão. No entanto, soube administrar a concessão de mercês a seu favor, estabelecendo relações importantes e dando a maior parte das patentes de Ilhas próximas à Colônia do Sacramento a comerciantes de cativos.

O governador Vasconcelos manteve vínculos importantes com seus oficiais. Muitos desses militares também atuavam no comércio sacramentino, como já visto no capítulo anterior. Estes se beneficiavam da posição militar para não pagar tributos e ganhar certa autonomia dentro da praça, como João da Costa Quintão – capitão de cavalos da ordenança dos moços solteiros –, José da Costa Pereira e Manuel Pereira Lago, os três que tiveram suas patentes concedidas no período do governo Vasconcelos²⁹¹. Estes três homens também aparecem nos registros de óbito de escravos enterrando cativos e, por isso, também são considerados traficantes de escravos. Já eram mercadores antes de ganhar esses títulos de cunho militar; no entanto, com sua patente militar recebida, puderam aproximar-se da administração local e usufruir dos seus benefícios. Isso é exemplificado com o caso de José da Costa Pereira, Capitão de Ordenança da Ilha de São Gabriel, que era a maior do estuário do Prata, fazendo com que pudesse ser utilizada para evitar a fiscalização e facilitar o comércio com Buenos Aires.

O traficante João da Costa Quintão, devido à proximidade com Vasconcelos, deve ter estabelecido importantes relações com Buenos Aires, a ponto de, durante o campo de bloqueio, fugir para o lado castelhano e estabelecer-se no local por algum tempo. Este fato nos leva a perceber que as relações que eram estabelecidas entre os traficantes e os governadores eram momentâneas e oportunas. Quando foi necessário, João estabeleceu vínculos com Vasconcelos e, no momento em que este contato não o

²⁹¹ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento: 1680-1777*. 2v. Porto Alegre, Livraria Globo. 1937. Volume 2 p. 216 e 217

auxiliou em seu comércio, o comerciante sacramentino atravessou a fronteira da América Portuguesa em direção ao território castelhano, onde poderia se estabelecer e continuar com o seu comércio. Também é importante lembrar que Antônio da Costa Quintão teve como testemunha do seu casamento José da Costa Pereira e o Mestre de Campo da Colônia do Sacramento, Manuel Botelho Lacerda. Ainda em seu matrimônio estava presente o governador Vasconcelos.

Botelho Lacerda, além de governador interino da praça em períodos que Vasconcelos estava impossibilitado, também estava envolvido no comércio na região platina. Este homem possuía relações comerciais com outras praças portuguesas, na Colônia do Sacramento estabeleceu família, sendo que seu filho Constantino Botelho recebeu o mesmo cargo do pai. Além disso, sua filha casou-se com o Inglês João Burrish, que, como será explanado na próxima sessão deste trabalho, possuía proximidade com o governador Antônio Pedro de Vasconcelos, que batizou o inglês que abjurou à fé protestante. É necessário apontar que havia diferentes formas do governador, que utilizava do seu cargo, para aumentar o poder e importância dentro da Colônia do Sacramento²⁹², o que ainda era utilizado para conseguir favorecimento das relações econômicas e políticas no Prata e possivelmente dentro do Império Português.

3.1.1 VASCONCELOS E OS BRITÂNICOS

“Através de produtos como escravos, aguardentes açúcar, tabaco brasileiro ou até mesmo móveis, pode-se inferir a procedência luso-brasileira das mercadorias. Artigos ingleses também podem ser considerados indicadores da participação da Colônia do Sacramento na rota da mercadoria, especialmente após 1737” (PRADO, 2002. p. 140)²⁹³

²⁹² PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento. O extremo Sul da América Portuguesa*. Porto Alegre, 2002. p. 178 - 184

²⁹³ PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento. O extremo Sul da América Portuguesa*. Porto Alegre, 2002. p. 140

Era comum que os lusos da Colônia do Sacramento tivessem relações comerciais e pessoais com os britânicos que também circulavam pelo Rio da Prata. Os britânicos não ficaram na região apenas durante o período do seu monopólio do fornecimento de escravos para a América Espanhola. Mesmo com o final do *asiento*, alguns permaneceram comercializando com o extremo sul da América, como já mencionado na sessão anterior²⁹⁴. Já no período da permissão espanhola, utilizavam a Colônia do Sacramento para aportareme e realizar comércio com os portugueses. Durante o período de Vasconcelos, era constante a comunicação entre Buenos Aires e a Colônia do Sacramento e avisos do administrador luso ao espanhol da chegada de diversas embarcações de origem britânicas, atentando para a chegada de mercadoria de outra procedência que não ibérica.

Contudo, no final, Sacramento parece ter sido um entreposto comercial para eles. Alguns traficantes de escravos possuíram parentesco fictício com os britânicos, aproximando seus interesses pessoais e profissionais. Como o caso de Domingos Fernandes de Oliveira, que apadrinhou João Little, de origem escocesa, que se converteu à fé católica quando na Colônia do Sacramento²⁹⁵. Este traficante de escravo sacramentino apareceu nos registros de óbito de escravos sepultando apenas um escravo; no entanto, tinha caixeiro viajante a suas ordens. Não chegou a se casar na praça, mas chegou à praça acompanhado por outro traficante de escravos, Manuel Lopes Fernandes. Ambos, no momento em que chegaram à Colônia, o governador Vasconcelos confidenciou ao administrador de Buenos Aires, em carta, que os dois eram merecedores de seus títulos²⁹⁶.

Ainda havia o caso de Guilherme Kelly, comerciante de origem inglesa, que se relacionava com diversos traficantes de escravos como Bartolomeu Gomes Lisboa e Bartolomeu Nogueira, ambos traficantes sacramentinos enraizados na Colônia do Sacramento. Segundo os registros de batismo de livre, Guilherme Kelly havia sido batizado no Rio de Janeiro, mas foi na região platina que estabeleceu vínculos mais profundos. Casou-se com Lourença de Lara, natural de Buenos Aires, tiveram alguns

²⁹⁴ Ver: MIR, Lúcio B. “*Ladrones de Guante Blanco – La corrupcion porteña en tiempos de La South Sea Company (1713 – 1752)*” – Editora Biblos, 2008.

²⁹⁵ ACMRJ. Livro 2º de batismos de livres da Colônia de Sacramento (1735-1777); Dia 8 de setembro de 1733. João Little foi batizado na casa de Francisco Xavier. fl. 119

²⁹⁶ ANRJ Cód. 94: Secretaria de Estado do Brasil: [Nova] Colônia do Sacramento (1739-1777), 7 volumes. Vol. 1 (1739-1759): Registro de cartas do governador a autoridades espanholas. fl. 31 e 32 Dia 4 de novembro de 1747, chegando com embarcações que também trariam provisões do Rio de Janeiro.

filhos que foram batizados na praça da Nova Colônia. Para apadrinhar seus herdeiros, escolheram alguns traficantes de escravos, já mencionados acima, alguns nasceram ainda durante o período *asiento*; no entanto, outros registros estendem-se para além da data estipulada para a permissão de comércio dos britânicos²⁹⁷. Seus interesses foram enraizados nas margens platinas, sua família se estabeleceu na praça por anos, tendo seus filhos também criado suas raízes. A filha Ana Joaquina Kelly casou-se anos mais tarde com outro morador da praça portuguesa, Antônio Ribeiro dos Santos (de origem Reinol- -lusa), onde ela apadrinhou também filho de Manuel de Abreu Guimarães, outro traficante de escravos²⁹⁸. Ana também batizou uma filha sua na praça, portanto a família da Guilherme Kelly chegou ao menos à terceira geração na praça sacramentina. Esta criança teve como padrinhos os próprios avós maternos²⁹⁹. Guilherme Kelly ainda recebeu na praça o título de Capitão de Guerra e Mar³⁰⁰. Não havia, portanto, interesse português apenas no Rio da Prata, os britânicos continuavam interessados na região³⁰¹.

Além do envolvimento com os traficantes, o governador Antônio Pedro de Vasconcelos também possuía relações próximas a britânicos. Batizou três homens que abjuraram a fé protestante (um escocês, um irlandês e um inglês), todos sem profissão declarada, Thomas Glenham, André Barba e D. João Burrish respectivamente. Porém, devido ao interesse britânico no comércio platino, pode-se supor que eram mercadores. No entanto, o que chama a atenção nesses registros de batismo é a proximidade e a forma comum com que portugueses e britânicos se relacionavam no Prata.

²⁹⁷ ACMRJ. Livro 2º de batismos de livres da Colônia de Sacramento (1735-1777); Dia 8 de novembro de 1733; dia 11 de maio de 1735; dia 05 de maio de 1737; dia 14 de outubro de 1738; dia 06 de outubro de 1740; 08 de julho de 1742; dia 02 de março de 1744; dia 05 de setembro de 1745; dia 10 de agosto de 1748; dia 09 de fevereiro de 1752; dia 29 de setembro de 1753; dia 14 de janeiro de 1756, Guilherme Kelly compareceu a Pia Batismal como pai. Neste registro de batismo, constam informações sobre origem do pai e da mãe dos batizados, o que permite saber que Kelly era natural de Liverpool e batizado na Candelária no Rio de Janeiro e sua esposa era natural de Buenos Aires. Apesar de nem todos os filhos do casal terem alcançado idade adulta, morrendo logo após o batismo, os registros deste sacramento católico, permitem verificar o período no qual o inglês esteve atuante na praça. 3º livro de casamento da freguesia da Sé do Rio de Janeiro..fl 120r; fl. 138r; 3º livro de batismo fl 7v.; fl. 13r.; fl. 22r; fl. 32r; fl. 39r e 39v; fl. 46r; fl. 57r; fl. 70; fl. 77v; fl. 90v; respectivamente;

²⁹⁸ ACMRJ. Livro 2º de batismos de livres da Colônia de Sacramento (1735-1777); 30 de setembro de 1755 fl. 88v.

²⁹⁹ ACMRJ. Livro 3º de batismos de livres da Colônia de Sacramento (1735-1777); dia 26 de junho de 1762. Fl. 16v

³⁰⁰ Nos registros mencionados nas duas notas anteriores, sua descrição no livro de batismo permite descobrir seu título, embora não tenha tido acesso a seu registro de patente.

³⁰¹ PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento. O extremo Sul da América Portuguesa*. Porto Alegre, 2002.

“Durante o período do governador Antônio Pedro de Vasconcelos (1722 – 1749), que fazia parte de uma rede envolvida em negócios ilícitos, em que o prestígio da autoridade régia associava-se à influência dos burocratas e homens de negócio”³⁰². Vasconcelos procurou manter os traficantes ligados a ele por meio de uma rede de clientela, através de mercês e patentes concedidas, diferentemente agiu seu sucessor, que buscou relações mais pessoais com o grupo estudado neste trabalho. Devido à presença inglesa ou devido ao cerco espanhol à Colônia do Sacramento (1735 – 1737), talvez os comerciantes de cativos não eram tão assíduos nas trocas mercantis no Rio da Prata. No entanto, isso não significou a inibição do tráfico de escravos ao longo do seu governo, mesmo que este não possuísse tanta intimidade com os comerciantes de cativos, nem tenha assumido nenhum vínculo de parentesco fictício com eles. Ainda, Antônio Pedro de Vasconcelos sabia das relações comerciais entre a Colônia do Sacramento e Buenos Aires, o que foi demonstrado nas cartas que escrevia para diferentes autoridades lusas e hispânicas, porém não o inibia com todo afinco.

3.2 LUÍS GARCIA BIVAR, UM GOVERNADOR “INTERESSADO” (1749 – 1760)

Luís Garcia Bivar esteve vinculado ao comércio ilegal de forma aparentemente mais estreita que qualquer outro administrador régio. Administrou a praça da Nova Colônia entre 1749 e 1760, justamente no período em que os óbitos de escravos registrados foram crescentes. Bivar soube ampliar suas relações sociais, o que favoreceu a sua governança e seu poder em todo o Prata. Governou a praça em um período turbulento, em que as demarcações entre a América Portuguesa e Espanhola estavam em definição devido ao Tratado de Madri, mas soube articular-se e manter a importância da Colônia dentro do Império Ultramarino Português. O governador foi o único que permaneceu no cargo até a sua morte, sendo que seu registro de óbito aparece nos livros de sepultamento da Colônia do Sacramento.

As relações entre pessoais comuns e os representantes reais não eram incomuns na América Portuguesa, ainda em uma praça mercantil, do tamanho da Colônia do Sacramento. No entanto, o que chama atenção era a proximidade dos interesses do

³⁰² KUHN, Fábio. “Homens que concorrem ao seu negócio” *A comunidade mercantil da Colônia do Sacramento (1737-1777)*. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 176 (468): 13-38, jul/set. 2015. p. 14

governador Bivar com os dos traficantes de escravos sacramentinos. Este que chegou a ser acusado de contrabando por determinado grupo de traficantes³⁰³, como veremos adiante. “*O bom conselheiro deveria ‘despojar-se de todos os interesses de amizade, parentesco, parcialidade, bandos e outros quaisquer respeito’*”³⁰⁴. O governador Luís Garcia Bivar parece ter feito justamente o contrário do que recomendava o autor. As relações pessoais entre Luís Garcia e os comerciantes de cativos variaram entre a concessão de patentes militares – que por vezes eram vendidas pelo administrador português³⁰⁵ –, compadrio e testemunha de casamento. A venda de títulos e patentes não foi tão comum no Império Português, no entanto esta prática era realizada com maior frequência na Espanha. Já em Sacramento, segundo as denúncias, Bivar teria se aproveitado do seu cargo para comercializar patentes importantes e administrar a fortificação. Além disso, no período em que governou Sacramento, Bivar, quando acusado de contrabando, procurou aliados que testemunhassem sua idoneidade enquanto administrador real.

Neste contexto, houve a assinatura de uma atestação por homens que compunham diversos setores da sociedade – como párocos e militares – mas, sobretudo por comerciantes. Este documento serviu para mostrar apoio, ou não, ao governador da praça. Em 1752, houve denúncia por parte de alguns comerciantes, entre eles traficantes de escravos, contra o governador Luís Garcia Bivar, acusado de realizar contrabando com Buenos Aires³⁰⁶. Um dos seus acusadores, Domingos Fernandes de Oliveira, traficante de escravos, certamente além de cativos contrabandeava outras mercadorias com os espanhóis. Bivar, acuado com as acusações, procurou aliados naquele momento para se fortalecer. Certamente, aqueles que se mostravam favoráveis a Luís Garcia Bivar tinham seus interesses protegidos ou mais próximos aos do representante real. Provavelmente, tiveram benefícios alcançados e seu comércio facilitado devido à proximidade ao administrador sacramentino, naquele momento. No caso de dois dos

³⁰³ KUHN, Fábio. “*Os interesses do governador: Luiz Garcia de Bivar e os negociantes da Colônia do Sacramento (1749-1760)*” Topoi. Revista de História. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, jan-jun. 2012, pp. 29-42. p. 40

³⁰⁴ ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e Poder no Brasil Uma História, séculos XVI a XVIII*. Coleção História e Historiografia. Editora Autêntica – Belo Horizonte – MG. 2017 p. 28 ao citar FURIÓ CRIOL. El concejo y consejeros del príncipe, p. 117-118, 73.

³⁰⁵ Ver: KUHN, Fábio. “*Os interesses do governador: Luiz Garcia de Bivar e os negociantes da Colônia do Sacramento (1749-1760)*” Topoi. Revista de História. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, jan-jun. 2012, pp. 29-42.

³⁰⁶ KUHN, Fábio. “*Os interesses do governador: Luiz Garcia de Bivar e os negociantes da Colônia do Sacramento (1749-1760)*” Topoi. Revista de História. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, jan-jun. 2012, pp. 29-42. p. 40

três traficantes mencionados com relação de compadrio com o governador, Costa Machado, Coelho Rosa e Gomes dos Santos Lisboa, os três possuíam patentes militares distintas.

Inácio da Costa Machado fora testemunha do seu matrimônio. A segunda testemunha do seu casamento foi o também traficante de escravo, Antônio da Costa Quintão. Natural de Lisboa, veio à Colônia e buscou enraizar seus interesses no local, por meio das redes de solidariedade que firmou³⁰⁷. Os escravos que enterrou foram todos adquiridos no Rio de Janeiro³⁰⁸, sendo um deles comprador de Francisco Xavier Fonseca, que mais tarde veio a casar-se com moça sacramentina e também se estabeleceu na praça³⁰⁹. Ao longo do período em que atuou na praça, teve seu prestígio social aumentado por ter se tornado alferes de ordenança e tenente de Sacramento.

Manuel Coelho Rosa tornou-se Capitão ao longo do período em que atuou na Colônia do Sacramento. O governador Bivar, além de testemunha do seu casamento, junto novamente de Antônio da Costa Quintão, também batizou um dos filhos do traficante. Coelho Rosa³¹⁰ foi o “típico” comerciante sacramentino. Natural da Metrópole, chegou a Sacramento realizando negócios, contraiu matrimônio com moça natural da Nova Colônia e que possuía uma extensa família no local³¹¹. Estabeleceu relações comerciais tanto com Salvador quanto com Rio de Janeiro e Buenos Aires³¹². Assinou a atestação favorável ao governador Bivar, dando respaldo ao administrador luso. Por esses motivos, possivelmente teve seu comércio facilitado em determinado período. Portanto, Coelho Rosa foi o traficante que mais vezes apareceu mencionadas nos registros de sepultamento de escravos analisados para este trabalho. Certamente, devido à particularidade da fonte analisada – de analisar perdas e não negócios concretizados –, não é possível afirmar que ele tenha sido o maior traficante de

³⁰⁷ ACMRJ. Livros de casamentos (1722-1777). Casou-se: 26/07/1750 com Dona Ana Marcelina de Oliveira e Figueiredo – filha do Mestre de Campo Pedro Gomes de Figueiredo. Fl. 206

³⁰⁸ ACMRJ. 6º Livro de Óbitos de negros, índios, mulatos e cativos, fl. 1-54v (1747-1752). fl. 11r dia 02 de maio de 1748; fl. 49r dia 25 de julho de 1751, quando comercializou com Francisco Xavier Fonseca

³⁰⁹ ACMRJ. Livros de casamentos (1722-1777). Casou-se 03/12/1747, Por meio do seu procurador: José Inácio de Almeida com Rita Tereza de Jesus filha do Capitão de Cavalos Manuel Félix Correia fl. 199v.

³¹⁰ Ver: HOLLMANN, Stéfani. *Comércio de Cativos no Rio da Prata: Os traficantes de Escravos na Colônia do Sacramento entre as décadas de 1730 – 1750*. Trabalho de Conclusão de Curso: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014. p. 35 - 40

³¹¹ ACMRJ. Livros de casamentos (1722-1777). Casou-se em 1751, com Vitória Silveira de Lacerda. Filha de Manuel de Souza Teixeira fl. 209v

³¹² ACMRJ. 6º Livro de Óbitos de negros, índios, mulatos e cativos, fl. 1-54v (1747-1752). fls. 9r, 50v, 50r, 30 r, 30v, 35r, 53v, 33r, 39v, 44v, 42v. Os óbitos de escravos revelam as conexões comerciais dos traficantes, como já mencionado no capítulo anterior.

Sacramento, todavia é possível concluir que seu comércio era realizado em larga escala com as demais praças luso-brasileiras e hispânicas.

Por fim, Gomes dos Santos tornou-se capitão e ajudante, assim como Coelho Rosa, comercializou com os dois principais portos brasileiros³¹³. Casou-se também na Praça da Colônia do Sacramento. Teve três filhos, sendo dois deles apadrinhados pelo governador Luís Garcia Bivar³¹⁴. A escolha do administrador régio como padrinho pode não significar proximidade pessoal com ele, mas sim uma estratégia para que, com os vínculos de parentesco fictício com o governador, possam-se adquirir benefícios, entre eles a facilidade de comércio com a margem oposta a Sacramento.

O compadrio era um recurso que poderia gerar prestígio social. Dentro de uma “*economia de favores*”, as relações não eram sempre iguais para ambos os polos. Algum indivíduo dessa relação poderia ter mais poder social ou econômico do que o outro. Os registros de batismo nas possessões ultramarinas são importantes objetos de análise, pois o compadrio revela relações de parentesco sanguíneo e espiritual. Além disso, provavam também a condição social de cada indivíduo. A escolha de compadres implicava uma construção de relações de uma nova família e o fortalecimento das relações com seus descendentes. Quem procurava as relações de compadrio nem sempre eram membros do mesmo estrato social. Podiam buscar em um padrinho de uma classe social mais elevada, um acesso a benefícios importantes. No entanto, também havia o compadrio dentro de grupos sociais semelhantes. No caso analisado nesta sessão, tratava-se de um grupo em ascensão social – os traficantes de escravos – e dos representantes régios³¹⁵. O compadrio dentro da elite colonial significava a exclusão de outro grupo³¹⁶ e o seu fortalecimento.

³¹³ ACMRJ. 6º Livro de Óbitos de negros, índios, mulatos e cativos, fl. 1-54v (1747-1752). Fl. 6r, 17v, 15r, 1r, 13r. Dias 29 de janeiro de 1748; 30 de julho de 1748; 16 de junho de 1748; 05 de maio de 1747 e 26 de maio de 1748, respectivamente.

³¹⁴ ACMRJ. Livros 2º, 3º e 4º de batismos de livres da Colônia de Sacramento (1735-1777); em 06.11.1756, o governador compareceu para apadrinhar Francisco Marcelino e, em 24.11.1759, para batizar Manuel. fl. 94v

³¹⁵VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. “*O compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século VIII*”. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 3, nº 52, p. 273 – 294. 2006 p. 274 - 277

³¹⁶ KUHN, Fábio. “*Os homens do governador: Relações de parentesco e redes sociais no Continente do Rio Grande (1769 – 1780)*”. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; ÁVILA, Arthur Lima de. Fronteiras americanas: teoria e práticas de pesquisa. Porto Alegre: Susani Letras & Vida, 2009.p. 44

Na Colônia do Sacramento, se comparado o caso do governador Luís Garcia Bivar com os outros administradores régios, percebe-se que ele foi uma exceção à regra. Tanto Vasconcelos quanto Sarmento não utilizavam das relações de compadrio para ampliar suas relações sociais na praça. Cada qual procurou outras formas de estabelecer proximidade com aqueles que podiam trazer benefícios para seu governo. No entanto, na América Portuguesa, esta estratégia era comum, como o caso do Continente do Rio Grande³¹⁷ e de Minas Gerais. O governador da região aurífera recebia convite oficial para apadrinhar crianças assim que chegasse à capitania, não necessitando de relações pré-estabelecidas para que o compadrio ocorresse. Dessa forma, os governantes conseguiam enraizar seus interesses dentro da sociedade local. Mesmo com os esforços da Coroa Lusa em manter seus representantes distantes das relações locais, o compadrio era oportuno para ambas as partes. Ele servia de “indicador das hierarquias de poder” na sociedade colonial³¹⁸.

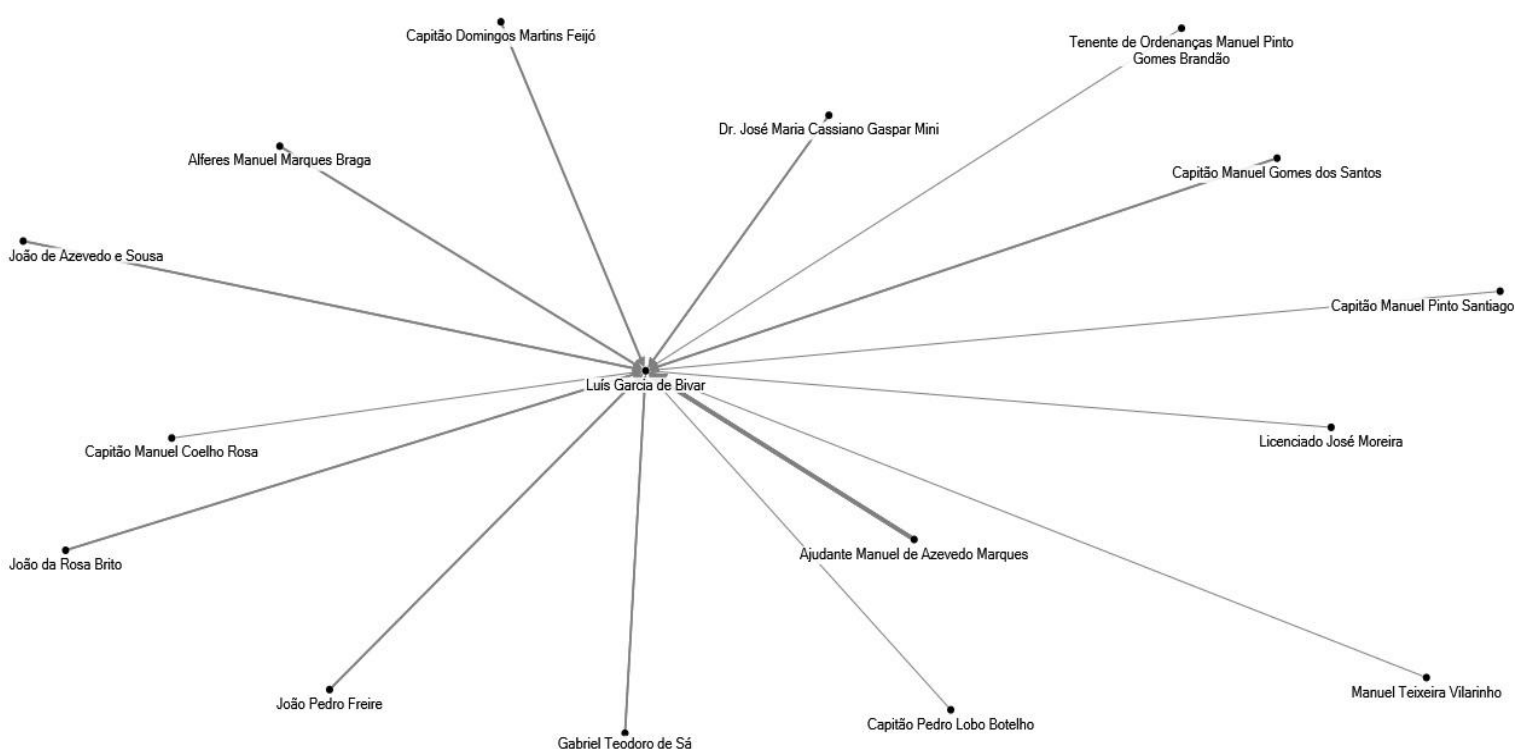
Algumas vezes, estes vínculos de compadrio precisavam ser reiterados, ou devido à morte prematura da criança ou devido à substituição do representante régio. Este último mostra que o compadrio era buscado com o governador, e não com uma pessoa específica. Procurava-se estabelecer vínculos com o administrador pelo o que ele representava, uma forma de chegar até a Coroa ou de garantir mercês. Comparando o caso dos governadores de Minas Gerais e de Luís Garcia Bivar na Colônia do Sacramento, pode-se verificar que havia algumas semelhanças. Ambas as regiões recebiam constantemente pessoas recém-chegadas do Reino. Nos dois locais, havia a busca pelo enriquecimento rápido devido ao acesso aos metais que estas regiões possibilitavam. Além disso, quando chegados da Metrópole, não possuíam vínculos no local e encontraram no compadrio a forma com de estabelecer e enraizar seus interesses. O governador que seria o polo mais poderoso desta relação não tinha necessidade de

³¹⁷ KUHN, Fábio. “*Os homens do governador: Relações de parentesco e redes sociais no Continente do Rio Grande (1769 – 1780)*”. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; ÁVILA, Arthur Lima de. *Fronteiras americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Susani Letras & Vida, 2009. p. 44 e 45. O governador José Marcelino, do Continente do Rio Grande, apadrinhou poucas crianças. Não utilizou muito deste recurso no primeiro governo e, quando retornou à capitania, apadrinhou poucas crianças e com pais socialmente importantes, com pessoas que compunham a elite da nova capital, Porto Alegre. No caso do Rio Grande, os governadores aproximaram-se da elite local e com mercadores; José Marcelino parece ter sido a exceção a esta regra no Continente. Já em Sacramento, Bivar aparenta ser a exceção, em um local que não era comum as relações de compadrio com o grupo mercantil.

³¹⁸ VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. “*O compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século VIII*”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n° 52, p. 273 – 294. 2006 p.279-280

aceitar o convite, mas acabava por fazer com aqueles que poderiam trazer benefícios. As relações de parentesco fictício potencializavam os “intermediários sociais”³¹⁹. No caso de Bivar, as relações com os traficantes parecem ter sido comuns, mas o governador também buscou relações de parentesco com outros setores da sociedade sacramentina, como aponta o esquema abaixo:

RELAÇÕES DE COMPADRIO ESTABELECIDAS PELO GOVERNADOR BIVAR



Outras formas de relacionamento com Luís Garcia Bivar foram tomadas. Retomando a denúncia contra este representante régio e a somando à assinatura da atestação, pode-se dizer que a comunidade sacramentina ficou dividida em bandos, naquele momento. Aqueles que assinaram possivelmente tiveram seus negócios na fronteira das Américas Ibérica favorecidos pela proximidade de interesses com o

³¹⁹ VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. “O compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século VIII”. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 3, n° 52, p. 273 – 294. 2006 p.285,287, 288, 290.

governador³²⁰. No entanto, os demais, que já poderiam estar sendo afetados pelos negócios escusos do administrador português, puderam ter ainda mais prejudicada a travessia das suas mercadorias naquele ano ou meses seguintes³²¹. As práticas corruptas eram realizadas tanto pelos governadores quanto por aqueles que estavam relacionados a eles em benefício próprio, tanto por motivos sociais quanto por econômicos³²². Mas ainda os governadores permaneceram centrais nesta divisão da sociedade mercantil sacramentina.

“... no Rio da Prata, autoridades, homens de negócio, contrabandistas confundiam-se. Os representantes do poder metropolitano necessitavam de apoio no seio da elite local para lograr impor a autoridade real – desenhava-se uma aliança que entre burocratas e comerciantes que só de sinais de alterações após as reformas borbônicas³²³”. (PRADO, 2003)

Sobre a atestação que foi assinada no período do governador Luís Garcia Bivar, não foram todos os trinta e quatro traficantes de escravos que assinaram. Uma quinzena deles provou ser favorável ao governo, que, como sabemos, estava bastante envolvido com o contrabando desenvolvido no Rio da Prata. Possivelmente estes homens tiveram crescente reconhecimento social; além disso, obtiveram reconhecimento do governador. Diferentemente daqueles que a assinaram contrários a Bivar, que, apesar de aparecerem nos registros de óbito de cativos com frequência, devem ter possuído dificuldades nas relações dentro e fora da praça. São exemplos: Antônio da Costa Quintão, que, apesar de aparecer relacionando-se com homens que possuíam relações importantes com o governador Bivar, além de citado como testemunha do casamento de Manuel Coelho

³²⁰ Ver: FRAGOSO, João Luis Ribeiro. “*A Nobreza vive em bandos: A Economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, séculos XVII. Algumas notas de pesquisa*”. In. Revista Tempo, Niterói, vol. 8, n. 15, 2003.

³²¹ GIL, Tiago Luís. *O Bando de Rafael Pinto Bandeira em uma representação gráfica: uma tentativa de aplicação das social network analysis na história social*. Anais do I Colóquio do LAHES. Juiz de Fora, 2005. O autor, ao tratar do Governador Interino do Rio Grande de São Pedro em 1784, aponta para bandos de comerciantes favorecidos devido à proximidade e interesse do administrado. Àqueles que poderiam trazer benefício a Rafael Pinto Bandeira – do qual se sabe da grande riqueza acumulada através do contrabando – o comércio na fronteira com os castelhanos era favorecida. No entanto, aqueles que não trariam benefícios para Pinto Bandeira eram perseguidos e dificultado seu comércio. Apesar de em anos posteriores e em locais distintos, é possível comparar as práticas, pois se trata de dinâmicas de fronteira e de contrabando.

³²² KUHN, Fábio. “*Os interesses do governador: Luiz Garcia de Bivar e os negociantes da Colônia do Sacramento (1749-1760)*” Topoi. Revista de História. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, jan-jun. 2012, pp. 29-42. p. 38

³²³ PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, nº 19 p. 79 – 104, 2003. p. 85

Rosa junto ao representante da Coroa lusa, não se apresentou favorável a Luís Garcia Bivar; Antônio da Costa Quintão, provavelmente estava vinculado ao antigo governador, Vasconcelos. Com a chegada do novo governador à praça em 1749, Quintão deve ter tido dificuldade em manter os vínculos com o novo administrador real. Tal questão aponta para as particularidades de interesses de cada administrador real. Bivar, ao chegar na Colônia do Sacramento, encontrou redes relacionais formadas e atuantes, poderia ter se inserido nas mesmas de seu antecessor, mas, ao que tudo indica, o governador formou sua própria, conforme interesses pessoais e econômicos que possuía. Luís Garcia pode ter mantido alguns vínculos semelhantes aos de Antônio Pedro, mas não foram necessariamente os mesmos, o que prova a falta de coesão na administração lusa e, além disso, que os interesses pessoais eram colocados à frente dos interesses da Coroa, ou que eles se misturavam. Novo governador implicava gerar novas relações sociais³²⁴.

Daqueles traficantes que não assinaram a atestação favorável a Bivar e que auxiliaram na denúncia, ainda havia Bartolomeu Nogueira – que possuiu forte enraizamento na praça, tendo sua família permanecido no local até o fim do período luso. Seu filho seguiu a carreira mercantil, tornando-se comerciante da mesma praça³²⁵. Além disso, era Familiar do Santo Ofício e, com isso, conseguiu distinção social. Nogueira registrou onze sepultamentos de cativos, aparentemente era um traficante que realizava bastante comércio³²⁶. No entanto, poucos dos sepultamentos foram realizados posteriormente à posse de Bivar na praça sacramentina. Este dado pode revelar a

³²⁴ KUHNS, Fábio. “Os homens do governador: Relações de parentesco e redes sociais no Continente do Rio Grande (1769 – 1780). In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; ÁVILA, Arthur Lima de. *Fronteiras americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Susani Letras & Vida, 2009. p. 36 O autor debate sobre José Marcelino, governador do Continente do Rio Grande e sobre as novas relações sociais que estabeleceu quando chegou ao local e assumiu o cargo, não continuando com as relações estabelecidas anteriormente com seus antecessores.

³²⁵ ANTT Habilitação do Santo Ofício BARTOLOMEU CESÁRIO NOGUEIRA Março 6, nº 105 16.10.1772 A habilitação aponta que o comerciante não era casado, filho do Capitão (e também comerciante) Bartolomeu Nogueira. Fala do Cabedal e da pureza de sangue que seu pai já havia adquirido anteriormente. É preciso considerar a adversidade desta praça, pois, em geral, na América Portuguesa não havia o hábito de ter segunda geração de comerciante nas famílias. No entanto, devido às características marítimas da praça, Bartolomeu Cesário Nogueira foi estimulado a seguir a carreira de seu pai, como mercador.

³²⁶ ACMRJ. 6º Livro de Óbitos de negros, índios, mulatos e cativos, fl. 1-54v (1747-1752). Fl. 40r, 118v, 112r, 119v, 120r, 54v, 110r, 28r. Dos onze escravos que enterrou, sete deles foram entre 1741 e 1749 (período em que Vasconcelos este à frente da administração da Colônia do Sacramento), os demais quatro foram ao longo do governo Bivar, que provavelmente dificultou este homem. Sem dúvida, é preciso considerar que as fontes as quais utilizo apontam apenas para as perdas, e não para as vendas. No entanto, é possível supor que, se os traficantes costumavam sepultar mais escravos em determinado período, isso se devia pela entrada por seu intermédio de mais cativos.

dificuldade deste homem em realizar comércio no período, diferentemente do antecessor, Vasconcelos. Possivelmente o homem auxiliou a denunciar Luís Garcia Bivar por este motivo. Também Domingos Fernandes de Oliveira – tido como líder daqueles que eram contra – João de Freitas Guimarães e Tomé Barbosa, cunhado do Vigário João Almeida Cardoso, o mesmo responsável por lavar os sepultamentos de escravos utilizados como fonte principal desta pesquisa. Estes homens já atuavam na praça da Nova Colônia no governo de Antônio Pedro de Vasconcelos e provavelmente não se mantiveram dentro das relações com o administrador real novo. Com exceção de Nogueira, todos os citados enterraram poucos cativos, o que pode apontar para uma eventualidade no seu comércio de cativos ou em pouca perda. No entanto, estes comerciantes não negociavam exclusivamente escravos e, portanto, devem ter sido prejudicados nos outros ramos do seu mercado.

A política de mercês era comum no Antigo Regime, assim como no Império Português, era uma forma de administrar o território, os súditos e garantir sua governabilidade, como em uma dinâmica de sujeição³²⁷. Certamente as mercês cumpriram papel integrador do Império Português; no entanto, mais do que unir os territórios lusos, cumpriu papel importante no mercado colonial. O que regia a economia do período eram os privilégios e mercês recebidas, pois esta era autônoma frente às variações do mercado, reproduzindo uma hierarquia social excludente³²⁸. Com o sistema de mercês, houve aproveitamento dos títulos recebidos ou comprados dos representantes reais em benefício próprio. As mercês eram meras representações que, em geral, eram manipuladas e inventadas. Elas serviam como “*um dispositivo informal de exercício de poder e, ao mesmo, como o principal elemento articulador desse Império descerebrado*”³²⁹.

Em geral, recebiam uma honraria por serviços prestados à Coroa. Quanto aos serviços prestados ao Rei de Portugal, questiono quais seriam eles. Pode-se considerar que estas mercês serviam para deixar o súdito a seu serviço na região fronteiriça,

³²⁷ FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2001. p. 44

³²⁸ MARTINS, Mônica. *Ascensão dos homens de negócio e o fim das corporações do Brasil*. Polis – Laboratório de História Social. 2008 p. 2

³²⁹ ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e Poder no Brasil Uma História, séculos XVI a XVIII*. Coleção História e Historiografia. Editora Autêntica – Belo Horizonte – MG. 2017 p. 54

evitando que ele mudasse para o lado oposto, como o caso de Cipriano de Mello³³⁰. O fato é que as mercês fizeram o papel de integradoras do Império Português³³¹. Elas eram a principal forma de mobilidade social nesta sociedade colonial e poderiam vir a gerar o sentimento de dívida com o monarca. Esta política de mercês contribuiu para a governabilidade dos territórios portugueses, restaurando a soberania portuguesa em territórios longínquos³³², coordenando os esforços da administração lusa nos seus mais diferentes territórios. Os homens que recebiam títulos ou cargos importantes por “serviços prestados ao Rei” criavam uma espécie de vínculo de sujeição à Coroa, fazendo-os realizar atividades que auxiliassem a manter, principalmente, esses súditos fiéis àquele soberano e ao seu território.

Daqueles homens que assinaram a atestação para confirmar a honestidade do governador da Praça, alguns posteriormente ganharam patentes militares importantes. Como o caso de José de Barros Coelho, que se tornou Capitão de Ordenança da Ilha de São Gabriel³³³, uma das maiores ilhas próximas à Colônia do Sacramento. Apesar de comparecer apenas duas vezes para sepultar escravos junto ao Vigário³³⁴, este traficante casou-se com moça sacramentina e estabeleceu uma vasta rede de contatos dentro de Sacramento, através do compadrio³³⁵. Outro caso importante era o de Simão da Silva Guimarães, Capitão da Ilha Rasa³³⁶. Natural de Braga, assinou a atestação, por meio da qual possivelmente obteve auxílio para o desenvolvimento do seu comércio. Contraiu matrimônio com mulher sacramentina, Teresa de Figueiredo, com quem teve sete filhos

³³⁰ Ver: PRADO, Fabrício Pereira. *A carreira transimperial de don Manuel Cipriano de Melo no Rio da Prata do século XVIII. Topoi*. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 168-184, jul./dez. 2012. Disponível em: <www.revistatopoi.org>.

³³¹ DUARTE, Madio Pietro Gallas. *Administração portuguesa no extremo sul da América: o governo de Pedro Sarmiento na Praça da Nova Colônia do Sacramento (1763 – 1775)*. p. 28

³³² GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Poder Político e Administração na Formação do Complexo Atlântico Português (1645-1808)*. LASA. 2001. p.8

³³³ ANRJ. Cód. 94 Secretaria de Estado do Brasil: [Nova] Colônia do Sacramento (1739-1777), 7 volumes. Vol. 4 Registro de nomeações de postos militares e outros cargos, patentes e ordens do governador (1748-1755) fl. 73r, 73v e 74r. Luís Garcia Bivar reitera a importância do título de José de Barros Coelho de Capitão da Ilha de São Gabriel, patente que lhe foi concedida pelo governador Antônio Pedro de Vasconcelos, que estaria na praça por vinte anos. Além disso, defendeu a praça quando necessário, além de queimar embarcações inimigas e receber embarcações da cidade da Bahia com mercadorias e provisões. Além disso, era muito bom com seus escravos. Dia quatro de fevereiro de 1750.

³³⁴ ACMRJ. 6º Livro de Óbitos de negros, índios, mulatos e cativos, fl. 1-54v (1747-1752). Fl.90 dia 03 de abril de 1735 e fl. 121v dia 14 de julho de 1743. José de Barros Coelho sepultou escravos, o segundo, vindo do Rio de Janeiro.

³³⁵ ACMRJ. Livros 2º, 3º e 4º de batismos de livres da Colônia de Sacramento (1735-1777);

³³⁶ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento: 1680-1777*. 2v. Porto Alegre, Livraria Globo. 1937. Volume 2 p. 216. Simão recebeu esta patente pelos bons serviços de guerra.

batizados na Colônia³³⁷. Possuía contatos comerciais importantes com o Rio de Janeiro, onde havia um sócio, Francisco Xavier Fonseca³³⁸, que, anos mais tarde, casou-se com moça natural da Colônia do Sacramento, por meio de procuração³³⁹. Além disso, Simão obteve o título de Familiar do Santo Ofício, através da habilitação na qual José de Freitas Guimarães foi testemunha, este que também se dedicava ao trato negroiro³⁴⁰.

É indispensável lembrar o caráter instável da praça, devido aos acordos assinados entre portugueses e espanhóis, mas também devido à posição que ocupava no Império Ultramarino Português, passando por momentos de cerco e períodos sem envio de provisões. No entanto, também cabe lembrar que os homens que se dedicavam ao comércio não costumavam se fixar em uma só margem. Trafegavam entre os diferentes locais com os quais comercializavam. Possivelmente, alguns destes traficantes que são analisados enquanto grupo nem tenham fixado residência na praça e que tenham apenas comercializado com muita frequência com Sacramento. Há alguns nomes que não possuem relações com a maior parte dos homens que compunham este grupo. Estes podem ser apenas comissários de algum outro comerciante luso-brasileiro ou possuíam sociedade com algum traficante local ou que realizaram esporadicamente comércio com a praça e, por coincidência, obtiveram perdas no seu traslado, tendo de enterrar algum escravizado em Sacramento.

Apesar de sua maioria ser de origem reinol, não era regra que se conhecessem antes de entrarem neste ramo de comércio. Chegavam à colônia muitas vezes sem nenhum conhecido e ampliavam suas redes aos poucos. Iniciavam suas carreiras sendo caixeiros viajantes ou mesmo comissários de algum outro comerciante. Considerando que Sacramento era um local que dependia do comércio com os demais portos luso-brasileiros, mantinham relações mais ou menos resistentes com negociantes de outros portos. Mas também havia aqueles traficantes que possuíam embarcações próprias e

³³⁷ ACMRJ. Livros 2º, 3º e 4º de batismos de livres da Colônia de Sacramento (1735-1777); fl. 61r; fl.67; fl. 76v; fl. 86v; fl. 94r; fl.103v; fl. 5v.

³³⁸ Casou-se com moça sacramentina por procuração assinada para José Inácio de Almeida – Sargento Mor de Sacramento. Pode-se acreditar que tenha vindo poucas vezes a Sacramento, além de ter se casado na tentativa de aumentar sua influência sobre a sociedade local, já que Rita Tereza de Jesus – sua esposa – era filha de Manuel Félix Correia, Capitão de Cavalos da praça.

³³⁹ ACMRJ - Livros de casamentos (1722-1777). Casou-se no dia 3 de dezembro de 1747. Fl. 199v.

³⁴⁰ ANTT – Habilitação do Santo Ofício - Simão da Silva Guimarães Maço 10, nº 158. Dia. 14.10.1755

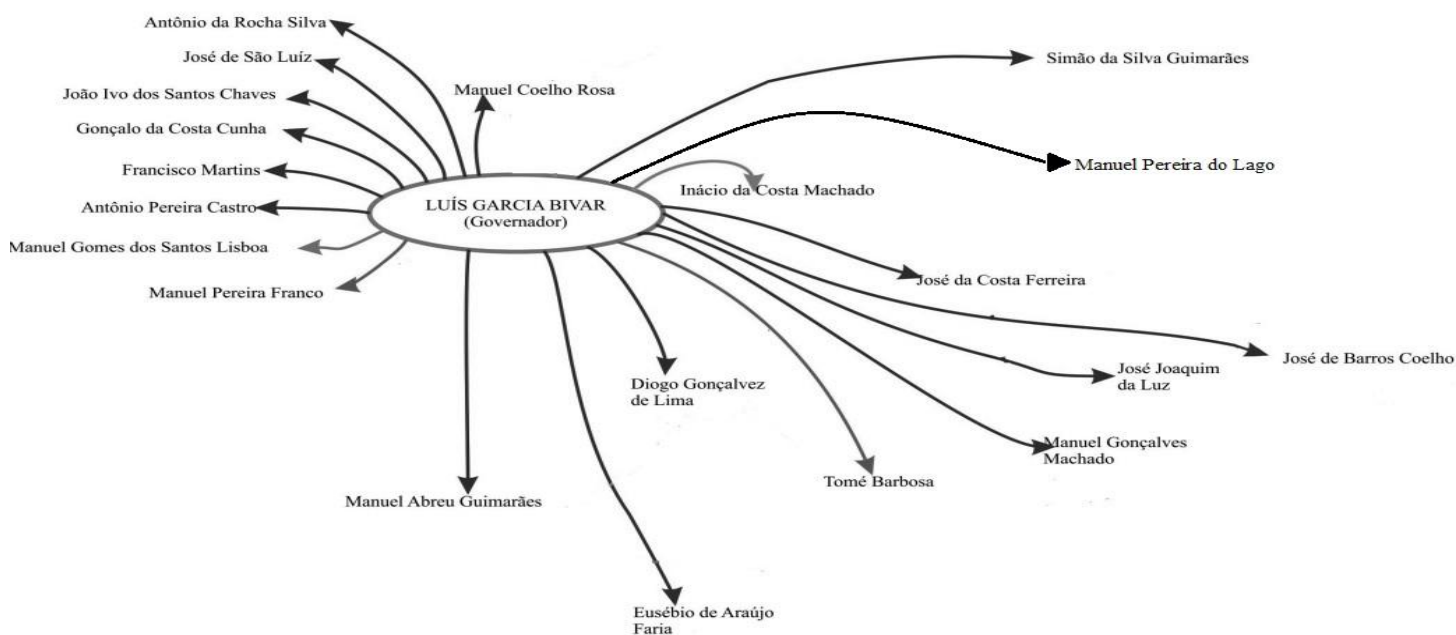
seus comissários em outros pontos desta teia mercantil. As rotas comerciais traçavam cenários de interesse e realizações políticas³⁴¹.

As relações com o governador da Praça não ficavam apenas no ramo do crédito. Muitos traficantes tinham laços de parentesco fictício com governadores. As estruturas coloniais locais eram fonte de prestígio e autoridade, auxiliaram na manutenção e criação de vínculos de parentesco, o que se tornou fundamental para o funcionamento do Império Português. Por meio dos laços primários, eram constituídos recursos importantes para que o grupo que tinha grande influência no local – no caso os traficantes – tratasse dos seus negócios da melhor forma. Aproximavam-se pessoalmente dos administradores locais pelas relações de parentesco fictício e, assim, tinham seus interesses envolvidos com os representantes da Coroa. As relações mais pessoais auxiliavam no desenvolvimento do tráfico e também da política do contrabando³⁴². O governador Luís García Bivar aparece com maior regularidade nos registros eclesiásticos, no intervalo analisado, como os casos de Manuel Gomes dos Santos Lisboa e Manuel Coelho Rosa, sendo que os dois apareceram tanto como testemunhas de casamento, quanto como padrinhos de filhos dos traficantes. O governador também serviu de testemunha de casamento do comerciante de cativos, Inácio da Costa Machado. Estes diferentes vínculos com o governador, provam que era preciso serem reestabelecidos constantemente para manter as relações com o representante real.

³⁴¹ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina Séculos XVII e XVIII*. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá; CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas Rotas do Império: eixos mercantis e relações no mundo português*. EDUFES, Vitória. 2006 p. 27

³⁴² MOUTOUKIAS, Zacarias. *Redes Personales y Autoridad Colonial*. In: HISTOIRE, SCIENCES SOCIALES, mai-juin. 1992, Paris. *Annales...Paris*, 1992. (Traduzido com finalidades didáticas por Maria Zapiola, Universidade de Buenos Aires, Facultad de Filosofia y Letras, 1998). p. 3 - 5

REDE DE 'CLIENTELA' DO GOVERNADOR BIVAR



O governador Bivar teve vasta e forte relação com diferentes relações estabelecidas com o grupo de traficantes de escravos. A maior parte dessas relações apresentadas na imagem acima se trata da assinatura da atestação comprovando a legalidade dos atos do administrador. No entanto, além de compadre, Luís Garcia também serviu como testemunha de casamento, buscou aliados na assinatura da atestação e concedeu patentes militares, que reforçaram seu poder dentro da praça sacramentina. Considerando que, no período analisado, o trato de cativos foi expandido, pode-se compreender por que estes eram os homens mais bem remunerados e mais bem vistos na sociedade colonial setecentista. Dos trinta e quatro traficantes sacramentinos, vinte e oito aparecem em fontes diversas, sendo citados como Homens de Negócio. No entanto, é necessário lembrar que os próprios mercadores davam sua titulação nesta documentação analisada. Pode-se supor que a maioria destes comerciantes, que na Colônia do Sacramento intitulavam-se homens de negócio, em Portugal não passavam de caixeiros viajantes³⁴³. Por este motivo, não pode-se questionar se a Colônia do Sacramento teve comerciantes tão importantes a ponto de serem considerados homens de negócio. Certamente, Sacramento desempenhou papel importante dentro das relações

³⁴³ KUHN, Fábio. "Homens que concorrem ao seu negócio" *A comunidade mercantil da Colônia do Sacramento (1737-1777)*. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 176 (468): 13-38, jul/set. 2015.

mercantis, dentro do Império português, no entanto a praça e os homens que nela atuaram nunca chegaram a ser tão poderosos quanto aqueles do Rio de Janeiro.

Outro fator que possivelmente colaborou para que o contrabando ocorresse no período analisado na região platina foi que os governadores possuíam respaldo da Coroa Lusa para o enriquecimento por meios ilícitos. Em períodos de crise financeira, o administrador colonial deveria desembolsar os próprios recursos para manter a ordem e a vida da praça³⁴⁴. Por esta motivo, os governadores da Colônia do Sacramento, acostumados a passar dificuldades devido à ineficiência das embarcações legais que deveriam chegar do Rio de Janeiro devem ter tido interesse maior no comércio ilegal na região platina.

O governador queixava-se com frequência às demais autoridades lusas e hispânicas da América, devido à falta de provisões, das dificuldades na alimentação devido à falta de comida. Em uma oportunidade, chegou a mencionar que estava combatendo o comércio ilícito, mas que se viu obrigada a apoiar o comércio em favor da Praça, devido à necessidade de comprar provisões e manter as necessidades básicas de vida. A falta de provisões, também garantia a eles a possibilidade de controle das embarcações que saíam e entravam ‘emergencialmente’ de Sacramento para Buenos Aires em busca de víveres que faltavam na praça.

Devido ao pouco tempo em que atuou na praça como governador e também devido às fontes que foram analisadas para este trabalho que não abrangem a administração de Vicente da Silva da Fonseca, não serão debatidas as suas relações com os traficantes de escravos. Este governador representou a Coroa Portuguesa na Colônia do Sacramento por apenas dois anos, não tendo uma carreira administrativa bem sucedida. Da morte de Luís Garcia Bivar, na própria Colônia do Sacramento (1760) até 1762, esse governador teve pouco tempo para enraizar seus interesses e ampliar as relações pessoais; portanto, passarei para a análise do governo de Sarmento.

3.3 PEDRO JOSÉ SOARES FIGUEIREDO SARMENTO, UM GOVERNADOR E SEUS DESCAMINHOS (1763 – 1775)

³⁴⁴ ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e Poder no Brasil Uma História, séculos XVI a XVIII*. Coleção História e Historiografia. Editora Autêntica – Belo Horizonte – MG. 2017 p. 36

Pedro José Sarmento governou a praça da Nova Colônia entre os anos de 1763 a 1775. Foi o penúltimo administrador português na praça. Apesar de o período no qual governou a localidade não estar inserido as fontes dos sepultamentos de escravos, Sarmento também estabeleceu relações importantes com os traficantes de escravos, que, em sua maioria, já atuavam no período anterior e que, portanto, aparecem enterrando escravos nos registros analisados. Enquanto administrador, buscou manter as relações entre ambos os lados do Rio da Prata além de manter o comércio funcionando. Ele, assim como seus antecessores, tornou a Colônia do Sacramento dependente do mercado, pois a área agricultável já era restrita. Devido ao Campo de Bloqueio, os sacramentinos estavam impossibilitados de plantar e caçar o gado para além do espaço determinado pelo “tiro de canhão”. Portanto, a praça perdeu a subsistência agrária, dependendo do comércio e das provisões que eram enviadas pelas diferentes embarcações que chegavam ao Prata.

Como já mencionado anteriormente, no período em que Luís Garcia Bivar administrou a Colônia do Sacramento, houve distribuição de patentes militares de forma significativa entre os traficantes de escravo, o que possibilitou ao governador uma rede clientelística importante, mostrando-se interessado em manter boas relações com os comerciantes. Seu sucessor, Pedro José Soares de Figueiredo Sarmento, parece ter seguido bem os passos de Luís Garcia de Bivar para que se mantivesse a governabilidade da praça. “Destituíu antigos oficiais e nomeando novos, para atingir um grupo de indivíduos³⁴⁵”. Entre as nomeações, estavam alguns homens que estariam envolvidos no negócio negreiro. Construindo estes vínculos, Sarmento provou seu interesse nas relações com estas pessoas, que poderiam lhe ser úteis em determinado momento. Estes homens não eram necessariamente os mesmos que os governadores anteriores consideravam importantes. As relações entre representantes reais e traficantes eram temporárias e precisavam ser relevantes naquele momento. Caso seus interesses viessem a divergir, eram desfeitas conforme a necessidade do administrador.

Devido ao recorte temporal que as fontes dos óbitos de escravos fornecessem a esse trabalho, nenhum dos trinta e quatro traficantes analisados anteriormente aparecem

³⁴⁵ DUARTE, Madio Pietro Gallas. *Administração portuguesa no extremo sul da América: o governo de Pedro Sarmento na Praça da Nova Colônia do Sacramento (1763 – 1775)*. 2010 p. 39

relacionados diretamente ao governador Sarmento. No entanto, alguns nomes, que já haviam sido encontrados se relacionando aos traficantes sacramentinos estudados, se repetem. Uma relação chama atenção em especial é a de José Custódio de Almeida Beça. Este homem também estava envolvido com o trato negreiro³⁴⁶, estava relacionado ao bando dos “Azevedos”³⁴⁷, que tinham seus negócios facilitados pelo governador. José Custódio, mais do que isso, era concunhado de Manuel Coelho Rosa, traficante que atuou na Colônia do Sacramento no período analisado, sendo um dos mais importantes comerciantes de cativos da praça³⁴⁸. Coelho Rosa aparece mencionado como morto em abril de 1762, quando seu filho mais novo é batizado³⁴⁹. No entanto, sua família permaneceu na praça até o final do período luso, pois sua filha aparece nos registros de batismo de livres ainda em 1776. Ela batiza sua prima (filha de José Custódio) junto ao último governador luso da praça, Francisco José da Rocha³⁵⁰. Há algumas coisas que precisam ser analisadas nessas relações estabelecidas: José Custódio, assim como Manuel Coelho Rosa, por meio do matrimônio, ingressaram em uma rede familiar bastante importante. Seus sogros vieram do arquipélago dos açores para a Colônia do Sacramento, provavelmente para auxiliar a povoação desta terra meridional lusitana. Tiveram cinco filhos batizados em Sacramento, entre elas Vitória, que se casou com Manuel e Isabel, com José. Enraizando seus interesses na Colônia e dentro desta teia familiar, conseguiram influência local, estabelecendo vínculos com os governantes. Manuel Coelho Rosa com Bivar, e José Custódio de Almeida Beça com Sarmento. O tráfico de escravos era, portanto, uma empresa familiar. Apesar de Manuel Coelho Rosa não estar mais vivo, seu concunhado continuou envolvendo a família nesta relação e beneficiando-a dos lucros deste comércio, por meio de alianças importantes com o governo. Através do matrimônio e dos vínculos familiares (mesmo de parentesco fictício), formavam-se outras formas de bandos que buscavam em conjunto mobilidade social. Claramente, nem todos os membros desta rede contribuía da mesma forma na

³⁴⁶ DUARTE, Madio Pietro Gallas. *Administração portuguesa no extremo sul da América: o governo de Pedro Sarmento na Praça da Nova Colônia do Sacramento (1763 – 1775)*. 2010 p. 39

³⁴⁷ Ver: DUARTE, Madio Pietro Gallas. *Administração portuguesa no extremo sul da América: o governo de Pedro Sarmento na Praça da Nova Colônia do Sacramento (1763 – 1775)*. 2010 p. 39 -41

³⁴⁸ Manuel Coelho Rosa foi um dos comerciantes sacramentinos que contribuiu com 100 mil para a expedição de Gomes Freire de Andrade”. Foi um dos maiores contribuintes, tendo entrado com 2\$500.000 réis no rateio que foi realizado em 1753 (ver Prado, 2002, p. 202).

³⁴⁹ ACMRJ. 255 ACMRJ. Livros 2º, 3º e 4º de batismos de livres da Colônia de Sacramento (1735-1777); Fl. 14 r dia 15 de abril de 1762.

³⁵⁰ ACMRJ. 255 ACMRJ. Livros 4º de batismos de livres da Colônia de Sacramento (1735-1777); fl 28r 22 de outubro de 1776.

dinâmica social. No entanto, todos deveriam ter algo a contribuir ao grupo³⁵¹. Eram vínculos temporários de reciprocidade entre pessoas de diversos estratos sociais, como o governador e os traficantes de escravos.

As apreensões que buscavam, de certo modo, conter o contrabando, eram feitas conforme a rigidez do administrador colonial ou conforme o interesse dele. Os comerciantes próximos dele tinham seus benefícios, em uma sociedade na qual as relações pessoais eram fundamentais. Caso não fosse do interesse do governador, ele poderia apreender as embarcações e mercadorias que achasse necessário, ainda mais considerando que, na Colônia do Sacramento, ele possuía poder máximo. No entanto, o poder que o governador possuía para reprimir o comércio ilegal não ia ao encontro com as relações que ele estabelecia com os contrabandistas. Além disso, os interesses dos representantes reais na região do Rio da Prata eram colocados à frente muitas vezes dos das Coroas Ibéricas. Com o Tratado de Madri, o contrabando foi mais controlado pelas autoridades espanholas, pois rapidamente a Colônia do Sacramento passou pelo controle hispânico. No entanto, não foi totalmente banido, e portugueses e espanhóis mantiveram suas relações comerciais. Nem todas as autoridades coloniais eram agentes apreensoras³⁵².

A corrupção existiu, sim, no Antigo Regime como elemento estruturante da ordem Real, mas como sinônimo de outras práticas que iam de encontro ao correto, assim como abuso de excesso de poder. Era a prática de venda de ofícios, ou o favorecimento de pessoas próximas, ou ainda a realização de contrabando. O Império Ultramarino Português esteve marcado pela ambição de funcionários régios mal pagos e pouco reconhecidos. Ela foi o resultado das políticas ilícitas. Este fator provavelmente tenha levado a ocorrer atos ilícitos ao longo do seu vasto território. Assim como as estratégias de mobilidade social, o recebimento de mercês e ambição, o contrabando realizado com certo respaldo das autoridades lusas na Colônia do Sacramento contribuiu para a dinamização e autonomia da praça, o que contribuiu para a manutenção e governabilidade de uma das praças que, embora geograficamente periférica, era

³⁵¹ GIL, Tiago Luís. *O Bando de Rafael Pinto Bandeira em uma representação gráfica: uma tentativa de aplicação das social network analysis na história social*. Anais do I Colóquio do LAHES. Juiz de Fora, 2005. p. 4

³⁵² JUMAR, Fernando; PAREDES, Isabel. “*El comercio intraregional em El complejo portuário rioplatense: El contrabando visto através de los comisos, 1693 – 1777*”. Universidade Nacional de La Plata. *Memória Acadêmica. América Latina em la Historia Económica*. 2008. p. 33 – 99. p. 38,57, 58, 60, 79

importante economicamente para o Império Ultramarino Português. Apesar de as formas de enriquecimento dos representantes régios nem sempre serem legais, o contrabando não foi o resultado de um Estado incapaz de controlar o comércio ilegal entre as possessões americanas. Pode-se dizer que as autoridades coloniais não estavam interessadas em combatê-lo, pois a corrupção e o contrabando eram estratégias em um espaço que estava aberto para negociações³⁵³. Houve apreensões de mercadorias comercializadas de forma ilegal em ambas as margens do Rio da Prata, mas também houve um período em que as apreensões de embarcações desapareceram³⁵⁴. O que não significou o fim do comércio entre Buenos Aires e Colônia do Sacramento pode ter significado uma maior convivência ou beneficiamento das autoridades locais, que se envolviam facilmente com o comércio local. Talvez, além das mercês e do comércio ter unificado o Império Ultramarino Português, as formas escusas com as quais os representantes da Coroa administravam as diferentes possessões portuguesas eram uma forma de manter todas sobre domínio do Rei.

Além disso, estes vínculos superavam a saída e a chegada de novos administradores régios. A busca por novas relações que pudessem os auxiliar no comércio era importante e constante. Elas não eram permanentes, e sim temporárias, conforme os interesses. Os interesses europeus estavam voltados àquela região que, além do comércio de cativos ser muito lucrativo, também garantia acesso à prata espanhola de Potosí. A aproximação de homens de diferentes origens reinóis por meio do comércio de escravos mostra a importância da articulação econômica em um período em que o comércio marítimo crescia. Mesmo vivendo em uma sociedade de Antigo Regime nos Trópicos em que a política de Mercês parece ter auxiliado nos vínculos Imperiais, foi o comércio e seus agentes que ligaram todos os portos/pontos desta teia social.

*“Uma rede social pode ser definida como um sistema de laços que permitem englobar e também ultrapassar o conjunto de relações ou vínculos de toda a natureza mantidos por um determinado indivíduo”*³⁵⁵. As redes sociais eram fundamentais para

³⁵³ ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e Poder no Brasil Uma História, séculos XVI a XVIII*. Coleção História e Historiografia. Editora Autêntica – Belo Horizonte – MG. 2017 p. 33, 34,35, 57, 76 e 77.

³⁵⁴ Ver: JUMAR, Fernando; PAREDES, Isabel. *“El comercio intraregional em El complejo portuário rioplatense: El contrabando visto através de lós comisos, 1693 – 1777”*. Universidade Nacional de La Plata. Memória Acadêmica. América Latina em la Historia Económica. 2008.

³⁵⁵ KUHN, Fábio. *“Os homens do governador: Relações de parentesco e redes sociais no Continente do Rio Grande (1769 – 1780)”*. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; THOMPSON FLORES, Mariana

mobilizar as redes de poder a seu favor e um elemento importante para a ação dos indivíduos dentro da sociedade. As relações estabelecidas no Antigo Regime eram importantes para o capital social³⁵⁶.

Flores da Cunha; ÁVILA, Arthur Lima de. *Fronteiras americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Susani Letras & Vida, 2009. p. 34

³⁵⁶ KUHN, Fábio. “Os homens do governador: Relações de parentesco e redes sociais no Continente do Rio Grande (1769 – 1780)”. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; ÁVILA, Arthur Lima de. *Fronteiras americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Susani Letras & Vida, 2009. p. 35

CONCLUSÃO

Para entender o mundo atlântico do século XVIII, é preciso entender o tráfico de escravos que regeu o mercado colonial no período. Este ramo do comércio no setecentos não foi apenas o mais lucrativo como também causou problemas demográficos e sociais no continente americano e, sobretudo, no africano. Em determinado momento, já havia mão de obra suficiente para trabalhar nas colônias americanas; no entanto, o tráfico de escravos era bastante rentável para quem o praticava e, portanto, a escravidão persistiu. O Brasil, possuía os três portos que mais receberam africanos para serem escravizados, ao longo dos mais de três séculos de escravidão, foi um dos últimos países a assinar a proibição do tráfico transatlântico e, também, a abolir a escravatura. Portanto, os traficantes lusos e posteriormente os próprios brasileiros, envolvidos e possuindo contatos comerciais que já haviam sido firmados no setecentos, puderam continuar ao longo das próximas décadas. Embora a Colônia do Sacramento não estivesse mais em mãos luso-brasileiras, desde Santo Idelfonso (1777), os portugueses, após a independência os brasileiros, permaneceram no comércio de cativos para o Rio da Prata, negociando com Montevidéu e autoridades locais. Sem dúvida a Colônia do Sacramento se tornou um dos quatro portos mais importantes da América Portuguesa, garantindo o acesso à prata e à circulação de moeda, por meio do comércio de cativos e demais produtos luso-brasileiros. O tráfico de escravos para a América Espanhola garantiu a importância de Sacramento na região platina, tendo em vista a dificuldade hispânica no acesso à mão de obra escravizada de origem africana e a escassez monetário na América lusa.

Os traficantes de escravo, de modo geral, eram homens que circulavam muito e estabeleciam-se pouco nas praças com as quais comercializavam. No entanto, na Colônia do Sacramento – assim como nas demais localidades comerciais –, houve um núcleo de comerciantes que se estabeleceu e criou vínculos na praça e com a população platina. Dos trinta e quatro homens analisados neste trabalho, ao menos trinta e um deles possuíam boas relações no Rio da Prata. Não apenas em Sacramento, mas também com Buenos Aires e com os demais comerciantes que circulavam pelo local. Estes vínculos foram enraizados devido ao interesse de garantir a mobilidade social dentro da sociedade de Antigo Regime, mas também a ascensão dentro do grupo de comerciantes,

ampliando suas redes de atuação de forma estratégica para que seu comércio pudesse ocorrer de melhor maneira com o território hispânico. Essas redes estendiam-se não apenas dentro do grupo de homens que se dedicou ao comércio no Rio da Prata, mas também para as outras praças americanas que possuíam relações mercantis com Sacramento. Além disso, ingleses e espanhóis circulavam e mantiveram vínculos importantes com os luso-brasileiros que habitaram a fortificação platina. Outro fator que colaborou para o enraizamento dos seus interesses no local foram as relações estabelecidas com demais membros da sociedade sacramentina, como militares. O matrimônio foi outra forma de ampliar sua rede de atuação, estabelecendo vínculos permanentes com a família e seus agregados. Através destas estratégias, conseguiram se tornar importantes dentro da comunidade na qual estavam inseridos.

Os vínculos estabelecidos nas décadas em que atuaram na Colônia os tornaram importantes no local, fazendo surgir uma elite no local. Devido à restrição na exploração da área agricultável, a fortificação lusa ficou ainda mais dependente do comércio e de seus agentes. Portanto, pode-se supor que, assim como era importante para os traficantes estabelecerem vínculos com a população em geral, a reciprocidade era necessária para que a praça pudesse ser mantida com estabilidade. Os vínculos estabelecidos no período analisados eram, de forma geral, fortes para sobreviverem, não apenas entre os trinta e quatro homens mencionados, mas também para serem mantidos entre suas famílias por alguns anos. Esses vínculos transcendiam as fronteiras sacramentinas e auxiliaram no momento posterior ao Tratado de Santo Idelfonso e à passagem definitiva da Colônia aos espanhóis, que requereu a saída dos portugueses do local. De certo modo, no período analisado neste trabalho, por meio das relações sociais, toda a população sacramentina esteve vinculada ao comércio de alguma forma.

Estas redes eram uma forma de estabelecer distinção social dentro da sociedade de Antigo Regime. Devido à Colônia ser um território pequeno e de característica militar e comercial, algumas instituições que caracterizaram a administração portuguesa, como Câmara Municipal e Misericórdia, que eram locais procurados em outras praças para que os comerciantes obtivessem distinção social, não existiram no local, o que impossibilitava o acesso dos traficantes a elas e sua distinção social. O fato de Sacramento não ter os “pilares gêmeos”, que Charles Boxer acredita serem a base dessa administração, fez os comerciantes nem sempre terem seus interesses à frente de outra elite, que era fundamental na praça: os militares.

A Colônia do Sacramento não possuía Câmara na qual os traficantes podiam atuar, destacando-se dentro da sociedade ou ainda que pudessem colocar seus interesses frente aos dos demais membros desta sociedade. No entanto, o motivo pelo qual não haveria esta instituição tão comum da colonização portuguesa pode envolver muitas hipóteses. Nas praças portuguesas militarizadas, como Angola³⁵⁷ e a Colônia do Sacramento, os militares ocupavam cargos importantes na sociedade. Sacramento tinha seu caráter militar declarado; portanto, aqueles que possuíam postos bons e atuavam no exército, tinham certa distinção na sociedade colonial. Pode-se supor que a Nova Colônia não possuía Câmara, porque havia militares com medo de perder poder frente aos comerciantes. Como a praça sacramentina era pequena, sobrevivia muito do comércio; aqueles que atuavam nas negociações também poderiam receber grande parcela de importância dentro da sociedade local. Portanto, pode-se pensar que militares e comerciantes dividiam a importância dentro da praça sacramentina e frente às autoridades régias. Além disso, é preciso lembrar que o grupo analisado atuou antes das reformas pombalinas (1755) que auxiliaram o desenvolvimento da atividade mercantil e daqueles que a praticavam. De toda forma, souberam usufruir do seu comércio e das relações pessoais para garantirem a mobilidade social.

Os traficantes de escravos, por serem os comerciantes que, em geral, eram os mais bem sucedidos nas negociações, acabaram por se tornar importantes em locais que havia pouca moeda em circulação. Passaram a ser detentores do crédito, a ter influência sobre a sociedade local, controlando a economia. Devido a questões como essas, não só os comerciantes, mas também as demais pessoas da sociedade procuraram criar vínculos com os “homens que viviam do seu comércio”, o que não foi diferente em Sacramento. Não é possível verificar se estes traficantes possuíam outros ofícios, assim como os comerciantes de outras praças luso-brasileiras (como Pernambuco e Rio de Janeiro). Ainda que tivessem patentes militares, provavelmente estes homens não possuíam exército para comandar, ou elas eram apenas de ordenança e não de cargos regulares.

Pode-se dizer que o Império teve sua força pautada no comércio e nas *plantations*, onde foram utilizadas mão de obra escravizada em larga escala. Foram os traficantes que auxiliaram a ampliar e criar as estruturas necessárias para que o Império

³⁵⁷ Ver: THOMPSON, Estevam Costa. *Negreiros in the south Atlantic: the community of “brazilian” slave traders in late eighteenth century Benguela*. *African Economic History*, Vol. 39. University of Wisconsin – Madison. 2011. p. 73 - 128

se mantivesse conectado e funcionando através das suas redes de comércio e pessoais. O prestígio que alcançaram nas primeiras décadas do século XVIII auxiliou nas décadas seguintes, não somente ao traficante de escravo, mas também a sua família, que posteriormente pôde investir este dinheiro em outros setores da economia.

Os traficantes sacramentinos possuíam maior relação com os fluminenses devido à proximidade, mas também por causa das relações políticas e econômicas com o Rio de Janeiro, desde a fundação da fortificação platina. Além disso, no período aurífero, houve a crescente demanda e a oferta de escravizados para o centro-sul da América Portuguesa. Portanto, o Rio de Janeiro possuía quantidade suficiente para redistribuir escravos para diferentes regiões americanas. A Bahia, em menor escala, aparecia vendendo escravos também para a região platina, apesar também de abastecer a região mineradora, devido ao contato exclusivo que tinha com a Costa da Mina. Ainda no período, Salvador era capital da América Portuguesa e um porto que recebia muitas embarcações a ponto de reexportar para o porto fluminense, na primeira metade do século XVIII³⁵⁸. Portanto, a não frequência de embarcações oriundas do porto de Salvador na Colônia de Sacramento, pode-se dever a esse motivo. Outro fato importante que chama atenção é a falta dos comerciantes pernambucanos nessas relações comerciais. Não se pode esquecer da adversidade das fontes utilizadas, que não apresentam o número exato de escravos comercializados com a Colônia do Sacramento, e sim as perdas. No entanto, sabe-se que, no setecentos, os comerciantes do Pernambuco mantiveram contato com a Colônia do Sacramento, mas talvez devido à crise no Açúcar, a mão de obra escravizada que chegava ao porto de Recife fosse suficiente apenas para o local e, por isso, não havia extra ou sobras para serem comercializadas para outras regiões³⁵⁹. Também é possível que os comerciantes pernambucanos tenham revendido mercadorias e escravos para o porto do Rio de Janeiro, onde poderiam conseguir boas negociações.

A importância e a capacidade de reprodução desta mão de obra fizeram dos comerciantes de cativos os responsáveis pela manutenção da escravatura em terras brasileiras por praticamente três séculos, sendo o Brasil um dos últimos a abolir a

³⁵⁸ KUHN, Fábio. *Conexões Negreiras: contrabandistas de escravos no Atlântico Sul (Rio da Prata, 1730 – 1752)*. Revista Anos 90. Porto Alegre, v. 24, n. 45, p. 101 – 132, julho de 2017. p. 119

³⁵⁹ Ver: SOUZA, George F. Cabral de. *Elites e exercício de poder no Brasil colonial: a Câmara Municipal do Recife, 1710 – 1822*. Recife: Editora UFPE, 2015

escravidão apenas no final do século XIX. Por deterem a capacidade de reprodução do tráfico e da escravidão, esses homens também monopolizaram a dinamicidade do mercado local. Foram eles os responsáveis pela suficiência do local e da autonomia frente a Lisboa. Essa própria autossuficiência frente à metrópole fez a população em geral ficar mais dependente do comércio e do capital que ele gerava. Não só a população de forma geral, mas também os administradores régios precisavam ter boas relações com os comerciantes para manter a governabilidade.

Apesar das tentativas de barrar o comércio no Rio da Prata, entre a Colônia do Sacramento e Buenos Aires, através do cerco, da fiscalização e dos muitos acordos e tratados, os traficantes de cativos sempre conseguiram uma maneira de abastecer a praça espanhola. As redes de clientelismo e influência auxiliaram na contínua entrada de escravos e mercadorias luso-brasileiras na América Espanhola, das mais diferentes formas. Havia facilitadores em ambos os lados do Rio da Prata, auxiliando o tráfico de mercadorias, entre elas escravos. Além disso, a falta de víveres na praça da Nova Colônia, pode ser justificada pela tentativa dos governadores administrarem o contrabando entre as Américas ibéricas. A escassez de alimentos não era completa, faltam alguns poucos mantimentos, que certamente eram providenciais para que os administradores régios negociassem sua aquisição, como mostra as diversas cartas que foram trocadas entre Sacramento e Buenos Aires.

A proximidade dos traficantes de escravos sacramentinos com os espanhóis era positivo para a Coroa Espanhola, de certo modo, pois garantia a entrada de mão de obra de forma ágil e com maior demanda, se somada a de negros do *asiento* britânico. Assim, a produtividade das *plantations* na América Espanhola estava garantida com a presença de escravizados de origem africana nas colônias. Mesmo porque, posteriormente à assinatura do Tratado de Santo Idelfonso, os espanhóis de Buenos Aires pediram permissão à Coroa castelhana para que comerciantes de Lima pudessem carregar escravos de portos brasileiros para serem levados a Buenos Aires, em embarcações espanholas³⁶⁰. Provavelmente, antes da assinatura do tratado, que definiu que Sacramento passaria à mãos hispânicas, a Coroa espanhola não percebeu que dependia em grande escala da oferta de mão de obra escravizada que era oferecida pelos lusos na região platina.

³⁶⁰ FLORES, Ramiro. *El Destino Manifiesto de un mercader limeño a finas del siglo XVIII: De comerciante a consignatário. La vida y negocios de Don Isidro Averca, conde de San Isidro*. p. 111

O Rio da Prata foi o encontro de comerciantes de diferentes origens e súditos de diferentes reinos. Mostrou a aproximação de interesses principalmente entre lusos, espanhóis e ingleses, que estabeleceram relações para além das fronteiras econômicas. A Colônia do Sacramento e a região fronteira na qual estava localizada possibilitou aos seus traficantes mobilidade social distante das instituições luso-brasileiras e, portanto, não seguiu os padrões legais em todos os momentos. Converteram a acumulação mercantil, de certo modo, em status social. No entanto, o que mais lhes garantiu a distinção social foi as relações que estabeleceram, como por exemplo, as com os governadores. Sem dúvidas, os homens que se dedicaram ao comércio de cativos e que se estabeleceram na Colônia do Sacramento não alcançaram tamanha distinção social se comparados aos das principais praças luso-brasileiras do setecentos, como Salvador e Rio de Janeiro.

Os traficantes de escravos sacramentinos conseguiram, com as redes que formaram, enriquecimento e mobilidade social. Possuíam um estilo de vida semelhante, sempre circulando em diferentes margens e portos. No entanto, não se reconheciam enquanto grupo mercantil. Não houve organização em grupo, as relações estabelecidas eram momentâneas e flexíveis conforme os interesses pessoais de cada traficante. As redes que estabeleceram com os administradores reais ibéricos possivelmente auxiliaram o fortalecimento da sociedade e da Colônia do Sacramento, enquanto território definido português. As relações escusas e o contrabando talvez tenham caracterizado a região platina mais do que a política de mercês e as disputas entre espanhóis e portugueses. A corrupção, em forma de contrabando de cativos e demais produtos, somente foi possível devido à conivência dos governadores de ambas das margens do Rio da Prata. Sem dúvida, a corrupção foi um elemento estruturante da administração lusa. Para que fosse possível controlar o vasto e espaçado Império Português, foi preciso que a Metrópole “fechasse os olhos” para algumas questões mais pontuais. Ao mesmo tempo em que cobrava lealdade dos seus súditos e representantes, deixou que administrassem seu território do modo mais adequado para que as possessões se mantivessem sobre suas mãos.

Mesmo com o *asiento* britânico e com o cerco espanhol à Colônia do Sacramento, os traficantes conseguiram comercializar cativos com a América Espanhola. As autoridades espanholas foram incapazes de controlar o contrabando realizado no Prata, ou foram coniventes e possuíam relações com aqueles que o

realizavam e se beneficiaram destas negociações, assim como algumas autoridades lusas. Preciso levar em consideração que esta região era periférica geograficamente, para ambas as Coroas Ibéricas, o que dificultava o abastecimento desses locais com embarcações oficiais. Portanto, o comércio que foi realizado, mesmo que por vezes, de forma ilegal, auxiliou a criar autonomia econômica e política na região, tanto para lusos quanto para hispânicos. Dessa forma, a região platina cresceu em torno do comércio e das articulações sociais e políticas.

Com a pujança do comércio platino, sem dúvida a Colônia do Sacramento passou de região periférica do Império Ultramarino Português para ocupar o posto de uma das principais praças mercantis. Por este motivo, os esforços em manter Sacramento sobre domínio luso foram grandes. Através da economia daquela região, não somente os traficantes enriqueciam, mas também garantia a circulação de moedas em diferentes territórios lusos, tal como a prata era um facilitador do comércio com o oriente. Através de Buenos Aires, os comerciantes luso-brasileiros puderam chegar às demais regiões da América Espanhola e ganhar mercado por grande parte da América.

Por meio das relações que foram estabelecidas de interesse econômico ou pessoal, estes homens que se dedicaram ao comércio de cativos conseguiram estabelecer vínculos os quais os auxiliaram a somar maiores montantes e alcançaram o rápido enriquecimento. Os montantes vindo de seu comércio, mas a mobilidade social, garantida a partir das fortes relações que conseguiram estabelecer rapidamente. Além disso, conseguiram mobilidade social dentro do grupo de comerciantes e se tornaram importantes dentro da sociedade sacramentina. Devido à importância econômica que o tráfico de escravos adquiriu e de sua atuação, estes homens garantiram à Colônia do Sacramento uma posição econômica importante dentro do Império Ultramarino Português – que tinha sua característica de união por meio do comércio e a relação econômica estabelecida entre as diferentes praças mercantis lusas.

BIBLIOGRAFIA:

ACREE, William G. & BORUCKI, Alex. (org.) *Jacinto Ventura de Molina y los caminos de la escritura negra en el Rio de la Plata*. Montevideo: Linardi y Riso, 2008.

ACRUCHE, Hevelly. *Escravidão e liberdade em territórios coloniais: Portugal e Espanha na fronteira platina*. Dissertação de Mestrado. 2013.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, século XVI e XVII*. Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio. “Os homens de negócio e a coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII” in: (org.) FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na Trama das Redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 459-484.

BARBA, Enrique M. *Sobre El contrabando de La Colonia Del Sacramento (Siglo XVIII)*. Separata investigaciones y Ensayos nº28. Academia Nacional de La História. Buenos Aires, 1980.

BERTRAND, Michel. *De la família a La red de sociabilidad*. In: Revista Mexicana de Sociologia, Vol. 61, nº 2. p. 107-135. México. 1999.

BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do Sul – Características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c.1825*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, dissertação de mestrado, 2006.

BERUTE, Gabriel. *Rio Grande de São Pedro, c. 1790 – 1830: tráfico negreiro e conjuntura atlântica*. In: XAVIER, Regina Célia Lima. “Escravidão e Liberdade: Temas, problemas e perspectivas de análise”. Alameda Casa Editorial (2012).

BLACKBURN, Robin. *A construção do Escravismo no novo mundo: 1492 – 1800*. Editora Record, 2003.

BORREGO, Maria Aparecida M. *A teia mercantil – Negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: Alameda, 2010.

BORUCKI, Alex. *Las rutas del tráfico de esclavos hacia el Rio de la Plata, 1777-1812*. (2009)

Disponível em
<<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/alexborucki.pdf>> Acesso 06.set.2014.

BORUCKI, Alex. *Apuntes sobre el tráfico ilegal de Esclavos Hacia Brasil y Uruguay: Los “Colonos” africanos de Montevideo (1832-1842)*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 52, p. 119-148. 2010 UFPR

BORUCKI, Alex. *The Slave Trade to the Río de la Plata, 1777-1812: Trans-Imperial Networks and Atlantic Warfare*. In: *Colonial Latin American Review*, vol. 20, No.2011.

BOXER, Charles R. *O Império Colonial Português (1415 – 1825)*. Edições 70. Lisboa. 1992.

BRAGA, Nilza Licia Xavier Silveira. *Tráfico negreiro e fazendas têxteis: Uma breve trajetória do negociante e conselheiro Elias Antônio Lopes nos negócios africanos e indianos (fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX)*. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO, 2005.

BURKE, Peter. *Teóricos e historiadores*. In: *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata: 1580 – 1640*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

CALDEIRA, Arlindo Manuel. *Escravos e traficantes no Império português – O comércio negreiro português no Atlântico durante os séculos XV a XIX*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.

CAVALCANTI, Nireu. “O comércio de escravos novos no Rio setecentista” in: FLORENTINO, Manolo (org.) *Tráfico, cativo e liberdade – Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CHAVES, Cleide de Lima. *De um porto a outro: A Bahia e o Prata (1850-1889)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia. 2001.

CURTIN, Philip. *The Atlantic Slave Trade: a census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969.

CROSS, Harry E. *Commerce and Orthodoxy: a Spanish response to portuguese commercial penetration in the viceroyalty of Peru (1580-1640)*. 1978

DIAS, Erika S. de Almeida C. *Redes Mercantis, Os homens de Negócio e a Coroa Portuguesa: Propostas de Empresas comerciais na segunda metade do século XVIII*. In: LISBOA, Breno Almeida Vaz [Et. Al]. *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia: poderes, negócio e sociabilidades em Pernambuco colonial. Séculos XVI-XVIII*. Editora UFPE, 2016. p. 244

DONOVAN, William M. *Commercial enterprise and Luso-Brazilian society during the Brazilian gold rush: The mercantile house of Francisco Pinheiro and the Lisbon to Brazil trade, 1695-1750*. Baltimore: The John Hopkins University, PhD dissertation, 1990.

DUARTE, Madio Pietro Gallas. *Administração portuguesa no extremo sul da América: o governo de Pedro Sarmiento na Praça da Nova Colônia do Sacramento (1763 – 1775)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010

ELTIS, David & RICHARDSON, David. *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*. New Haven & London: Yale University Press, 2010.

FRAGOSO, João L.R. *Homens de Grossa Aventura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, 2ª ed. revista [1ª ed.: 1992].

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. “O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII)”. Civilização Brasileira. 2001

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina Séculos XVII e XVIII*. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá; CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas Rotas do Império: eixos mercantis e relações no mundo português*. EDUFES, Vitória. 2006

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

FERREIRA, Roquinaldo. “Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a microescala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX” in: *Tempo*. nº20, jan/jun 2006, p.23-49.

FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-cultural Exchange in the Atlantic World – Angola and Brazil during the era of the Slave Trade*. New York: Cambridge University Press, 2012.

FLORENTINO, Manolo. Em Costas Negras. *Uma História do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX* – São Paulo. 1997

FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. “Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)” in: *Afro-Ásia*, nº 31, 2004, p. 83-126.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790- c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FLORES, Ramiro. *El Destino Manifiesto de un mercader limeño a finas del siglo XVIII: De comerciante a consignatário. La vida y negocios de Don Isidro Averca, conde de San Isidro*. p. 89 - 129

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. *A presença portuguesa na Região Platina. Arquipélago – História*, 2ª série, IX. P.141-152. 2005. p. 147

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio – A interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GIL, Tiago Luís. *O Bando de Rafael Pinto Bandeira em uma representação gráfica: uma tentativa de aplicação das social network analysis na história social*. Anais do I Colóquio do LAHES. Juiz de Fora, 2005.

GIL, Tiago Luís... [et al.]. *Atlas histórico da América Lusa*. Coordenação Tiago Luís Gil, Leonardo Brandão Barleta – Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

GLUGLIELMO, Mariana Gonçalves. *As múltiplas facetas do vassalo “mais rico e poderoso de Portugal no Brasil”*: Joaquim Vicente dos Reis e sua atuação em Campos dos Goitacases (1781-1813). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. 2011.

GODOY, José Eduardo P. de. *Naus no Brasil Colônia*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Poder Político e Administração na Formação do Complexo Atlântico Português (1645-1808)*. LASA. 2001.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *O Fidalgo-mercador Francisco Pinheiro e o “negócio da carne humana”, 1707-1715*. Atas do Congresso Internacional Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/232982911/O-Fidalgo-mercador-Francisco-Pinheiro-e-o-Negocio-Da-Carne-Humana-1707-1715> Acessada em: 12/02/2018

GOULÃO, Maria José. *A ourivesaria baiana, mineira e pernambucana dos séculos XVII e XVIII e a sua influência no ofício da prata em Buenos Aires*. In: Atas do IV Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte: a arte no mundo português dos séculos XVI ao XIX: confrontos, permanências, mutações. Bahia: Universidade Federal da Bahia. 2000. p. 95 – 107.

HANCOCK, David. *Cintizens of the World London merchants and the integration of the British Atlantic community, 1735-1785*. Harvard University Cambridge University Press

HOBERMAN, Louisa Schell. *Merchants in seventeenth-Century Mexico City: A Preliminary Portrait*. In: *The Hispanic American Historical Review*. Vol. 57, No. 3 (Aug., 1977), pp. 479-503

HOLLMANN, Stéfani. *Comércio de Cativos no Rio da Prata: Os traficantes de Escravos na Colônia do Sacramento entre as décadas de 1730 – 1750*. Trabalho de Conclusão de Curso: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014.

HUTZ, Ana. *Os cristãos-novos portugueses no tráfico de escravos para a América Espanhola (1580-1640)*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, dissertação de mestrado, 2008.

JUMAR, Fernando; PAREDES, Isabel. *“El comercio intraregional em El complejo portuário rioplatense: El contrabando visto através de lós comisos, 1693 – 1777”*. Universidade Nacional de La Plata. Memória Acadêmica. América Latina em la Historia Economica. 2008. p. 33 – 99.

KLEIN, Herbert. *O tráfico de escravos no Atlântico*. Ribeirão Preto: Funpec Editora, 2004.

KUHN, Fábio. “*Os homens do governador: Relações de parentesco e redes sociais no Continente do Rio Grande (1769 – 1780)*”. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; ÁVILA, Arthur Lima de. *Fronteiras americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Susani Letras & Vida, 2009.

KUHN, Fábio. “*As redes da distinção familiares da Inquisição na América Portuguesa do século XVIII*”. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 26, nº43. p.177-195. 2010.

KUHN, Fábio. “*Os interesses do governador: Luiz Garcia de Bivar e os negociantes da Colônia do Sacramento (1749-1760)*” *Topoi*. *Revista de História*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, jan-jun. 2012, pp. 29-42.

KUHN, Fábio. “*Clandestino e ilegal: O contrabando de escravos na Colônia do Sacramento (1740-1777)*”. In: XAVIER, Regina Célia Lima. “*Escravidão e Liberdade: Temas, problemas e perspectivas de análise*”. Alameda Casa Editorial (2012).

KUHN, Fábio. “*Tráfico negreiro para a Colônia do Sacramento através das fontes paroquiais: algumas considerações metodológicas*”. Paper apresentado na V Reunião do Comitê Acadêmico História, Regiões e Fronteiras da AUGM. Mar del Plata, Argentina, abril de 2014.

KUHN, Fábio. *Gente da Fronteira: família e poder no continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720 – 1800)*. São Leopoldo. Oikos, 2014.

KUHN, Fábio. “*Homens que concorrem ao seu negócio*” *A comunidade mercantil da Colônia do Sacramento (1737-1777)*. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 176 (468): 13-38, jul/set. 2015.

KUHN, Fábio. *Um Olhar sobre o Tráfico Nегreiro para a Colônia do Sacramento a partir dos registros paroquiais (1732 – 1777)*. Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba (UFPR). 2015.

KUHN, Fábio. *Conexões Negreiras: contrabandistas de escravos no Atlântico Sul (Rio da Prata, 1730 – 1752)*. *Revista Anos 90*. Porto Alegre, v. 24, n. 45, p. 101 – 132, julho de 2017.

LAMIKIZ, Xavier. *Trade and Trust in the eighteenth-century atlantic world. Spanish merchants and their overseas networks*. In> *Studies in History*

LESSA, Aluísio. *Exílios Meridionais: O Degredo na Formação da Fronteira Sul da América Portuguesa (Colônia do Sacramento, Rio Grande de São Pedro e Ilha de Santa Catarina, 1680-1810)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Rio de Janeiro e Charleston, S.C. As comunidades de mercadores no século XVIII*. In: *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol. 12, Nº 4 (Octo, 1970), pp. 565 – 582

MARTINS, Mônica. *Ascensão dos homens de negócio e o fim das corporações do Brasil*. Polis – Laboratório de História Social. 2008

MARQUES, João Pedro. *Portugal e a escravatura dos africanos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

MAURO, Frederic. *The Rise of Merchant Empire: Long Distance Trade in the early modern world (1350 – 1750)*. Cambridge University Press. 1990.

MILLER, Joseph C. “*A economia política do Tráfico Angolano no século XVIII*”. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MILLER, Joseph. *Way of Death Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade 1730-1830*. University of Wisconsin Press. 1996

MIR, Lúcio B. “*Ladrones de Guante Blanco – La corrupcion porteña en tiempos de La South Sea Company (1713 – 1752)*” – Editora Biblos, 2008.

MOLINARI, Diego Luís. *La trata de negros – Datos para su estudio en el Rio de la Plata*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires/Facultad de Ciencias Económicas, 1944, 2ª edição.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento: 1680-1777*. 2v. Porto Alegre, Livraria Globo. 1937.

MONTEIRO, Lucas Maximiliano. *Ser Familiar do Santo Ofício via redes sociais: os vínculos entre agentes inquisitoriais e suas testemunhas em Rio Grande de São Pedro e Colônia do Sacramento (século XVIII)*. In: *Revista de História UFBA*, 2, 2 (2010). P.35-58.

MONTEIRO, Lucas Maximiliano. “*A inquisição não está aqui? A presença do Tribunal do Santo Ofício no Extremo Sul da América Portuguesa (1680 – 1821)*”. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

MORGAN, Kenneth. “*Slave sales in colonial Charleston*” in: *English Historical Review*. Set. 1998, p. 906-927.

MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y control colonial en el siglo XVII*. Bibliotecas Universitárias. Centro Editor de América Latina. Buenos Aires. 1988.

MOUTOUKIAS, Zacarias. *Redes Personales y Autoridad Colonial*. In: HISTOIRE, SCIENCES SOCIALES, mai-juin. 1992, Paris. *Annales...* Paris, 1992. (Traduzido com finalidades didáticas por Maria Zapiola, Universidade de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 1998).

O' MALLEY, Gregory E. *Final Passages The Intercolonial Slave Trade Of Brithish América, 1619-1807*. North Carolina Press. 2014.

OSÓRIO, Helen. “Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa” in: *Revista Brasileira de História*. Vol. 20, nº 39, 2000, p. 99-134.

OSÓRIO, Helen. *O Império português no sul da América – Estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

OLIVEIRA, Lucimeire. “Para além da praça mercantil: notas sobre laços de parentesco e alianças matrimoniais dos homens de negócio da praça do Rio de Janeiro”. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio. (org.) *Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: MauadX, 2014.

PANTOJA, Selma & SARAIVA, José Flávio S. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

RIZO PATRON, P. En *Vinculación parental y social de los comerciantes de Lima a fines del período virreinal* (pp. 17-27). PUCP. 1999.

PEDREIRA, Jorge M. “Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais”. *Análise Social*, vol. XXVII, 1992. p.409-440.

PEDREIRA, Jorge M. “Os homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755 – 1822) Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social”. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 1995.

PEDREIRA, Jorge M. “Tratos e contratos: actividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755 – 1822)”. *Social*, vol. xxxi (136-137), 1996 (2.º-3.º), 355-379

PEDREIRA, Jorge M. “Negócio e capitalismo, riqueza e acumulação: os negociantes de Lisboa (1750-1820)” in: *Tempo*. Vol. 8, nº 15, 2003, p. 37-69.

PELÁEZ, Maria Cristina N. “De las “malas entradas” y las estrategias del “buen pasaje”: el contrabando de esclavos en el Caribe neogranadino, 1550-1690”. *Historia Crítica*. Bogotá, jul-dez. 2007, p. 160-183.

PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte – A economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

PESAVENTO, Fábio; GUIMARÃES, Carlos Gabriel. “Contratos e Contratadores do Atlântico Sul na segunda metade do setecentos”. *História, histórias*. Brasília, v.1, n.1, 2013.

PIJNING, Ernst. *Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do Século XVIII*. Revista brasileira de História. São Paulo, 2001.

PORTUGAL, Silvia. *Contributos para uma discussão de conceito de rede na teoria sociológica*. Oficina CES nº 271

POSSAMAI, Paulo César. *O cotidiano da Guerra: a vida dos soldados na Colônia do Sacramento (1715-1735)*, 2001.

POSSAMAI, Paulo César. *Aspectos do cotidiano dos mercadores na Colônia do Sacramento durante o governo de Antônio Pedro de Vasconcelos (1722-1749)*. Revista de Estudos Ibero Americanos. Porto Alegre: PUCRS, 2002.

POSSAMAI, Paulo César. *A fundação da Colônia do Sacramento*. In: *Revista de Humanidades*. V.05 N.12, 2004.

POSSAMAI, Paulo César. *O tráfico de escravos na Colônia do Sacramento*. 5º encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos5/possamai%20paulo%20cesar.pdf>> Acesso em: 27.setembro de 2014.

POSSAMAI, Paulo César. *A Colônia do Sacramento vista pelos viajantes (século XVIII)*. In: *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v.38. 2012.

POSSAMAI, Paulo César. *O cotidiano num enclave de fronteira; A Colônia do Sacramento (1680 – 1777)*. Revista e História e Diversidade. Dossiê: Fronteiras em Perspectivas. Vol. 8, nº 1, Sinop, 2016.

PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento. O extremo Sul da América Portuguesa*. Porto Alegre, 2002.

PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, nº 19 p. 79 – 104, 2003.

PRADO, Fabrício Pereira. *A carreira transimperial de don Manuel Cipriano de Melo no Rio da Prata do século XVIII*. Topoi. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 168-184, jul./dez. 2012. Disponível em: <www.revistatopoi.org>.

PRADO, Fabrício. *Edge of empire: Atlantic networks and revolution in Bourbon Rio da la Plata*. University of California Press. Oakland, 2015.

RIBEIRO, Alexandre V. “*O comércio das almas e a obtenção de prestígio social: traficantes de escravos na Bahia ao longo do século XVIII*” in: *Locus – Revista de História*. Vol. 12, nº 2, Juiz de Fora, 2006, p. 9-27.

RIBEIRO, Alexandre V. “*O comércio de escravos e a elite baiana no período colonial*” in: FRAGOSO, João Luís R.; ALMEIDA, Carla Maria C. de; SAMPAIO, Antônio Carlos J. de (orgs.) *Conquistadores e Negociantes – História de elites no Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RIBEIRO, Alexandre V. “*Padrão e perfil do comércio de escravos da Bahia para o Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento, 1769-70/1811-20*”. 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. 2007 Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/alexandre%20vieira%20ribeiro.pdf>>.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos e grupo mercantil (c. 1750 – c. 1800)* /Alexandre Vieira Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2005. XIII, 256f.: Il; 31cm. Orientador: Antônio Carlos Jucá de Sampaio. Tese (Doutorado) – UFRJ-IFCS/Programa de Pós Graduação em História Social, 2009.

ROSAL, Miguel Angel. *El tráfico de esclavos hacia el Rio de la Plata a fines del período hispánico*. In: PINEAU, Marisa, compiladora. *La Ruta del Esclavo en el Rio de la Plata. Aportes para el diálogo intercultural – 1ª edição – Caseros: Universidade Nacional de Tres deFebrero, 2011.*

RODRIGUES, Aldair Carlos. *Homens de Negócio: Vocabulário Social, Distinção e Atividades Mercantis nas Minas Setecentistas*. HISTÓRIA, São Paulo, 2009.

RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa – Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e Poder no Brasil Uma História, séculos XVI a XVIII*. Coleção História e Historiografia. Editora Autêntica – Belo Horizonte – MG. 2017

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquia social e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “*Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos*” in: (org.) FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio. *Conquistadores e negociantes – Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos: América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 225-264.

SAMPAIO, Antonio C. J. de. “*Os homens de negócio e a Coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na Primeira Metade do Século XVIII*”. In: FRAGOSO, GOUVÊA(org.) In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria (org.) *Na Trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SAMPAIO, Antônio C. Jucá de. “*Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos*”. In: ALMEIDA, Carla; FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio (org.) *Conquistadores e Negociantes: histórias da elite no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTOS, Corsino Mederios do. *O tráfico de escravos do Brasil para o Rio da Prata*. Editora Senador Federal, 2010.

SALVADOR, José Gonçalves. *Os Magnatas do Tráfico Negreiro*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1981.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Interno Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550 – 1835*. Companhia das Letras, 1988.

SOCOLOW, Susan. *Los mercaderes del Buenos Aires virreinal: familia y comercio*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1991.

SOUZA, Cândido Eugênio Domingues. *Tráfico e traficantes – poder e riqueza dos traficantes de escravos na Cidade da Bahia (1700 – 1751)* ANPUH Nacional – Fortaleza, 2009

SOUZA, George F. Cabral de. *Elites e exercício de poder no Brasil colonial: a Câmara Municipal do Recife, 1710 – 1822*. Recife: Editora UFPE, 2015

SOUZA, Laura de Mello. “*O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do século XVIII*”. Companhia das Letras, São Paulo. 2006

SPARKS, Randy J. *Where the Negroes are Masters – An African Port in the era of the slave trade*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

STUDER, Elena. *La trata de negros en el Rio de la Plata durante el siglo XVIII*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires-Departamento Editorial, 1958.

THOMPSON, Estevam Costa. *Negreiros nos Mares do Sul: Famílias traficantes nas rotas entre Angola e Brasil em fins do século XVIII*. Brasília: Programa de Pós Graduação em História. 2006.

THOMPSON, Estevam Costa. *Negreiros in the south Atlantic: the community of “brazilian” slave traders in late eighteenth century Benguela*. African Economic History, Vol. 39. University of Wisconsin – Madison. 2011. p. 73 - 128

THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. *Apologia à fronteira (manejada): uma proposta conceitual*. In: Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Porto Alegre: PUCRS, 2012.

THOMAS, Hugh. *The Slave Trade – The story of the Atlantic Slave Trade (1440-1870)*. New York: Simon & Schuster, 1997

VARGAS, Jonas Moreira. “*Pelas margens do Atlântico*”: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2013. (Tese de Doutorado em História)

VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. “*O compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século VIII*”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, nº 52, p. 273 – 294. 2006

VENTURA, Maria da Graça Mateus. *Negreiros portugueses na rota das Índias de Castela (1541-1556)*. Lisboa: Edições Colibri/ICIA, 1999.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. Salvador: Corrupio, 2002.

VILAR VILA, Enriqueta. *Hispanoamérica y el comercio de esclavos*. Sevilla, EEHA, 1977.

WALVIN, James. *Crossings – Africa, the Americas and the Atlantic Slave Trade*. London: Reaktion Books, 2013.

XIMENES, Cristiana Ferreira Lyrio. *Bahia e Angola: Redes Comerciais e o tráfico de Escravos 1750-1808*. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

FONTES:**ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO**

Habilitação do Santo Ofício

BARTOLOMEU CESÁRIO NOGUEIRA

Maço 6, nº 105

16.10.1772

ANTÔNIO DA COSTA QUINTÃO

Maço 8, nº 301

02.1736

EUSÉBIO DE ARAÚJO FARIA

Maço 1, nº 11

14.01.1757

JOÃO BORGES DE FREITAS

Maço 91, nº 1562

25.09.1749

JOÃO DA COSTA QUINTÃO

Maço 72, nº 1331

15.03.1738

SIMÃO DA SILVA GUIMARÃES

Maço 10, nº 158

14.10.1755

TOMÉ BARBOSA

Maço 5, nº 74

10.11.1760

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Livros 2º, 3º e 4º de batismos de livres da Colônia de Sacramento (1735-1777);

Livros de casamentos (1722-1777)

2º Livro de Óbitos de livres e escravos da Colônia do Sacramento, fl. 91-137v (1735-1747)

6º Livro de Óbitos de negros, índios, mulatos e cativos, fl. 1-54v (1747-1752)

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Cód. 67: Secretaria de Estado do Brasil
Volume 3

Cód. 68: Secretaria de Estado do Brasil
Volume 2

Cód. 94: Secretaria de Estado do Brasil: [Nova] Colônia do Sacramento (1739-1777), 7 volumes.

Vol. 1 (1739-1759): Registro de cartas do governador a autoridades espanholas.

Vol. 3: Registro de termos e autos de fianças de ofícios, arrematações, serventias de cargos, etc. (1752-1777)

Vol. 4: Registro de nomeações de postos militares e outros cargos, patentes e ordens do governador (1748-1755)

Vol. 5: Registro de patentes, ordens, provisões e bandos pelo governador (1755-1776)

Vol. 7: Registro e originais de Cartas Régias, patentes e provisões régias e do governador (1774-1777)

ANEXOS

Traficantes da Colônia do Sacramento (1730 - 1750)

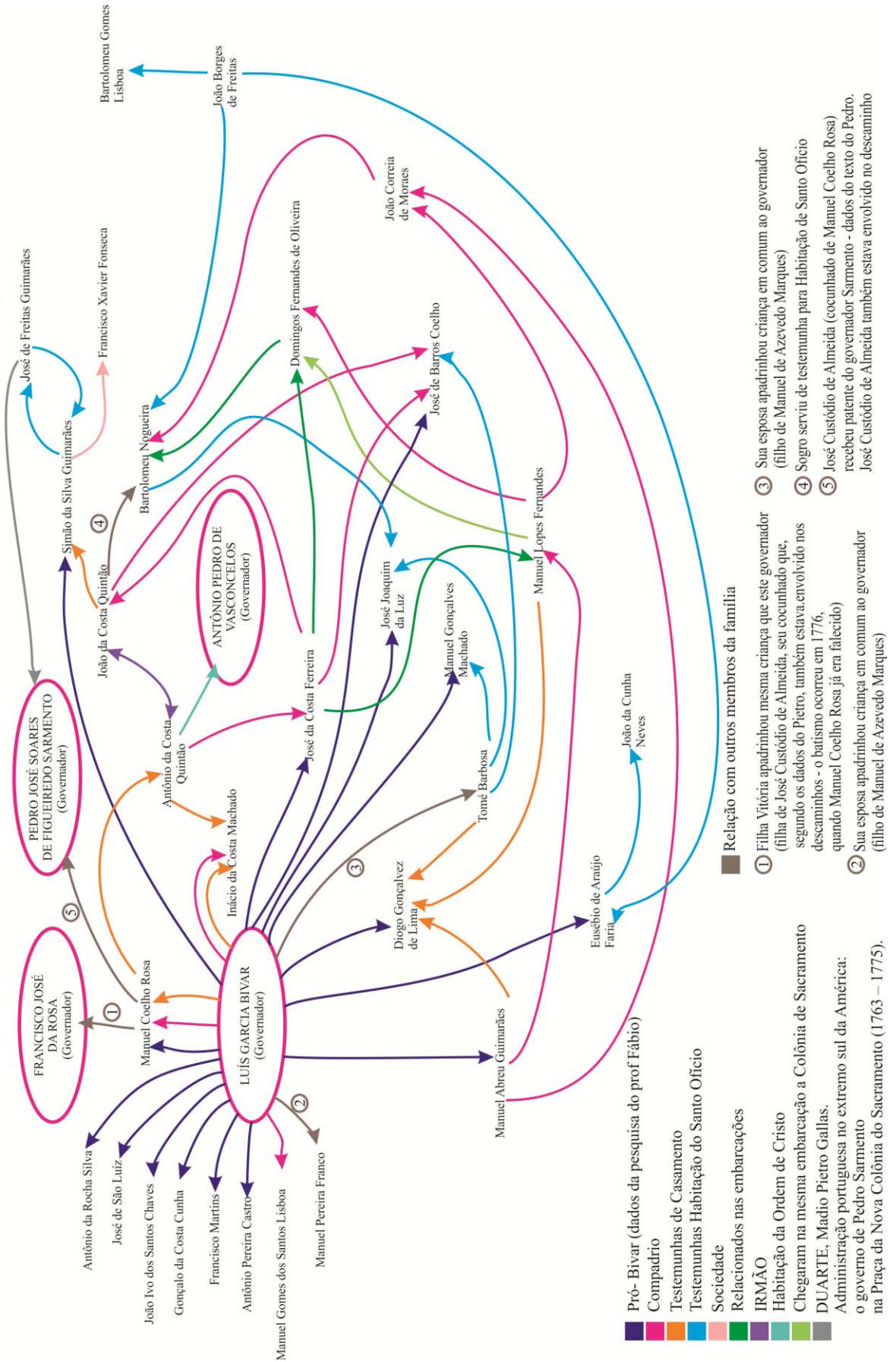


TABELA TRAFICANTES DE ESCRAVOS DA COLÔNIA DO SACRAMENTO

Nome do traficante	Vezes enterrado escravos	Com quem comercializavam (segundo os registros de óbito)	Casado	Patentes militares/ títulos/ cargos	Familiar do Santo Ofício
Antônio da Costa Quintão	4	Domingos Martins Brito (RJ); Joaquim Ramos (RJ); Antônio Ramalho (RJ); José Pereira (BA)	Sim	Capitão; Habilitado na Ordem de Cristo	Sim (Colônia do Sacramento)
Antônio Da Rocha Silva	2	João Rodrigues Annes (RJ); Joosé Rodrigues [Annes] e Cia (RJ)			
Antônio Pereira Castro	1	Pedro de Araujo Pereira		Homem Bom	
Bartolomeu Gomes Lisboa	5	João de Souza Costa (RJ); Luis de Andrada e Cia (RJ); Luiz Miranda 2x (RJ); Manuel Rodrigues dos Santos (RJ);		Ajudante da Ilha- de Duas Irmãs;	Sim
Bartolomeu Nogueira	11	Antônio Fernandes Diniz (RJ); Antônio José Félix (RJ); Eugênio Martins (RJ); João Gonçalves da Costa 3x (RJ);	Sim	Capitão; Homem Bom; Habilitado na Ordem de Cristo;	Sim

Inácio da Costa Machado	2		Domingos Correia Pereira (RJ); Francisco Xavier da Fonseca (RJ)	Sim	Alferes de ordenança; Tenente
João Borges de Freitas	8		Domingos Ferreira da Veiga (RJ); Domingos Ferreira da Veiga e CIA 7x(RJ)	Sim	Sargento Mor; Assistente; Auxiliar; Capitão
João Correia de Moraes	1		Francisco Mendes Galvão (RJ)	Sim	Alferes
João da Costa Quintão	1		Manuel Pinto Fernandes (RJ)	Sim	Capitão de Cavalos da Ordenança dos moços solteiros
João da Cunha Neves	2		Francisco da Silva Chagas e Silvestre Souto Maior; Antônio Lopes da Costa (RJ)		Capitão da Ilha da Sola; Assistente na CS; Patente de (?) da Ilha dos Ingleses
João de Freitas Guimarães	5		Domingos Manuel (Nação Espanhola); José da Rosa (RJ); João da Costa (BA); José de Sousa Reis 2x (BA)	Sim	Capitão de Ordenança
João Ivo dos Santos Chaves	4		Antônio Pires Monção (BA); Manuel Monteiro [Porto] (BA); Manuel Monteiro Porto (BA); Maurício Carvalho da Cunha (BA)		

Diogo Gonçalves Lima	6	Antônio Barbosa (RJ); Antônio Barbosa e José Rodrigues Nunes 2x (RJ); Antônio Rodrigues de Carvalho (RJ); Basílio [] (BsAs); Silvestre José da Costa (RJ)	Sim	Tenente;	
Domingos Fernandes de Oliveira (e CIA)	1	João Golçalves da Costa(RJ)		Tenente Coronel; Sargento Mor;	
Eusébio de Araújo (e CIA)	2	Domingos Correa Bandeira (RJ); Pedro Araujo Pereira (RJ)			Sim
Francisco de Almeida	1	Luis Alvares de Amorim (BA)		Sargento-Mor	
Francisco Martins Unhão	1	João Evangelista dos Reis			
Francisco Xavier Fonseca	3	Cosme Velho Pereira; João de Oliveira Cardoso (RJ); Manuel da Cunha (RJ)	Sim		
Gonçalo da Costa Cunha	6	Luis Coelho Ferreira 2x(BA); Jacinto José Coelho (BA); José de Souza e Abreu (BA); Mauricio Carvalho da Cunha 2x (BA)	Sim	Capitão	

José da Costa Pereira	9	Alonso Fernandes (BsAs); Anacleto Elias da Fonseca (RJ); Francisco Basílio de [Penha] (BsAs);Francisco de Amaral (BsAs); Leonardo Cardoso da Silva 4x (RJ); Pedro Lea (BsAs)	Sim	Ajudante da Ilha Marin Garcia;Almoxarife da Fazenda Real	
José de Barros Coelho	2	Alexandre de Campos Lima e Manuel Gomes Cordino; Ja[[Ribeiro da Costa (RJ)	Sim	Capitão de Ordenança da Ilha de São Gabriel; Homem Bom	
José de São Luiz	1	Bento Pinto da Fonseca		Capitão da Ilha das Duas Irmãs	
José Joaquim da Luz	1	Jerônimo da Costa Almeida (RJ)	Sim		
Manuel Coelho Rosa	17	Custódio Machado Godinho e Antônio Rodrigues Leite; Custódio Machado Godinho e Cia; Feliciano Rodrigues (BA); Gerardo Barbosa (BA); Jerônimo Soares (BA); José da Silva Gomes (BA); José Vaz de Carvalho (BA); Luis Coelho Ferreira 2x (BA); Luis da Silva Castro; Maria Dias do Vale 2x (BA); Paulo Ribeiro do Vale e Antônio Vaz de Carvalho (BA); Paulo Ribeiro do	Sim	Capitão	

Manuel de Abreu Guimarães	1	Vale e CIA e de Antônio Vaz de Carvalho 2x (BA); Pedro Coelho 2x (BsAs)	Matias Soares (RJ)	Sim	Capitão	
Manuel de Macedo e Silva	3	Agostinho de Faria Monteiro (RJ); Jerônimo Dias Coelho (RJ); Rodrigo Pinheiro de Lacerda (RJ)			Comissário da Fazenda	
Manuel Gomes dos Santos Lisboa	5	Anacleto Elias Fonseca (RJ); Gregório Pereira Lourenço da Silva (BA); Niza (BA); Manuel Alvares Monteiro 2x (BA);		Sim	Capitão; Ajudante; Homem Bom; Escrivão da Fazenda Real	
Manuel Gonçalves Machado (e CIA)	3	Agostinho Alvares de Carvalho (RJ); Eugênio Martins (RJ); Francisco Rodrigues de Vidal (BsAs)			Capitão de Ordenança; Homem Bom;	
Manuel José de Almeida	2	Francisco Xavier da Fonseca (RJ); José da Costa de Andrada (RJ)			Alferes; Tenente	
Manuel Lopes Fernandes	1	Álvaro de Brito Rego (RJ)		Sim	Sargento Mor da Ordenança; Tesoureiro dos Ausentes (1750); Capitão de Ordenança	

Manuel Pereira Franco	2	Manuel Carvalho da Silva (RJ); Silvestre Moreira (BA)	Sim	Capitão de Ordenança; Alferes; Almojarife	
Manuel Pereira do Lago	1	Antônio de Oliveira (RJ)	Sim	Capitão da Infantaria; Capitão de Ordenança	
Simão da Silva Guimarães	3	Francisco Xavier da Fonseca 2x (RJ); Manuel João (RJ)	Sim	Capitão da Ilha Rasa; Homem Bom	Sim (Colônia do Sacramento)
Tomé Barbosa	4	Domingos Vieira Pinto 4x (RJ)	Sim	Tenente de Ordenança	Sim